



**Plano Presidente Amigo da Criança
e do Adolescente – 2004/2007**

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO
(Jan/Dez de 2004)



COMITÊ GESTOR DO PLANO DE AÇÃO PRESIDENTE AMIGO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE

Decreto de 01 de dezembro de 2003
Portaria nº 54 de 28 de abril de 2004



**Plano Presidente Amigo da Criança
e do Adolescente – 2004/2007**

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO
(Jan/Dez de 2004)

Elaboração:
COMITÊ GESTOR DO PPACA



República Federativa do Brasil

Presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República – José Alencar Gomes da Silva

COMITÊ GESTOR

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Paulo Vannuchi

Titular: Amarildo Baesso

Suplente: Cristina Maria Silva
Albuquerque

Ministério da Educação

Fernando Haddad

Titular: Stela Maris Lagos Oliveira

Suplente: Ana Paula Dias Medeiros
Leitão

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Patrus Ananias de Sousa

Titular: José Eduardo Andrade

Suplente: Michelli da Costa Martins

Ministério da Saúde

Saraiva Felipe

Titular: Ana Cecília Silveira Lins
sucupira

Suplente: Thereza de Lamare Franco
Netto

Ministério do trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Titular: Joaquim Travassos Leite

Suplente: Luciano Maduro Alves de
Lima

Ministério da Justiça

Márcio Thomaz Bastos

Titular: Carlos Eugênio Timo Brito

Suplente: Hugo Suarez Sampaio

**Ministério do Planejamento
Orçamento e Gestão**

Paulo Bernardo Silva

Titular: Fábيا Oliveira Martins de Souza

Suplente: Andréia Rodrigues dos
Santos

Ministério da Integração Nacional

Ciro Ferreira Gomes

Titular: Arthur Dutra de Moraes Horta

Suplente: Maria da Graça de
Almeida Gomes

Ministério das Cidades

Marcio Fortes de Almeida

Titular: Cezar Eduardo Scherer

Suplente: Mozart Morais Filho

**Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada**

Presidente: Glauco Arbix

Titular: Luseni Aquino

**Conselho Nacional dos Direitos da
Criança e do Adolescente**

Presidente: José Fernando da Silva

Titular: Cláudio Augusto Vieira da Silva

Suplente: Mario Mamede Filho

APRESENTAÇÃO

Conforme acordado em recente reunião com representantes da Rede de Monitoramento Amiga da Criança, quando foram cobrados e discutiram-se prazos para os relatórios de 2004 e 2005 do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que tem a responsabilidade de coordenar o Comitê Gestor do Plano, apresenta este relatório anual, correspondente ao exercício de 2004, e reafirma o compromisso de divulgar em abril de 2006 o relatório relativo ao exercício de 2005.

Brasília, 28 de fevereiro de 2006,

Amarildo Baesso

Coordenador do Comitê Gestor
Subsecretário de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Presidência da República

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	O ORÇAMENTO DA UNIÃO E O PLANO PRESIDENTE AMIGO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..	10
3.	COMPROMISSO I – PROMOVENDO VIDAS SAUDÁVEIS	13
3.1-	REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	13
3.1.1 -	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	13
3.1.2 -	AVANÇOS OBTIDOS	16
3.1.3 -	DIFICULDADES ENCONTRADAS	18
3.2-	REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E ATENÇÃO À SAÚDE REPRODUTIVA	18
3.2.1 -	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	18
3.2.2 -	AVANÇOS OBTIDOS	22
3.2.3 -	DIFICULDADES ENCONTRADAS	23
3.3-	SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À DESNUTRIÇÃO	23
3.3.1	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	23
3.3.2	AVANÇOS OBTIDOS	26
3.3.3	DIFICULDADES ENCONTRADAS	28
3.4-	ATENÇÃO À SAÚDE E AO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	28
3.4.1	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	28
3.4.2	AVANÇOS OBTIDOS	34
3.4.3	DIFICULDADES ENCONTRADAS	36
3.5-	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO E À ÁGUA POTÁVEL DE QUALIDADE	36
3.5.1	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	36
3.5.2	AVANÇOS OBTIDOS	52
3.5.3	DIFICULDADES ENCONTRADAS	52
4.	COMPROMISSO II – PROVEDO EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	56
4.1-	EXPANSÃO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	56
4.1.1-	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	56
4.1.2	AVANÇOS OBTIDOS	59
4.1.3	DIFICULDADES ENCONTRADAS	59
4.2	AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE	59
4.2.1	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	60
4.2.2	AVANÇOS OBTIDOS	67
4.2.3	DIFICULDADES ENCONTRADAS	67
4.3	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	68
4.3.1	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	68
4.3.2	AVANÇOS OBTIDOS	70
4.3.3	DIFICULDADES ENCONTRADAS	70
4.4-	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	70
4.4.1	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	70
4.4.2	AVANÇOS OBTIDOS	73
4.4.3	DIFICULDADES ENCONTRADAS	73
5	- COMPROMISSO III – PROTEÇÃO CONTRA MAUS-TRATOS, EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA	75

5.1 APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	75
5.1.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA.....	75
5.1.2 AVANÇOS OBTIDOS	78
5.1.3 - DIFICULDADES ENCONTRADAS	80
5.2 COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO ADOLESCENTE	82
5.2.1 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	83
5.2.2 AVANÇOS OBTIDOS	86
5.2.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	87
5.3- COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL	87
5.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA.....	87
5.3.2 AVANÇOS OBTIDOS	91
5.3.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	91
5.4- PROTEÇÃO CONTRA A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	91
5.4.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA.....	91
5.4.2 AVANÇOS OBTIDOS	96
5.4.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	96
6- COMPROMISSO IV – COMBATENDO O HIV/AIDS	98
6.1 PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO DAS DST/AIDS.....	98
6.1.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA.....	98
6.1.2 AVANÇOS OBTIDOS	100
6.1.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	100
6.2-APOIO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES INFECTADOS PELO HIV/AIDS	100
6.2.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA.....	101
6.2.2 AVANÇOS OBTIDOS	103
6.3- ATENÇÃO AOS ÓRFÃOS E FILHOS DAS MÃES SOROPOSITIVAS.....	103
6.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA.....	103
6.3.2 AVANÇOS OBTIDOS	105
6.3.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	105

1. INTRODUÇÃO

O Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente (PPACA) representa o compromisso do Governo do Luiz Inácio Lula da Silva em priorizar as crianças e os adolescentes brasileiros na implementação das políticas públicas.

Em 2002, o candidato à Presidência da República assinou o Termo de Compromisso “Presidente Amigo da Criança”, proposto por um conjunto de entidades da sociedade civil e de organismos internacionais com base nas metas contidas no documento “Um Mundo para as Crianças”, aprovado na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, realizada em Nova York, em maio daquele ano.

Cumprindo o compromisso firmado, o governo do Presidente Lula apresentou oficialmente, em Outubro de 2003, o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, que abrange os desafios assumidos o ano anterior e estabelece metas a serem alcançadas durante o seu Governo para garantir avanços expressivos dessa área absolutamente estratégica para o desenvolvimento nacional.

O Plano de Ação foi elaborado sobre a Coordenação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República (SEDH), que contou com a colaboração de representantes de diversos ministérios e órgãos, dado o caráter intersetorial dos objetivos a serem alcançados.

O PPACA expressa, portanto, uma ampla síntese dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro na Constituição Federal de 1988, bem como na ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e, em particular, na Seção Especial da ONU sobre a Criança, de 2002.

Foram quatro os objetivos mais gerais estabelecidos no Plano:

- Promover Vidas Saudáveis;
- Garantir Educação de Qualidade;
- Proteger contra o Abuso, a Exploração e a Violência; e
- Combater o HIV/AIDS.

Tais objetivos se desdobram em 16 desafios que o Governo Federal se propôs a enfrentar por meio de um conjunto articulado de mais de 200 ações. Sua implementação foi atribuída a um Comitê Gestor Interministerial, sob a coordenação da SEDH/PR, integrado por representantes do Ministério das Cidades, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Educação, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Justiça, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)¹.

Trata-se, portanto, de um amplo esforço de articulação e de integração intragovernamental para promover a necessária sinergia entre as duas centenas de ações que afetam a qualidade de vida da criança e do adolescente.

¹ Foram incluídos no Comitê Gestor, posteriormente à formação do Grupo de Trabalho Interministerial da Criança, ligado à Casa Civil da Presidência da República, os seguintes órgãos: Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e Ministério da Fazenda.

Os itens e programas destacados no Plano de Ação estão contidas no Plano Plurianual 2004/2007, e a responsabilidade por sua implementação cabe aos ministérios referidos e demais parceiros listados no Anexo I do PPACA. Foram selecionados a partir dos critérios de contribuição para o cumprimento das metas assumidas e por seu potencial de complementaridade interministerial.

O presente Relatório Anual de Gestão do PPACA abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004, incorporando, portanto, as cifras já constantes no relatório divulgado em janeiro de 2005, correspondente ao intervalo janeiro/julho de 2004. Alguns dos programas e ações aqui incluídos apresentam dados de execução física e financeira diferentes dos contidos no anterior Relatório Semestral, por força de reordenamentos orçamentários introduzidos no segundo semestre.

Sua elaboração resultou de intenso trabalho de todos os órgãos que compõem o Comitê Gestor do PPACA. Não seria possível sem um grande esforço por parte dos órgãos gestores e do gerente dos programas que se dedicaram a um exaustivo levantamento das informações de gestão das ações contidas no Plano. Seu conteúdo reflete portanto um claro empenho de articulação e de implementação dos programas, variáveis estas que não são tangíveis mas devem sempre ser consideradas na análise da gestão pública.

2. O ORÇAMENTO DA UNIÃO E O PLANO PRESIDENTE AMIGO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O processo de planejamento governamental envolve a elaboração, a execução e o controle das ações do Estado. A decisão de alocar recursos, financeiros e não-financeiros, para a implementação de uma determinada política pública obedece a diretrizes concernentes ao desenvolvimento do País, o que, por sua vez, insere-se no contexto maior das relações e dos compromissos do Estado com a sociedade, com organismos internacionais, com parceiros do mundo empresarial, entre outros.

O ciclo orçamentário é, portanto, uma peça chave que expressa os rumos das políticas de governo, estabelecendo receitas e despesas e os parâmetros econômicos que irão nortear a execução dos programas e ações governamentais.

Dessa forma, o compromisso assumido pelo Presidente Lula de implementar as ações acordadas no PPACA deve ser visto como parte de um processo muito mais amplo que está além da mera destinação de recursos aos programas e ações contemplados neste Plano de Ação.

Dos recursos autorizados para as ações do PPACA em 2004, foram liquidados, até dezembro, 93% do total previsto, conforme pode ser observado no Quadro 1. Observa-se, desta forma, que, na média, o nível de execução dos programas e ações contidos no Plano é compatível com o período do exercício analisado, o que constitui uma prova efetiva da importância desse Plano de Ação e do êxito de sua implementação no governo do Presidente Lula.

Conforme já mencionado, algumas metas físicas e financeiras se diferenciam em relação ao estabelecido no relatório semestral em função do processo de revisão do PPA e das leis orçamentárias anuais. Sempre que possível tal fato está sendo destacado nas notas de rodapé de cada tabela dos desafios estabelecidos no Plano Presidente Amigo da Criança.

Quadro 1- Resumo da execução do plano

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente (Quadro Resumo)			
Compromissos / Desafios	Execução Orçamentária e Financeira*		
	Autorizado (Lei+ Crédito) (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução (B/A)
I - Promovendo Vidas Saudáveis	6.745.699.448	6.160.040.583	91%
A) Redução da Mortalidade Infantil	359.296.657	359.296.657	100%
B) Redução da Mortalidade Materna e Atenção à Saúde Reprodutiva	45.633.716	15.312.356	34%
C) Segurança Alimentar e Combate à Desnutrição	1.086.333.534	1.075.417.439	99%
D) Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente	2.318.541.893	2.267.836.792	98 %
E) Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade	2.935.893.648	2.442.177.339	83%
II - Provendo Educação de Qualidade	2.768.461.377	2.446.257.856	88%
A) Expansão e Melhoria da Educação Infantil	289.972.734	271.036.744	93%
B) Ampliação da Educação Básica de Qualidade	1.888.777.775	1.599.659.499	85%
C) Promoção da Educação Especial	14.567.136	13.868.212	95%
D) Alfabetização de Jovens e Adultos	575.143.732	561.693.401	98%
III- Proteção Contra Abuso, Exploração e Violência	5.506.812.558,84	5.455.607.950,80	99%
A) Apoio à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social	4.945.845.409	4.928.759.216	100%
B) Combate ao Trabalho Infantil	499.102.990	497.864.575	100%
C) Combate à Exploração Sexual	35.792.834	16.885.312	47%
D) Proteção contra a Violação dos Direitos de Crianças e Adolescentes	26.071.325	12.098.845	46%
IV – Combatendo HIV/AIDS	52.892.954,67	4.106.060,16	8%
A) Prevenção da Transmissão das DST/AIDS	38.410.253,81	2.221.608,73	5,7%
B) Apoio a Crianças e Adolescentes Infectados pelo HIV/AIDS	12.000.000	0,0	0,0%
C) Atenção aos Órfãos e Filhos de Mães Soropositivas	2.482.700,86	1.884.451,43	75,9%
Total	15.073.866.338,51	14.066.012.449,96	93%

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos e os seguintes Ministérios: Cidades; Educação; Integração Nacional; Justiça; Planejamento, Orçamento e Gestão; Saúde; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Elaboração: IPEA/DISOC

* Valores liquidados até 31.12.2004, expressos em Reais (R\$).



3. COMPROMISSO I – PROMOVENDO VIDAS SAUDÁVEIS

O primeiro compromisso tem o objetivo de melhorar e ampliar os serviços de saúde prestados às crianças e adolescentes. Para sua viabilização, foram discriminados cinco desafios a serem monitorados:

3.1- REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

O objetivo é reduzir a taxa descrita no PPACA com dados de 2002 (de 27 óbitos de crianças menores de um ano para cada grupo de mil crianças nascidas vivas) para 22 óbitos por mil nascimentos em 2007.

3.1.1 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

As ações aqui contempladas referem-se à imunização de crianças de até um ano de idade, a cargo do Ministério da Saúde.

Analisando a execução das metas físicas propostas, observa-se que o índice de cobertura das ações foi praticamente atingido. Assim sendo, no tocante à execução física em 2004, registraram-se os seguintes índices de cobertura:

- i. 100% contra a tuberculose, 97,9% contra pólio, 90,2% contra hepatite B; e 96,0% para a vacina tetravalente na vacinação de rotina para crianças menores de 01 ano;
- ii. 100% com a vacina tríplice viral para crianças na faixa etária de 01 ano;
- iii. 92,8% na campanha de seguimento contra o sarampo; e
- iv. 96,6% contra poliomielite nas duas etapas da Campanha Nacional de Vacinação.

Quadro 2- Redução da mortalidade infantil

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
I- Promovendo vidas saudáveis- Desafio: Redução da mortalidade infantil									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta *	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
1	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis / Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Imunização de crianças menores de 1 ano – vacinar contra BCG	Crianças menores de 01 ano (90% do total)	3.210.361	100 %	8.493.000,00	8.493.000,00	100%
2	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis / Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Imunização de crianças menores de 1 ano – Vacinar contra pólio, hepatite B e tetravalente, 3 doses	Crianças menores de 01 ano (95% do total)	3.210.361	Pólio = 97,96% Hepatite B = 90,27% Tetravalente = 96,04 %	179.024.600,00	179.024.600,00	100%
3	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis / Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Imunização de crianças com 1 ano- vacinar com Tríplex viral	Crianças menores de 01 ano (95% do total)	3.208.117	100%	154.245.000,00	154.245.000,00	100%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
I- Promovendo vidas saudáveis- Desafio: Redução da mortalidade infantil									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta *	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
4	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis / Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) - Recursos repassados Fundo a Fundo/ Realizar campanha nacional contra poliomielite em duas etapas	Crianças com 05 anos (95% do total)	16.842.014	1ª Etapa = 96 % 2ª Etapa = 96 %	12.491.662,10	12.491.662,10	100%
5	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis / Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) - Recursos repassados Fundo a Fundo	95% da pop.	13.769.001	93 %	5.042.395,65	5.042.395,65	100%
TOTAL							359296657,8	359296657,8	100%

Fonte: Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento/SPI

Elaboração: IPEA/DISOC

* A meta inicial proposta sofreu ajuste no fim do ano em função da atualização da população.

3.1.2 - AVANÇOS OBTIDOS

Importantes iniciativas concretizaram-se no que diz respeito à ampliação do acesso e do atendimento nos serviços de saúde. A expansão da Estratégia de Saúde da Família, passando de 16.698 para 21.391 equipes em 2004 é fundamental para a implementação de várias ações de impacto na saúde das crianças. A ampliação de 2.260 leitos de terapia intensiva e a implantação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), que atenderá urgências pediátricas e obstétricas e a habilitação de 57 serviços em Municípios acima de 100 mil habitantes, sendo que as iniciativas anteriores ficavam restritas ao trauma e a ampliação dos leitos de UTI neonatal são também passos importantes tanto para a ampliação do acesso quanto para a qualificação da assistência. Foram habilitados 57 Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em Municípios acima de 100 mil habitantes. a ampliação de 2.260 leitos de terapia intensiva. O cadastro de leitos de terapia intensiva foi ampliado em 2.260 novos leitos, totalizando 22.022 leitos.

O ano de 2004 caracterizou-se pela definição de importantes pactuações no âmbito do governo que vieram reforçar o compromisso para o alcance das metas do milênio. Três documentos expressam, no campo da atenção à infância, esta disposição: além do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e a Agenda de Compromissos para a Saúde integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil.

O paradigma sobre a organização da atenção à saúde da criança e as diretrizes dessa política ficaram definidas na publicação *Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil*, cujos eixos nortearam as ações em 2004 para a redução da mortalidade Infantil.

A Agenda considera a Vigilância à Saúde, a Vigilância da Mortalidade Materna e Infantil, a Educação continuada das equipes de atenção à criança e a Organização de linhas de cuidado como estratégias de ação fundamentais.

Fortalecendo a estratégia de Vigilância à Saúde da criança, foi lançada a Caderneta de Saúde da Criança e foram distribuídos 3,5 milhões de exemplares a todas as crianças brasileiras nascidas em 2004, atendidas em maternidades públicas e privadas. Além disso, foi lançado o *Manual de Utilização da Caderneta de Saúde da Criança* para orientação aos profissionais, incluindo protocolos para avaliação do recém-nascido, apoio ao aleitamento materno e orientações às mães.

A vigilância da mortalidade infantil e fetal é uma ação estratégica para dar visibilidade ao problema, melhorar o registro dos óbitos e orientar as ações de intervenção para a sua prevenção. Nesta estratégia, inscrevem-se ações como a implantação da Proposta Nacional de Vigilância do Óbito Infantil, com o lançamento do *Manual dos Comitês de Prevenção do óbito Infantil e Fetal* e a posse do Comitê Nacional de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal em julho de 2004.

A capacitação teórico-prática e a supervisão da educação continuada das equipes de saúde da família e de atenção básica são de fundamental importância para a plena inserção de todos os profissionais no cuidado com a criança. Dessa forma, a implantação dos Pólos de Educação Permanente no âmbito dos estados contribui para a qualificação constante da atenção à criança. Além disso, podemos citar a oferta de cursos como o de reanimação neonatal, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria, que treinou entre os anos de 2003 e 2004 dois mil profissionais em reanimação e dois mil em auxiliares de reanimação. O assessoramento técnico a estados e municípios para organização da atenção integral à criança, também pode ser entendido como uma ação educativa.

A organização da assistência em saúde em linhas de cuidado coloca-se como uma possibilidade para a superação da desarticulação entre os diversos níveis de atenção em saúde e garantia de continuidade do cuidado integral.

As seguintes linhas de cuidado são consideradas destaques para abordagem prioritária: a promoção do nascimento saudável; o acompanhamento do recém-nascido de risco; o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e imunização; a promoção do aleitamento materno e alimentação saudável; atenção aos distúrbios nutricionais e anemias carenciais; e a abordagem das doenças respiratórias e infecciosas.

Para a promoção do nascimento saudável, foram efetivadas ações como a expansão do Programa de Humanização do Parto e Nascimento (PHPN), estimulando a qualificação da atenção à gestante e ao recém-nascido; a adequação de Hospitais de Pequeno Porte, enfatizando sua capacidade de intervenção e a qualificação do parto e nascimento; a atualização do Protocolo Clínico da Sífilis Congênita, tendo em vista a redução das altas taxas de transmissão vertical de doenças evitáveis; e a elaboração do Manual de Triagem Gestacional e Neonatal.

O acompanhamento do recém-nascido de risco engloba ações como a organização de referências para atenção às patologias identificadas no teste do pezinho; e a validação do surfactante nacional produzido pelo Instituto Butantã.

O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e imunização, além de ser também contemplado pelo lançamento da Caderneta de Saúde da Criança, conta com a ampliação da cobertura vacinal.

As ações de vacinação e imunização estão contempladas no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Cabe ressaltar que atualmente 77% dos imunobiológicos em uso no País são de produção nacional.

Além dos avanços ocorridos anteriormente (a erradicação da Febre Amarela Urbana, da Varíola, da Poliomielite e do Sarampo), deve-se destacar outros resultados que, apesar de não constituírem ações do PPACA, contribuem para o cumprimento do desafio de reduzir a mortalidade infantil, tais como:

- i. Manutenção do controle da Difteria, Coqueluche, Porotidite, Rubéola, Tétano Acidental, formas graves da Tuberculose, Febre Amarela Silvestre, doenças causadas pelo *Haemophilus influenzae*, Hepatite B e Síndrome da Rubéola Congênita, mediante a vacinação sistemática da população;
- ii. eliminação do Tétano Neonatal, enquanto problema de saúde pública; e
- iii. controle de agravos infecciosos imunopreveníveis em grupos populacionais mais vulneráveis.

Cumprir, ainda, em relação aos avanços obtidos pelo PNI, o elevado padrão de qualidade dos serviços prestados por meio do Programa em todas as Unidades Federadas.

Neste sentido, o PNI vem cumprindo com o estabelecido no PPACA e, por meio de estratégias importantes, como a descentralização das ações, a avaliação de seus resultados, a participação dos gestores e o incentivo ao controle social, vem mobilizando todos os segmentos da sociedade em torno do objetivo de redução da mortalidade infantil no País.

Dentre as ações inseridas na linha de cuidado promoção do aleitamento materno e alimentação saudável: atenção aos distúrbios nutricionais e anemias carenciais podemos citar a fortificação de farinhas com Ácido Fólico e a instalação de 10 novos Bancos de Leite Humano. A Rede de Bancos de Leite do país passou de 154 unidades

em 2002 para 185 unidades em 2004, além de grande investimento na qualificação destes serviços. Em 2003, foi instituído o “Dia nacional de Doação de Leite Humano”, para estimular as doações.

E a abordagem das doenças respiratórias e infecciosas conta com a elaboração da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Respiratórias. A Política consta de protocolos clínicos e contempla discussões sobre o fortalecimento da atenção integral e resolutive, a garantia da continuidade do cuidado e a educação permanente dos profissionais envolvidos. O Ministério da Saúde a partir do 2º semestre de 2004 passou a disponibilizar medicamentos específicos para o tratamento da asma (salbutamol e beclometasona inalatório).

3.1.3 - DIFICULDADES ENCONTRADAS

Apesar dos avanços conquistados, persistem algumas dificuldades para a realização dos objetivos do Programa. A extensão territorial do país e sua diversidade sócio-cultural são variáveis que dificultam o cumprimento das metas com equidade. Além disso, devido à diminuição das doenças imunopreveníveis, atualmente alguns gestores da área não têm reconhecido a prioridade que deve ser concedida à vacinação. Destacam-se ainda os seguintes problemas: alta rotatividade de profissionais em todas as instâncias do SUS, o que implica na capacitação permanente desses profissionais para assegurar o bom desempenho do programa em função da sua complexidade atual; escassez de recursos humanos em quantidade e qualidade; bem como a ausência de uma política que contemple a realização de concursos públicos para este segmento e estabeleça um plano de carreira.

3.2- REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E ATENÇÃO À SAÚDE REPRODUTIVA

No Brasil, a taxa de mortalidade materna calculada para o ano de 2000 era de 45,8 óbitos maternos para cada 100 mil crianças nascidas vivas. No entanto, essa taxa não fornece a real dimensão do problema da mortalidade devido a complicações na gravidez, no nascimento ou no pós-parto. Os dados oficiais disponíveis para as capitais são alarmantes: em 2001, a razão de mortalidade materna foi de 74,5 óbitos por 100 mil nascidos vivos nas capitais brasileiras. Segundo informações do Ministério da Saúde, em países desenvolvidos, esta razão oscila de 6 a 20 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

Tendo em vista este quadro, o objetivo do PPACA é reduzir esta taxa em 15%, ou seja, para 59,5 óbitos por 100 mil nascimentos em 2007.

3.2.1 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

O desafio de redução da mortalidade materna e atenção à saúde reprodutiva, cuja responsabilidade pelo gerenciamento cabe à Área Técnica Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, contempla oito ações. Cabe ainda à Secretaria de Vigilância em Saúde a execução das ações de imunizações em mulheres em idade fértil.

De acordo com o Quadro 4, foram executados no ano de 2004 cerca de R\$ 15,3 milhões, o que corresponde a 34% do total dos recursos alocados para o enfrentamento desse desafio. Os recursos programados para repasse fundo a fundo pela Secretaria de Vigilância em Saúde foram de R\$ 8,2 milhões, sendo que 6,3 milhões foram transferidos aos municípios prioritários no PETNN e certificados pela Comissão Intergestora Bipartite (CIB), representando 77,3% do total de recursos disponibilizados.

Nas ações de 6 a 13 observa-se que, em relação ao primeiro semestre, houve uma adaptação, uma vez que estas ações são realizadas em parceria com outras áreas do Ministério da Saúde, bem como os recursos financeiros para a sua execução. Os

recursos contabilizados no relatório semestral não foram suficientes para retratar a amplitude da área.

Quadro 3-Redução da Mortalidade Materna

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Redução da Mortalidade Materna e Atenção à Saúde Reprodutiva									
Nº da Ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Sub-Ação*	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
6**	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis/ Vacinação da População e Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	MS	Imunização de mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) - Vacinar contra difteria e tétano (2 doses)	Mulheres em idade fértil (100% do total)	13.597.142	40,24%	8.213.952,60	6.354.470,30	76,8%
7	Atenção Integral a saúde da mulher/ Atenção à Saúde da Mulher	MS	Apoiar técnica e financeiramente a elaboração e execução de planos de ação para redução da morte materna em municípios com população superior a 100 mil habitantes, priorizando-se as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Planos de ação implantados	78	68%	* 26.756.506,00	0,00	0,0%
8	Atenção Integral a saúde da mulher/ Atenção à Saúde da Mulher	MS	Reativar a Comissão Nacional de Mortalidade Materna e implantar Comitês de Morte Materna em todos os estados, em municípios com população superior a 50 mil habitantes.	Comitês implantados	150	100%	Não houve necessidade de recursos	-	100%
9	Educação Permanente e Qualificação no Sistema Único de Saúde/ Formação de Profissionais técnicos de Saúde	MS	Realizar convênio com instituições de ensino superior para formação de 1000 enfermeiras obstétricas para a rede SUS	Enfermeiras obstétricas formadas	710	93%	3.861.358,00	2.230.772,62	58%
10	Educação Permanente e Qualificação no Sistema Único de Saúde/ Promoção dos Princípios da Educação Popular em Saúde	MS	Apoiar a capacitação de parteiras tradicionais e profissionais de saúde para melhoria da assistência ao parto domiciliar, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Pessoas capacitadas	250	120%	300.000,00	300.000,00	100%
11	Educação Permanente e Qualificação no Sistema Único de Saúde/ Apoio à capacitação de Formuladores de Políticas em Áreas Técnicas Específicas dos Estados e Municípios.	MS	Apoiar o desenvolvimento de projetos de capacitação para sistemas locais de saúde, priorizando-se os seguintes temas: atenção clínico-ginecológica, atenção à mulher vítima de violência doméstica e sexual, investigação do óbito materno, atenção humanizada ao parto e nascimento, assistência pré-natal, assistência em planejamento familiar, capacitação de lideranças dos movimentos de mulheres e capacitação de doulas comunitárias para acompanhamento de parturientes em 14 maternidades do SUS em capitais.	Pessoas capacitadas	200	100%	224.360,00	149.573,54	92%

12	Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde/ Atenção à Saúde da População (Municípios Habilitados e Não Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados e Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada)	MS	Repassar incentivos financeiros para os municípios aderidos ao Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) para ampliação e qualificação das ações de atenção ao pré-natal, ao parto e ao puerpério, e ampliar a adesão ao PHPN para 100% dos municípios.	Municípios aderidos	300	130%	6.277.540,00	6.277.540,00	130%
13	Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde/ Promoção da oferta e da cobertura dos serviços de assistência farmacêutica e de insumos estratégicos	MS	Ampliar a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis, buscando atender até dezembro/2007, 60% da demanda da população SUS dependente, em 100% dos municípios que possuam equipes do PSF ou que estejam aderidos ao PHPN ou que possuam equipes do PITS	Kits com métodos anticoncepcionais reversíveis distribuídos	110.200	*** Ver rodapé	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	45633716,6	15312356,5	34%

Fonte: Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento/SPI

Elaboração: IPEA/DISOC

* Não foi lançada nenhuma execução por parte dos municípios.

**Além do ajuste ocorrido, a meta inicial contemplava a população de mulheres em idade fértil para o período de 6 meses, e não a população anual.

*** Por problemas no processo de licitação, não foi possível ampliar nenhum kit.

3.2.2 - AVANÇOS OBTIDOS

As ações implementadas pelo Ministério da Saúde integram a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Plano de Ação 2004-2007 – e o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, sendo importante registrar os seguintes avanços:

- i. Constituição de um Grupo de Trabalho que se reúne periodicamente para discutir as estratégias a serem adotadas para reduzir as taxas de cesariana realizadas no País. O Grupo pretende divulgar os resultados de seus trabalhos até o final de 2004;
- ii. articulação com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SEGETES), responsável pelas ações de capacitação dos profissionais que atuam na assistência pré-natal. Nesta área, destaca-se, também, o apoio técnico da ATSM a dois projetos de capacitação em áreas críticas nos municípios de Mamirauá/AM e Alto Juruá/AC; e
- iii. instituição de um Grupo Técnico de Atenção Obstétrica e Neonatal, que elaborou proposta de alteração dos protocolos, das diretrizes e do sistema de informação do programa; articulação com a Coordenação Geral de Média Complexidade Ambulatorial (CGMCA) para viabilizar o acompanhamento adequado ao diagnóstico e para a efetivação de exames laboratoriais.

Já no que diz respeito à execução das metas físicas, podem-se contabilizar os seguintes avanços:

- i. Vacinação de mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) com a vacina dupla contra Difteria e Tétano, que atingiu o patamar de 40,24% de cobertura no ano de 2004;
- ii. realização de 13 seminários, com o objetivo de elaborar planos de ação local que subsidiassem a construção do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Estes seminários realizados no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal, Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Bahia, Amazonas, Amapá, Sergipe e Rio Grande do Sul, contaram com a participação de representantes das regionais, secretarias municipais e sociedade civil organizada;
- iii. Inclusão de 78 municípios com mais de 100 mil habitantes no Projeto de Expansão e Consolidação do Programa Saúde da Família (PROESF). A utilização destes recursos, objetiva priorizar intervenções voltadas para a redução da mortalidade materna e neonatal, de forma a garantir a integralidade do cuidado com a mulher adulta e adolescente e o recém-nascido, incluindo também a atenção humanizada ao aborto legal e inseguro;
- iv. reativação da Comissão Nacional de Mortalidade Materna e a implantação de 387 comitês nos municípios de mais de 100 mil habitantes e Comitês de Morte Materna em todos os estados;
- v. realização de 18 convênios em 13 municípios e 5 estados relativos à atenção a mulheres em situação de violência doméstica e sexual;
- vi. realização de dois treinamentos para capacitação de doulas, um no estado de Goiás e outro no Distrito Federal. Ao todo, estão previstos 10 treinamentos que irão capacitar 250 pessoas;

- vii. capacitação de 82 líderes dos movimentos de mulheres nas Regiões Norte e Nordeste;
- viii. realização de dois convênios para capacitação de cerca de 100 parteiras nas Regiões Norte e Nordeste;
- ix. adesão de 4.500 municípios (80% de todos municípios brasileiros) ao Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN); e
- x. dois cursos de “Formação para as Boas Práticas em Obstetrícia”, oferecidos a 137 profissionais (médicos e enfermeiras) e realizados nos municípios de São Paulo e Belo Horizonte nos meses de outubro e novembro.

3.2.3 - DIFICULDADES ENCONTRADAS

As dificuldades encontradas na implementação deste desafio são as mesmas explicitadas no relatório semestral, quais sejam: falta de capacitação técnica dos municípios aderidos ao PHPN e entraves para efetivar a ampliação da oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis.

3.3- SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À DESNUTRIÇÃO

Esse desafio tem o objetivo de promover o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas. Suas principais metas até 2007 consistem em:

Reduzir a taxa de desnutrição entre crianças menores de 5 anos de 5,7% para 3,7%; e reduzir a incidência de baixo peso ao nascer de 7,7% para 5,7%.

3.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

O desafio de promover a segurança alimentar e combater a desnutrição abrange dez ações, cuja responsabilidade de gerenciamento é dividida entre o Ministério da Saúde, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). No que tange à execução das metas físicas, tem-se o seguinte resultado para 2004:

- i. Programa Alimentação Saudável/Prevenção e controle das carências nutricionais por micronutrientes: beneficiou a 55% do total de pessoas previsto;
- ii. Programa Brasil Escolarizado/Apoio à alimentação escolar na educação básica: foram atendidos 99% dos alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental da rede pública e das escolas filantrópicas de todo o País;
- iii. Acesso a Alimentação/Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos (indígenas, quilombolas e acampados): foram distribuídas bem mais cestas do que as previstas, o que significou o atendimento a 1.280.949 famílias;
- iv. Educação para Alimentação Saudável/Capacitação em educação alimentar, nutricional e para o consumo: essa meta também ultrapassou o previsto, totalizando 123%;
- v. Abastecimento Agroalimentar/Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (Programa do Leite): foram distribuídos 568.701 litros de leite por dia o que equivale a 79% do total da meta estipulada; e
- vi. Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/Promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas: foi executado 92% do total programado, o que significa que 10.510 crianças menores de 5 anos foram atendidas.

Quadro 4- Segurança Alimentar e Combate à Desnutrição

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e financeira									
I- Promovendo vidas saudáveis- Desafio: Segurança Alimentar e Combate à Desnutrição									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
14	Programa alimentação saudável/ prevenção e Controle das Carências Nutricionais por Micronutrientes.	MS	N/T	Pessoas beneficiadas	6.000.000	55%	2.000.000,00	2.000.000,00	100%
16	Brasil Escolarizado/ Apoio à alimentação escolar na educação básica.	MEC	N/T	Alunos beneficiados	37.412.000	99%	1.025.000.000,00	1.014.315.479,86	99,0%
17	Acesso à Alimentação/ Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	MDS/ SESAN	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (Indígenas quilombolas e acampados).	Famílias atendidas	16.711	7.665%	8.342.556,00	8.130.675,94	97,5%
20	Educação p/ Alimentação Saudável/ Capac. em Educação Alimentar, Nutricional e p/ o Consumo.	MDS/ SESAN	Educação à Mesa; Cartilhas com os personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo; Cozinha Brasil; Eu Aprendi, Eu Ensinei	Pessoas Beneficiadas	4.015.400	123%	4.753.821,00	4.751.821,00	100,0%
22	Abastecimento Agroalimentar/ Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.	MDS/ SESAN	Programa do Leite	Litros Distribuídos por Dia	620.581	79%	43.537.156,88	43.537.156,88	100,0%
23**	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas**	MS/ FUNASA	Implantação da Vigilância Alimentar e Nutricional no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sendo o Distrito piloto o do Mato Grosso do Sul,	Crianças menores de 05 anos	11.809	92%	2.700.000,00	2.682.305,60	99,34%
TOTAL							1086333534	1075417439	99%

NOTAS:

- A) As informações são relativas ao desempenho em 2004. Referem-se especificamente às Sub-ações.
- B) Na Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, a diferença entre meta proposta e meta realizada deve-se ao fato de que os recursos e famílias atendidas foram complementados pela Ação de Apoio às Melhorias das Condições Socioeconômicas das Famílias. Para o ano de 2005, isso já foi corrigido e o aumento de orçamento já está previsto na Ação Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.

- C) Ainda na Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, vale frisar que famílias atendidas não é igual a cestas de alimentos distribuídas. É possível (e quase sempre é assim) que uma família receba mais de uma cesta de alimentos (ou tenha mais de um atendimento).
- D) No Programa de Educação para Alimentação Saudável, na Sub-ação foram incluídas novas ações que compõem o mesmo e alterado o descritor da meta.
- E) A revisão da meta proposta do Programa do Leite foi feita para adequar-se aos dados mais fidedignos dos planos de trabalho com os convênios com os Estados.
- F) A meta física proposta não foi atingida em função de falhas, problemas operacionais e sub-registro de informações, nos níveis municipal e estadual. Além disso, o Programa de Suplementação de Ferro, previsto para ser iniciado em 2004, não foi lançado por motivos de atraso no processo de registro do medicamento o que inviabilizou o início da produção do xarope de sulfato ferroso.

3.3.2 AVANÇOS OBTIDOS

Dentre as ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e das doenças associadas à alimentação e nutrição desenvolvidas pelo Ministério da Saúde e atualmente contempladas no Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, encontram-se os Programas Nacionais de Suplementação de Ferro e de Vitamina A. Estes destinam-se a promover a prevenção e/ou controle dessa deficiência nutricional mediante a suplementação com megadoses de vitamina A em crianças de seis a cinquenta e nove meses de idade e puérperas no pós – parto imediato, pertencentes à Região Nordeste, ao Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e ao Vale do Ribeira, em São Paulo.

No segundo semestre de 2004, foram realizadas discussões nos estados para planejamento e reorganização das atividades, conseguindo-se ampliar a cobertura de atendimento das crianças em até 30% no estado de Pernambuco e em menores proporções em outros estados. Percebe-se a vantagem da realização de atividades pontuais, que envolvam publicidade, de forma a garantir maior sensibilização da população.

Encontra-se em fase de construção o Programa Nacional de Suplementação de Ferro, que tem como estratégia a suplementação medicamentosa de ferro para todas as crianças de 6 a 18 meses de idade, gestantes a partir da 20ª semana e mulheres até o 3º mês pós-parto. O Programa teve seu processo operacional e legal concluído, contando inclusive com um manual operacional e uma minuta de portaria.

Foi, também, definida a produção do xarope de sulfato ferroso com sabor melhorado, cuja responsabilidade é da FAR – Manguinhos e que terá o primeiro lote da produção destinado a dez municípios partícipes de um projeto piloto.

Além da suplementação de ferro, o Ministério da Saúde acordou com o setor produtivo a inclusão de ferro nas farinhas de trigo e de milho. A adequação da indústria ao processo de fortificação universal destas farinhas chegou ao fim no dia 18 de junho de 2004, conforme estabelecido na Resolução - RDC nº 344, de 13 de dezembro de 2002. A partir dessa data, os produtos fabricados no Brasil ou importados passaram a ser, obrigatoriamente, fortificados.

Além das ações de prevenção e controle das carências nutricionais por micronutrientes, torna-se essencial destacar outras ações de alimentação e nutrição desenvolvidas pelo Ministério da Saúde em 2004, que não foram contempladas dentre as ações de monitoramento do PPACA, que são as seguintes:

- i. Reorganização e informatização da Vigilância Alimentar e Nutricional, com reestruturação de todo o processo de tomada de medidas, coleta e análise dos dados, de forma integrada com a atenção básica de saúde e, conseqüentemente, com a Estratégia Saúde da Família. Houve a informatização da Vigilância e o seu módulo será integrado ao Sistema de Atenção Básica (SIAB)²;
- ii. capacitação de técnicos em mais de 2006 Secretarias Municipais de Saúde para implementação das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional;

² Estas ações serão base do acompanhamento de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, em especial das crianças e gestantes. As famílias deverão cumprir ações básicas de saúde de caráter predominantemente preventivo que contribuirão para a melhoria de suas condições de saúde, tais como vacinação, pré-natal, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, comparecimento às atividades educativas, entre outras.

- iii. produção de material educativo abordando temas de alimentação e nutrição para subsidiar as ações dos profissionais de saúde como o Guia Alimentar para a população brasileira (em finalização);
- iv. elaboração (em fase de finalização) de um protocolo clínico para o atendimento hospitalar da criança em situação de desnutrição grave. Esse protocolo foi construído em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e com outros departamentos do Ministério da Saúde, e tem como objetivos reduzir a mortalidade hospitalar das crianças gravemente desnutridas, promover a recuperação do seu estado nutricional, encurtar o tempo de internação e padronizar o diagnóstico e o tratamento da desnutrição grave no âmbito hospitalar³; e
- v. contribuição do Programa de Vigilância Nutricional para o conhecimento da magnitude dos agravos nutricionais da população indígena, assim como seus determinantes, de modo a permitir as intervenções apropriadas, o planejamento e o acompanhamento de programas e ações em alimentação e nutrição.

Outro aspecto importante da política de segurança alimentar e nutricional diz respeito à garantia de acesso à alimentação. Nessa área de atuação, pode-se destacar os seguintes avanços obtidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):

- i. No âmbito da ação Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (indígenas, quilombolas e acampados): a) a articulação com a compra de alimentos da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, para a composição das cestas básicas; b) a inibição do uso político e clientelista na distribuição das cestas por meio da participação da CONAB e das instituições representantes dos grupos populacionais específicos; e c) a ampliação do público beneficiado em relação a 2003 e aos anos anteriores; e
- ii. no âmbito da ação Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (Programa do Leite): a) a implementação de uma estratégia diferenciada para compra de produtos dos agricultores familiares, com objetivos de segurança alimentar e nutricional; b) a melhoria de renda para os agricultores familiares; c) a recomposição de estoques estratégicos de segurança alimentar; e d) o atendimento focalizado em famílias com problemas de nutrição, especialmente as crianças.

A vertente da política de segurança alimentar e nutricional a cargo do MDS contempla ainda a educação para a alimentação saudável. Nesta área cabe destacar:

- i. Implementação de ações voltadas para atingir tanto a população que passa fome quanto a população que tem acesso aos alimentos, mas que possui uma alimentação de má qualidade, o que provoca, dentre outros, problemas de saúde como a obesidade e o diabetes;
- ii. articulação das ações de educação alimentar às demais ações da área, como, por exemplo, a distribuição de alimentos, o Programa Nacional de

³ Este protocolo propõe-se a iniciar uma trilogia de publicações da CGPAN/MS, que tem como objetivo o tratamento, recuperação e acompanhamento da criança desnutrida nos três níveis de complexidade do SUS. Os protocolos subseqüentes abordarão também estas ações no nível ambulatorial e no nível comunitário/domiciliar.

Alimentação Escolar (PNAE), os bancos de alimentos e os restaurantes populares; e

- iii. produção de material especialmente voltado para o público infanto-juvenil, como a série de cartilhas e programas de TV com a Turma do Sítio do Pica-Pau-Amarelo.

3.3.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

As dificuldades encontradas na implementação da vigilância alimentar e nutricional, especificamente, no que se refere à prevenção e ao controle das carências nutricionais e das doenças associadas à alimentação e nutrição são as mesmas destacadas no relatório semestral, quais sejam:

- i. A resistência dos profissionais de saúde a administrar a vitamina A às crianças;
- ii. a falha no registro das doses administradas;
- iii. o problema com o fluxo das informações do número de doses administradas do nível municipal para os níveis estaduais e federal; e
- iv. atraso no lançamento do Programa Nacional de Suplementação de Ferro.

O mesmo ocorre com a área de acesso à alimentação e PNAE:

- i. problemas na articulação da ação emergencial de distribuição de alimentos com ações estruturais para as famílias beneficiadas; e
- ii. escassez de recursos orçamentários para atender uma demanda reprimida dos estados e dos agricultores na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar.

3.4- ATENÇÃO À SAÚDE E AO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O objetivo do desafio Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente é melhorar a situação de saúde e a qualidade de vida desse segmento populacional.

No que diz respeito especificamente à promoção da saúde infantil no âmbito do Saúde da Família, uma das metas mais significativas do Plano é a redução dos óbitos de crianças menores de 5 anos por doenças infecciosas, doenças parasitárias ou infecções respiratórias agudas, de modo que o índice caia do patamar de 14,8% para 12,3% em 2007.

Com relação à saúde dos adolescentes, a principal meta é a de reduzir a taxa de mortalidade por causas externas entre a população de 10 a 19 anos de 46,7% para 41,7% até o final do quadriênio 2004-2007.

3.4.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

O desafio de promover a atenção à saúde e ao desenvolvimento da criança e do adolescente, cuja responsabilidade pelo gerenciamento das ações é dividida entre o Ministério da Saúde e o MEC/FNDE, abrange 21 ações envolvendo R\$2.318.541.893, com uma execução financeira de 98%. Note-se que grande parte das metas físicas estipuladas não foram apropriadas, ocasionando mudanças em relação ao relatório semestral e baixa execução.

QUADRO 5- Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente									
Nº da Ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Sub-Ação*	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
24	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à saúde da Criança	MS	Apoio a Estados e Municípios com população acima de 100.000 habitantes	Estados e municípios apoiados	50	100%	8.000.000,00	7.337.197	87,3
25**	Atenção Básica em Saúde/ Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família	MS	N/T	Equipes do PSF ampliadas	23.001 ESF e 9.000 ESB	21.232 (90,8%) para ESF e 99,5% para ESB	2.071.000.000,00	2.071.000.000,00	100%
26***	Atenção à Saúde da População em Situações de Violências e Outras Causas Externas / Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas	MS	N/T	Serviços estruturados	106	S/ Inf.	48.873.701,62	17.601.358,87	36%
27****	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Apoio à implantação de Unidades de Reabilitação	MS	Apoio à implantação de Unidades de Reabilitação	Núcleos implantados	40	100%	210.000,00	71.371,72	33,9%
28****	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência	MS	Equipes de reabilitação com base comunitária	Núcleos	40	100%	224.000,00	0,00	0,00%
29	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do adolescente e jovem	MS	Promover a participação juvenil no planejamento, implantação e implementação de políticas públicas de saúde voltadas ao adolescente e ao jovem.	Convênios realizados	05	80%	*** 500.000,00 (ver rodapé)	326.449,38	98%
30	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Priorizar ações educativas na atenção básica para a prevenção de agravos e promoção da saúde de adolescentes e jovens, com envolvimento de suas famílias.	% de serviços que implantaram ações educativas	5	100%		120.000,00	100%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente									
Nº da Ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Sub-Ação*	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
3X	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	N/T	Estudos e pesquisas	01	200%		59.850,00	100%
31	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir o acompanhamento semestral do crescimento e desenvolvimento de adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 10 – 14 anos, para prevenção e detecção precoce de agravo à saúde – capacitação de recursos humanos e assessoramento técnico aos Estados e municípios.	Profissionais capacitados	1.500	100%		o valor desta ação está incluído na ação nº 30	100%
32	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir o acompanhamento semestral do crescimento e desenvolvimento de adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 10 – 14 anos, para prevenção e detecção precoce de agravo à saúde – capacitação de recursos humanos e assessoramento técnico aos Estados e municípios.	Unidades federadas assessoradas	12	225%	*** 500.000,00 (ver rodapé)	0,00	100%
33	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implant/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS a adolescentes vítimas de violência – Capacitação de Recursos Humanos, Assessoramento técnico na elaboração de plano de ação e estudos e pesquisas.	Profissionais capacitados	700	100%		o valor desta ação está incluído na ação nº 29	100,0%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente									
Nº da Ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Sub-Ação*	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
34	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS a adolescentes vítimas de violência – Capacitação de Recursos Humanos, Assessoramento técnico na elaboração de plano de ação e estudos e pesquisas sobre	Assessorias realizadas	11	136%			0%
35	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS a adolescentes vítimas de violência – Capacitação de Recursos Humanos, Assessoramento técnico na elaboração de plano de ação e estudos e pesquisas sobre	Pesquisas realizadas	1	0%		0	0,0%
36	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS para adolescentes autores de violência – Capacitação de Recursos Humanos, Assessoramento técnico na elaboração de plano de ação e Estudos e Pesquisas	Profissionais capacitados	700	100%	500.000,00	0	0,0%
37	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS para adolescentes autores de violência – Capacitação de Recursos Humanos, Assessoramento técnico na elaboração de plano de ação e Estudos e Pesquisas	Assessorias realizadas	11	145%		0	0,0%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente									
Nº da Ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Sub-Ação*	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
38	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS para adolescentes autores de violência – Capacitação de Recursos Humanos, Assessoramento técnico na elaboração de plano de ação e Estudos e Pesquisas	Pesquisas realizadas	1	0%	0	0,00	0,0%
39	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Apoio a Serviços Extra-Hospitalares para Transtornos de Saúde Mental e decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas. (MS-FUNASA)	MS	Prevenção, Promoção e Tratamento aos usuários de substâncias psicoativa, e transtornos mentais através da implantação e expansão de CAPS/AD e CAPS - I	N.º de CAPS/AD - e CAPSi - implantados ou expandidos	Serão implant.40 CAPSad e 20 CAPSi	58% CAPSad 40% CAPSi	10.200.000,00 este valor é para todos os CAPS e não apenas para CAPSad eCAPSi	1.390.00,00	20% CAPSad 45% CAPSi
40	Brasil Escolarizado/ Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica.	MEC/ FNDE	N/T	Alunos beneficiados	3.000.000	2%	4.000.000,00	3.627.933,00	90,6%
41*****	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	MS/ FUNASA	Estruturação de unidades de saúde para atendimento à população indígena	Construção/ Reforma/ Equipamento	273	05 Casas reformadas e 04 novos Postos de saúde construídos; Encontram-se em fase de licitação 32 unidades entre postos de Saúde, Casai e Pólos Base; Em fase de Construção: 03 Casai.	9.900.000,00	7.659.903,90	77,37

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente									
Nº da Ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Sub-Ação*	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
42*****	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	MS/FUNASA	Atenção à saúde dos povos indígenas	Indígenas atendidos	231.179	441.146	161.134.191,85	160.032.728,35	99,32 %
43*****	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Capacitação de Profissionais para Atenção à Saúde da População Indígena. (MS-FUNASA) **	MS/FUNASA	Capacitação de profissionais para a atenção à saúde da população indígena	Profissionais capacitados	6.260	16%	4.500.000,00	4.356.988,35	96,82 %
TOTAL	-	-	-	-	-	-	2318541893	2267836792	98 %

Fonte: Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério do Planejamento/SPI. Elaboração: IPEA/DISOC

* Nível de desagregação maior do que o encontrado no PPA.

** Esta ação teve sua execução financeira apropriada na proporção de 33,93%, correspondente à proporção da população de 0 a 18 incompletos na população brasileira, segundo dados do IBGE/PNAD 2002. A meta física não foi apropriada.

*** Esta ação teve sua execução financeira apropriada na proporção de 31%, correspondente aos gastos com internações hospitalares realizados no Sistema Único de Saúde - SUS - com a população de 0 a 19 anos, conforme dados do Ministério da Saúde. A meta física não foi apropriada

*** As ações de nº 29 a 36 tiveram o valor único de R\$ 500mil para executar todas as ações a execução das ações 36 e 37 foram feitas em parceria com os estados sendo utilizados outros recursos fora do estabelecido pelo PPA

*** Esta ação teve sua execução financeira apropriada na proporção de 31%, correspondente aos gastos com internações hospitalares realizados no Sistema Único de Saúde - SUS - com a população de 0 a 19 anos, conforme dados do Ministério da Saúde. A meta física não foi apropriada

**** Esta ação teve sua execução financeira apropriada na proporção de 14%, correspondente à participação de crianças e adolescentes com deficiências no total da população portadora de necessidades especiais, segundo dados do IBGE/Censo 2000. A meta física não foi apropriada

***** Esta ação teve sua execução financeira apropriada na proporção de 56,16%, correspondente ao percentual de indígenas entre 0 e 18 anos vivendo em aldeias de acordo com informações da FUNAI. A meta física não foi apropriada.

3.4.2 AVANÇOS OBTIDOS

Dentre os principais avanços da ação de implantação de equipes do Saúde da Família destacam-se:

- i. Aumento de 4.534 equipes de saúde da família implantadas no Brasil. Em dezembro de 2002 havia 16.698 equipes da saúde da família e em dezembro de 2004 o País já contava com 21.232 equipes implantadas. Cumpre observar que são 4.482 equipes acumuladas desde janeiro de 2003. Só em 2004 foram implantadas 2.112 novas equipes, representando um crescimento de 9,97% em oito meses;
- ii. atendimento a 69,0 milhões pessoas (38,9% da população brasileira) em todas as Unidades Federadas e em 4.754 (85,5%) municípios. Isto representa a maior garantia de oferta de atenção básica em saúde da história da saúde coletiva do Brasil;
- iii. aumento do número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) implantadas na estratégia saúde da família. Em dezembro de 2002 havia 4.261 ESB na saúde da família, distribuídas em 2.302 municípios. Até dezembro de 2004, o País já contava com 8.951 ESB em 3.184 municípios, o que totaliza 4.690 novas equipes implantadas, representando um crescimento de 111%;
- iv. o percentual de Equipes de Saúde da Família com Equipes de Saúde Bucal era de 26% em dezembro de 2002. Este percentual aumentou até dezembro de 2004 para 42%;
- v. como consequência do aumento do número de ESB, a cobertura, em termos de população vinculada às equipes, aumentou de 26.170.330, em dezembro de 2002, para 47.190.745 pessoas;
- vi. ampliação das ações especializadas de saúde bucal, através da implantação, até dezembro de 2004, de 100 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) que ofertam tratamento de canal, atendimento a pacientes especiais, tratamento de doenças da gengiva, cirurgias e diagnóstico bucal com ênfase na detecção do câncer de boca, além de outros procedimentos a serem definidos localmente;
- vii. estímulo à fluoretação da água de abastecimento público.

Foram várias as estratégias de gestão implementadas para garantir esses resultados, dentre as quais destacam-se:

- i. Aumento de 20% nos valores dos incentivos de custeio das equipes da Saúde da Família, do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e da Saúde Bucal a partir da competência maio de 2003;
- ii. ampliação do acesso, por meio da estratégia Saúde da Família, à atenção à saúde de populações em situação de desigualdade social considerando as diversidades regionais e utilizando uma política de financiamento apoiada no princípio da equidade, a partir da revisão dos valores repassados como incentivo à Saúde da Família e à Saúde Bucal, com um incremento de 50% dos valores atuais;
- iii. além destes reajustes, houve mais um aumento de 37% do incentivo de custeio para Equipes de Saúde Bucal modalidade I e 45% de aumento do mesmo incentivo para Equipes de Saúde Bucal modalidade II;

- iv. repasse de R\$ 1.000,00 a mais para ESB já implantadas e novas equipes destinado à compra de instrumentais a serem utilizados na fase clínica de prótese;
- v. estabelecimento de repasse para cada ESB modalidade II de um consultório odontológico completo para o trabalho do Técnico em Higiene Dental;
- vi. alteração das faixas de cobertura populacional para os municípios com mais de 100.000 habitantes, a partir de maio de 2003 (regime de competência);
- vii. alteração do parâmetro para implantação da Saúde Bucal, possibilitando a relação de uma equipe para cada Equipe de Saúde da Família;
- viii. financiamento adicional, com recursos do Banco Mundial, para a implantação e a expansão da estratégia de Saúde da Família nos municípios com mais de 100 mil habitantes;
- ix. instituição de incentivos financeiros para a implantação e custeio dos CEO da seguinte forma: os CEO com 3 cadeiras odontológicas (Tipo I) recebem R\$ 40.000,00 para a aquisição de equipamentos e reforma/ampliação; e os CEO com no mínimo 4 cadeiras (Tipo II) recebem R\$ 50.000,00. Para a manutenção das atividades, os CEO Tipo I recebem, mensalmente, um incentivo de R\$ 6.600,00 e os CEO Tipo II recebem R\$ 8.800,00;
- x. entrega de 730 consultórios odontológicos, sendo 396 para ESB modalidade II e 334 para implantação de CEO; e
- xi. até dezembro de 2004, foram repassados recursos financeiros para a implantação de 214 novos sistemas de fluoretação da água de abastecimento público.

No âmbito do Programa Atenção à Saúde de Populações Estratégicas em Situações Especiais de Agravos estão contempladas no PPACA as ações "Atenção à Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem", "Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência" e a referente à saúde mental⁴, dos quais os principais avanços são os mesmos destacados no relatório semestral, quais sejam o apoio a pesquisas e ao fortalecimento municipal.

Já na atenção à saúde do adolescente e do jovem, os avanços destacados são os mesmos evidenciados no relatório semestral, sendo os principais o fomento à participação, a capacitação de facilitadores, e atenção à saúde de adolescentes privados de liberdade.

Na área de atenção à saúde da pessoa com deficiência, os avanços registrados no ano de 2004 são os mesmos destacados no âmbito do relatório semestral, sendo o principal avanço a implantação das Redes Estaduais de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência Física em conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde.

- i. Na área da saúde mental de crianças e de adolescentes, a principal orientação do Ministério da Saúde foi ampliar a implantação dos CAPSi e CAPSad. Atualmente são 44 CAPSi e 71 CAPSad. Outros destaques importantes são a redução de 5.000 leitos em hospitais psiquiátricos como resultado do

4 As ações voltadas para pessoas com deficiência e de atenção à saúde mental dirigem-se ao conjunto da população que necessita desses serviços. Sempre que possível, foram destacadas ações específicas para o grupo infanto-juvenil, sendo que no Quadro 5, os recursos financeiros envolvidos na ação "Atenção à Saúde da Pessoa com deficiência" foram apropriados na razão de 14%, equivalente à proporção de crianças e adolescentes com deficiência no conjunto deste segmento da população.

Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS (PRH), considerando os anos de 2003 a 2004 e a instalação do Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-juvenil; e

- ii. dentro do programa que visa garantir a atenção à saúde das populações indígenas, os principais avanços obtidos nas ações voltadas para a promoção da saúde das crianças e adolescentes indígenas foram as mesmas destacadas no relatório semestral, envolvendo ações de ampliação do Bolsa Família para este seguimento como a articulação dos demais programas do Ministério da Saúde.

3.4.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

No tocante ao PAB para a Saúde da Família, não foram relatadas quaisquer dificuldades para o alcance das metas contidas no Plano para esta ação.

Na área de atenção à saúde da criança, o desafio é a redução das taxas de mortalidade neonatal.

Na área de atenção à saúde do adolescente e do jovem, as dificuldades principais são o baixo percentual de serviços de saúde que oferecem atenção diferenciada e resolutiva a adolescentes; a necessidade de incluir, de forma integral e efetiva, a faixa etária relativa aos adolescentes e jovens nas normas operacionais que estruturam o SUS.

Quanto à atenção à saúde mental, a principal dificuldade é a inexistência de CAPS em muitos municípios com população acima de 100 mil habitantes.

No que se refere ao Programa Atenção à Saúde da População em Situações de Violências e Outras Causas Externas, a principal dificuldade encontrada é o atraso no cumprimento do cronograma de repasses financeiros

O Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE) vem enfrentando uma série de obstáculos para sua implementação, desde 2003. Dentre estes destacam-se os problemas no processo de licitação e o contingenciamento da maior parte dos recursos no orçamento de 2004.

3.5- AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO E À ÁGUA POTÁVEL DE QUALIDADE

Os dois grandes desafios do setor constantes das diretrizes da 1ª Conferência das Cidades - a retomada do financiamento e dos investimentos e a construção da Política Nacional de Saneamento - foram enfrentados pelo Governo Federal como uma de suas prioridades.

O Plano contempla ações de saneamento ambiental especialmente voltadas para os municípios de menor porte e para as áreas rurais, com destaque para os assentamentos, os quilombos, as reservas extrativistas e as áreas indígenas. Além disso, várias ações contidas no PPACA destinam-se especificamente a garantir o acesso fácil à água pelas populações do semi-árido, de modo a melhorar a qualidade da saúde das populações locais e a contribuir para a redução da pobreza na região.

3.5.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

No setor de saneamento, em 2003 e 2004 o Governo Federal contratou, por meio de todos os Ministérios, um montante de R\$ 6,1 bilhões, sendo R\$ 2,0 bilhões de recursos não onerosos e os valores referentes aos financiamentos chegaram à ordem de R\$ 4,1 bilhões (FGTS e BNDES), cabendo 70% destes valores aos Estados e suas companhias de saneamento. A retomada dos financiamentos está acontecendo em conjunto com o

Programa de Desenvolvimento Institucional, que visa apoiar e recuperar os operadores públicos na prestação dos serviços, com mais de 30 Acordos de Cooperação Técnica.

A execução geral deste desafio é complexa e diferenciada, pois muitas obras previstas já foram concluídas (15 sistemas), enquanto outras estão em plena execução (13 sistemas). Por outro lado, algumas obras encontram-se na fase final de licitação (10 obras), devendo ser iniciadas ainda em 2005 ano, com término previsto para 2006 ou 2007. Há, também, obras cujo processo de contratação foi iniciado, mas que ainda não foram conveniadas. A previsão do Ministério da Integração Nacional é de que todas as obras estarão concluídas até 2007⁵.

Ao Ministério da Integração Nacional, responsável pela infra-estrutura hídrica, em nível federal, também cabe a gestão do Programa Proágua Infra-Estrutura. As únicas obras concluídas são as da barragem e da adutora São Bento, em Santa Catarina, enquanto as demais estão em fases distintas do processo de execução, embora sua conclusão esteja prevista para 2007⁶.

A ação "Apoio à Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias", que corresponde ao "Projeto Um Milhão de Cisternas" do Programa Acesso à Alimentação, do MDS, apresentou execução financeira de 99,5%, sendo que foram construídas 76% do total das cisternas previstas, não incluídas aquelas que foram construídas com recursos da FEBRABAN. A Meta Proposta deverá ser atingida até meados de 2005, em razão do prazo de vigência dos convênios.

5 As ações 64, 68, 71, 77, 91 e 92 foram excluídas do PPA 2004-2007 e, conseqüentemente, do PPACA. Para maiores detalhes sobre as demais ações do Programa Conviver/Proágua Semi-Árido, ver planilha do Anexo I.

6 A ação 97 teve sua execução paralisada por demanda do Tribunal de Contas da União. Embora todas as ações do Programa sejam co-financiadas por um fundo internacional cujo convênio com o Ministério da Integração Nacional se encerra em 2007, algumas delas (93, 102, 103, 105, 107, 109 e 113) ainda estão em fase de projeto ou execução inicial, não tendo previsão de término até aquele ano. Para maiores detalhes sobre as demais ações do Programa Proágua Infra-Estrutura, ver planilha do Anexo I.

QUADRO 6- Ampliação do acesso ao saneamento e à água potável de qualidade

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Mcidades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
44	Saneamento Ambiental Urbano/ Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS)	MCIDADES	N/T	Projeto	01	00	3.300.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004 Contrato assinado com o BID em 16/09/2004, em fase de contratação da gerenciadora através da Concorrência Pública Internacional nº 015/2001
45	Saneamento Ambiental Urbano/ Apoio à Implantação e Ampliação de Sist.s de Abast. de Água em Municípios com Pop. Superior a 15.000 habitantes.	MCIDADES	N/T	Famílias Beneficiadas	11.906	18%	13.096.704,00	2.311.388,64	17,65%	A dotação original era de R\$ 3.510.000,00, a diferença refere-se a emendas parlamentares. Contrato assinado com o BID em 16/09/2004, em fase de contratação da gerenciadora através da Concorrência Pública Internacional nº 015/2001

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Midades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
46	Saneamento Ambiental Urbano/ Apoio à Implantação e Ampliação de Sist.s de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com Pop. Superior a 15.000 habitantes	MCIDADES	N/T	Famílias Beneficiadas	59.949	31%	77.934.250,00	24.081.600,00	30,90%	A dotação original era de R\$ 8.190.000,00, a diferença refere-se a emendas parlamentares. Contrato assinado com o BID em 16/09/2004, em fase de contratação da gerenciadora através da Concorrência Pública Internacional nº 015/2001
47	Saneamento Ambiental Urbano/ Apoio à implantação e ampliação de sistemas de Abastecimento de água pelo programa de saneamento ambiental em RM's críticas	MCIDADES/ FUNASA	N/T	Famílias Beneficiadas	59.949	18.524	217.804.134,00	152.579.610,22	70%	Execução financeira até 31/12/2004, trata-se de recursos do Ministério da Saúde
48	Saneamento Ambiental Urbano/ Financiamento para a implantação e ampliação de sistemas de Abastecimento de água(FGTS)	MCIDADES	N/T	Famílias Beneficiadas	409.091	165%	742.968.316	742.968.316*	100%	A dotação original era de R\$ 450.000.000,00. * referem-se a operações de crédito contratadas, cujos desembolsos se darão proporcionalmente ao

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Mcidas, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
										andamento das obras
50	Saneamento Ambiental Urbano/ Financiamento P/ Implantação e Ampliação de Sist.s de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários (FGTS)	MCIDADES	N/T	Famílias Beneficiadas	553.846	121%	973.534.832	871.968.123*	89,60%	A dotação original era de R\$ 720.000.000,00. * referem-se a operações de crédito contratadas, cujos desembolsos se darão proporcionalmente ao andamento das obras, ressalta-se que a não execução deveu-se a não contratação de propostas selecionadas, mas cujos proponentes, não possuíam capacidade de pagamento ou estavam com seu nível de endividamento esgotados

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Midades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
51 e 52	Saneamento Ambiental Urbano e Saneamento Rural/ 51: Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000; 52: Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes e 57*: Implantação de Serviços de Abastecimento de Água (Saúde e Saneamento no Piauí)*.	MS/ FUNASA	N/T	Crianças atendidas de 0 a 14 anos	41.380	88%	250.724.523,40	171.168.016,21	68,27%	
53 e 54	Saneamento Ambiental Urbano/ 53: Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000; 54: Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes e 58: Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (Saúde e Saneamento no Piauí).	MS/ FUNASA	N/T	Crianças atendidas de 0 a 14 anos	9.873	73%	252.495.982,19	227.119.970,72	89,95%	
55	Saneamento Ambiental Urbano/ Implantação de	MS/ FUNASA	N/T	Crianças atendidas de	12.085	370%	97.102.073,60	77.696.611,99	80,02%	

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Mcidas, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
	Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos			0 a 14 anos						
56	Saneamento Rural/ Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	MS/ FUNASA	N/T	Famílias beneficiadas	6.304	17%	22.682.441,20	15.976.000,00	70,43%	
59	Saneamento Rural/ Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Localidades com População Inferior a 2.500 habitantes e Áreas Rurais. (assentamentos, quilombos, reservas extrativistas, etc.).	MS/ FUNASA	N/T	Famílias beneficiadas	4.492	*	30.000.000,00	8.163.069,94	27,21%	
60	Saneamento Rural/ Ampliação de Ações de Saneamento Básico em Aldeias Indígenas.	MS/ FUNASA	Implantação de Saneamento básico em áreas indígena	Aldeias beneficiadas	877	46,2%	26.000.000,00	14.565.702,50	56,02%	
61	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Apoio a Projetos de Saneamento Integrado em Municípios com Pop. de até 20 mil habitantes na Região do Semi-Árido.	MCIDADES	N/T	Famílias Beneficiadas	0	0	4.000.000,00	0	0%	Contrato em negociação com o BIRD
62	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Recuperação do Sifão de Umburanas no Estado	MIN	N/T	Obra executada	100%	100% - Trecho Umburanas; 40% - Trecho Pirangi; 0% -	6.932.000,00	3.059.000,00	44%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Midades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
	do Ceará (Proágua Semi-Árido).					Trecho Canal Ererê-Pacoti				
63	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Ampliação do Abast. de Água do Subsist. da Adutora do Feijão - 3ª Etapa - com 250 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido).	MIN	N/T	Obra executada	100%	25%	10.125.000,00	10.125.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
65	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Ampliação do Sist. Ibiapaba e Implantação da Adutora Graça-Pacujá-Mucambo. Com 44 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	40%	Em licitação /contratação	2.530.000,00	1.569.452,84	62%	Execução financeira até 31/12/2004
66	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Ampliação, Recuperação e Automação dos Sist.s Integrados de Alto Sertão e Sertaneja no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	5%	Em licitação /contratação	3.192.614,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
67	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Construção da Barragem Arneiróz II no Estado do Ceará	MIN	N/T	Construção de barragem	100%	90%	5.972.812,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Mcidas, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
	(Proágua Semi-Árido)									
69	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Dessalinização de Água - Projeto Água Boa	MIN	N/T	Poço dessalinizado			983.125,00	732.938,66	75%	Execução financeira até 31/12/2004
70	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Implantação da Adutora de Lavras da Mangabeira com 28 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	50%	Em licitação /contratação	1.447.068,00	713.150,94	49%	Execução financeira até 31/12/2004
71	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Implantação de Poços Públicos.	MIN	N/T	Poço implantado	Excluída por se tratar de Emenda Parlamentar que não foi priorizada devido às restrições orçamentárias	5.465.800,00 Foram encontrados os dados orçamentários para a ação 7766 do PPA, apesar de ter sido informado no relatório anterior de que a ação havia sido excluída devido às restrições orçamentárias.	4.116.639,62 Foram encontrados dados de execução financeira para a ação 7766 de ter sido informado no relatório anterior de que a ação havia sido excluída devido às restrições orçamentárias.			Execução financeira até 31/12/2004

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Midades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
72	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. de Abast. de Água e Esgoto em Diamantina no Estado de MG (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	5%	2.916.000,00	1.399.428,80	48%	Execução financeira até 31/12/2004
73	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação de Sist. De Abast. De Água em Araçuaí no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	45%	Araçuaí 1A – 15%; Araçuaí 1B – Em estudo	6.155.000,00	3.498.849,00	57%	Execução financeira até 31/12/2004
74	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Implantação do Sist. Integrado de Abast. de Água de Santana com Sist. Adutor de 145 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	40%	Em licitação /contratação	5.000.000,00	5.000.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
75	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação de Sist.s de Abast. de Água em São Francisco e Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	Não Conveniada; Em elaboração dos estudos	Não foram encontrados os dados orçamentários para a ação 5808 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5808 do PPA.			
76	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação de Sist.s Simplificados de	MIN	N/T	Obra executada	100%	1ª etapa - Em licitação /contratação; 2ª	4.800.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Mcdades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
	Abast. de Água de Pequenas Localidades de acordo com o Padrão Central no Estado da Bahia					etapa – Em elaboração do projeto				
78	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. Adutor de Catarina com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	40%	Em licitação /contratação	1.010.000,00	713.150,94	71%	Execução financeira até 31/12/2004
79	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Implant. do Sist. Adutor de Catunda com 2 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	Em licitação /contratação	1.020.964,00	490.000,00	48%	Execução financeira até 31/12/2004
80	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implant. do Sist. Adutor de Pires Ferreira com 16 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	60%	Em licitação /contratação	1.428.830,00	1.010.000,00	71%	Execução financeira até 31/12/2004
81	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. Adutor de Serra do Félix-Boqueirão do Cesário com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	60%	Em licitação /contratação	2.306.764,00	615.754,73	27%	Execução financeira até 31/12/2004
82	Desenvolvimento Integrado e Sustentável	MIN	N/T	Obra executada	35%	2%	5.753.778,00	5.753.778,00	100%	Execução financeira até

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Midades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
	do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. Adutor do Garrincho com 195 km no Estado do Piauí (Proágua Semi-Árido)									31/12/2004
83	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. Adutor Gavião-Pecém com 19 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	8%	Em licitação /contratação	3.100.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
84	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Sist. Adutor do Congo com 163 km no Estado da Paraíba (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	80%	7.252.053,76	4.586.839,00	63%	Execução financeira até 31/12/2004
85	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sist. Adutor Luiz Gonzaga c/ 118 km no Estado de Pernambuco (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	0%	Em licitação /contratação	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 5822 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5822 do PPA.		
86	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sist. Adutor Serra de Santana - 2ª Etapa – c/ 205 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	95%	45%	11.240.000,00	9.270.334,00	82%	Execução financeira até 31/12/2004
87	Desenvolvimento Integrado e Sustentável	MIN	N/T	Obra executada	100%	48%	10.510.000,00	7.469.577,94	71%	Execução financeira até

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Midades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
	do Semi-Árido – CONVIVER/ Sist. Integ. Adutora do Agreste no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido)									31/12/2004
88	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sistema Integrado Adutora do Piauítinga no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	85%	8.617.122,00	8.617.121,87	100%	Execução financeira até 31/12/2004
89	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Sist. Integrado. de Abast. de Água de Planalto e Barra do Choça c/ Adutora de 23 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	0% - Aguardand o estudos ambientais da Barragem Serra Preta p/ início das obras	7.539.796,00	1.767.242,00	23%	Execução financeira até 31/12/2004
90	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sist. Integrado de Saneamento Rural no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	Não Conveni ada (Deverá ser execu ta em 2005); Em elaboraç ão dos estudos	Não foram encontrad os dados orçamentár ios para a ação 5874 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5874 do PPA.			
93	Proágua Infra-Estrutura/ Ampliação do Açude do Encanto n Rio Grande do Norte	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 3393 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 3393 do		

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Midades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
								PPA.		
94	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora de Acauã com 55 Km na Paraíba	MIN	N/T	Obra executada	1	0	100.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
95	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora de Santa Cruz com 90 Km no Rio Grande do Norte	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 1672 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 1672 do PPA.		
96	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora de São Francisco com 42,5 Km em Sergipe	MIN	N/T	Obra executada	20	0	12.000.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
97	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora de Italuís com 45 Km no Maranhão	MIN	N/T	Obra executada	45	0	10.000.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
98	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora do Oeste com 721 Km no Pernambuco	MIN	N/T	Obra executada	1	0	2.566.965,00	2.564.965,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
99	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora Jacuzinho com 243 Km no Pernambuco	MIN	N/T	Obra executada	95	2	13.090.000,00	13.087.237,91	100%	Execução financeira até 31/12/2004
100	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora São Bento com 13Km em Santa Catarina	MIN	N/T	Obra executada	0	0	1.600.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
101	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem Berizal em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	26	2	7.693.860,00	5.702.060,64	74%	Execução financeira até 31/12/2004
102	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem de Congonhas	MIN	N/T	Obra executada	1	0	1.000.000,00	1.000.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Midades, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
	em Minas Gerais									
103	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem de São Pedro em Pernambuco	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 3521 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 3521 do PPA.		
104	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem do Córrego João Leite em Goiás	MIN	N/T	Obra executada	100	0	5.000.000,00	4.000.000,00	80%	Execução financeira até 31/12/2004
105	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem do Peão em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 5924 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5924 do PPA.		
106	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem do Poço Marruá no Piauí	MIN	N/T	Obra executada	26	26	18.000.000,00	18.000.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
107	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem Jequitai em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	30	13	11.300.000,00	2.430.226,19	22%	Execução financeira até 31/12/2004
108	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem na Bacia do Rio Poxim em Sergipe	MIN	N/T	Obra executada	0	0	6.700.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
109	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da barragem Vacaria em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	23	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 3327 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 3327 do PPA.		

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - Execução Física e Financeira										Observações
I - Promovendo Vidas Saudáveis - Desafio: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade – Mcidas, MIN, Funasa										
Nº da Ação no PPACA¹	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Sub-Ação*	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
110	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do Açude Algodão II no Piauí	MIN	N/T	Obra executada	1	0	100.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
111	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do Açude Estreito no Piauí	MIN	N/T	Obra executada	8	0	400.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
112	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do complexo Castanhão no Ceará	MIN	N/T	Obra executada	88	3	20.750.000,00	20.402.821,81	98%	Execução financeira até 31/12/2004
113	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do Sist. Adutor Frei Damião com 435 Km no Pernambuco	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 101K do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 101K do PPA.		
114	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do Sist. de Abast. de água da Bacia Leiteira com 118 Km em Alagoas	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 5254 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5254 do PPA.		
TOTAL	-	-	-	-	-	-	2935893648	2442177339	83%	

Observação: Para melhor compreensão dos desta planilha, sugere-se observar que vários programas aqui destacados não foram incluídos na LOA 2004

*As obras serão executadas em 2005.

1 Neste Relatório de Gestão, as ações 51, 52 e 57 foram reunidas em um único item, por se entender que, para os objetivos de acompanhamento do PPACA, não haveria prejuízo consolidar ações cujo objetivo é atender as famílias com abastecimento de água, ainda que os municípios-alvo seja diferentes. O mesmo aconteceu com as ações 53, 54 e 58

3.5.2 AVANÇOS OBTIDOS

O Programa Saneamento Ambiental Urbano teve em 2004 os avanços já destacados no relatório semestral, sendo os principais a ampliação dos recursos disponíveis, a consolidação da gestão colegiada, a adoção de novos critérios de pontuação para a seleção pública de projetos de saneamento ambiental, o descontingenciamento de alguns recursos do orçamento e o surgimento de novos financiadores.

No Programa Saneamento Rural, os avanços registrados nas ações dos dois programas a cargo da Funasa são:

- i. Execução de 79,1% dos recursos financeiros previstos⁷. Considerando-se as metas físicas, o atendimento às crianças entre 0 e 14 anos já superou os 80,5%, sendo que no caso da ação “Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos” ultrapassou-se em muito a meta inicialmente prevista. Cabe ressaltar que este desempenho não contempla a ação “Apoio ao controle de qualidade de água para consumo humano”, cujas informações sobre execução física ou financeira não foram disponibilizadas;
- ii. no que tange às ações do Programa Saneamento Rural constantes do PPACA, a execução financeira, no período, ficou em torno de 51% . A implantação de melhorias habitacionais para o controle da Doença de Chagas atingiu a execução de 70,4% dos recursos autorizados; no entanto, o atendimento à população alcançou, no período, apenas 17% da meta proposta;
- iii. implementação de um sistema informatizado que permite o acompanhamento, desde Brasília, da execução física das ações; e
- iv. ampliação do montante de recursos alocados no orçamento geral dos programas para o exercício de 2004, em torno de R\$1,0 bilhão⁸.

Os demais programas não tiveram avanços no período.

3.5.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

As dificuldades encontradas para a implementação das ações do Programa Saneamento Ambiental Urbano e do Programa Saneamento Rural são o atraso da programação orçamentária de cada ano, na maioria das vezes, que só se dá no final do primeiro semestre e a forma de repasse de recursos por meio de convênio, seus diversos procedimentos e etapas. Além disso:

- i. Durante o processo de celebração de convênios, se faz necessária a aprovação técnica dos projetos apresentados por estados e municípios. Na maioria das vezes esses projetos não atendem às normas técnicas sendo reprovados na 1ª análise, ficando os convenientes de sanarem as pendências, o que muitas vezes demora mais de 3 meses para acontecer. Ainda durante a fase de celebração, para algumas ações é necessário que os convenientes apresentem licença ambiental e documento de posse de terreno, sendo bastante comum o atraso na apresentação destes documentos. Desta forma, a liberação da 1ª parcela do convênio sofre um atraso, pois só é possível o pagamento da mesma após todas as pendências técnicas e legais serem sanadas;

7 Neste Relatório de Gestão, as ações 51, 52 e 57 foram reunidas em um único item, por se entender que, para os objetivos de acompanhamento do PPACA, não haveria prejuízo em consolidar ações cujo objetivo é atender as famílias com abastecimento de água, ainda que os municípios-alvo seja diferentes. O mesmo aconteceu com as ações 53, 54 e 58.

8 Dadas as especificidades das ações contidas no PPACA, apenas parte deste montante foi incorporada ao Plano.

- ii. após esta primeira fase, os convenientes realizam as licitações das obras e inicia-se a execução física das obras que é de responsabilidade dos estados e municípios, cabendo à Funasa acompanhar a execução do convênio. Desta forma, a governabilidade sobre a conclusão das obras não é integralmente da Funasa, que busca por intermédio de visitas técnicas obter os resultados esperados. Estas visitas ocorrem em diversos momentos da obra, sendo recomendadas pelo menos três durante a vigência do convênio. Para garantir a boa aplicação dos recursos, a Funasa só paga a 3ª parcela do convênio após a prestação de contas da primeira;
- iii. inexistência de um arcabouço jurídico de regulação e fiscalização, ou seja, a ausência de uma política nacional para o setor de saneamento ambiental. Entende-se que a falta de um instrumento de regulação e de uma política nacional é um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento do setor saneamento e de um maior volume de investimentos na busca da tão desejada universalização dos serviços de saneamento ambiental;
- iv. responsabilidade partilhada das ações no setor saneamento, o que muitas vezes constitui um entrave à efetivação das ações. A União, até por questões constitucionais, não é um operador ou construtor de sistemas, mas tem como incumbência apoiar as ações de saneamento dos outros entes da federação, seja por meio do empréstimo de recursos onerosos dos grandes fundos públicos nacionais, seja por meio de convênios para repasse dos recursos fiscais ou provenientes de empréstimos internacionais aos estados e municípios ou suas empresas e autarquias. Os tomadores dos recursos é que são os responsáveis pelas licitações e pela execução das obras e, conseqüentemente, pela operação e manutenção futura dos sistemas, cabendo à União acompanhar essas ações;
- v. longo prazo necessário ao cumprimento de todos os procedimentos estabelecidos na Lei 8.666/93 para a contratação de obras envolvendo valores de grande monta. Como é necessário realizar contratações volumosas todos os anos para que não haja risco de estagnação e descontinuidade no setor, os projetos são amplos, têm prazos de execução de anos e envolvem muitas ações, o que implica em um trâmite legal bastante lento;
- vi. baixa capacitação dos tomadores dos recursos e operadores dos sistemas, principalmente nos municípios de pequeno porte. Para celebrar os convênios e repassar os recursos, faz-se necessária a aprovação técnica dos projetos apresentados, os quais, em geral, não atendem as normas técnicas, sendo, portanto, reprovados na primeira análise. Ainda durante a fase de celebração do convênio, para algumas ações, é necessário que os convenientes apresentem licença ambiental e documento de posse de terreno, sendo bastante comum o atraso na apresentação desses documentos, o que atrasa a liberação da primeira parcela do convênio, que só pode ser efetuado após a resolução de todas as pendências técnicas e legais;
- vii. dificuldades dos gestores estaduais, municipais e de suas respectivas empresas públicas em preencher os pré-requisitos do risco de crédito e do endividamento;
- viii. ausência de governabilidade sobre a conclusão das obras por parte dos órgãos federais. Uma vez concluída a celebração dos convênios, os convenientes realizam as licitações das obras e inicia-se a sua execução física. Embora a liberação de novos recursos acontece apenas mediante a prestação

de contas relativa à parcela imediatamente anterior, são comuns os atrasos na execução das obras, sobre o que os órgãos federais não têm controle;

- ix. pendências fiscais ou relativas a repasses anteriores por parte de muitos dos entes federados com a União;
- x. contingenciamento dos recursos, o que dificulta o desempenho orçamentário e tem como consequência a diminuição das metas físicas;
- xi. subdimensionamento da equipe da Secretária Nacional de Saneamento Ambiental; e
- xii. abreviação do trâmite para aprovação da Política Nacional de Saneamento Ambiental e para a sua integração com a proposta da Política Nacional de Resíduos Sólidos apresentada pelo MMA.

Além destas dificuldades apontadas, é necessário colocar algumas observações sobre o andamento das ações de saneamento, em 2004:

- i. O Programa 0122 – Abastecimento de água e Esgotamento sanitário (Saúde e saneamento no Piauí) tem o gerenciamento orçamentário e financeiro sob a responsabilidade da Coordenação Executiva de Projetos, da Secretaria Executiva do MS;
- ii. o Programa 1287 – Projetos Especiais – no ano de 2004, não teve suas obras iniciadas/concluídas, passando para 2005;
- iii. a meta para as ações de saneamento em aldeias indígenas, definida pela Coordenação da Saneamento em Áreas Indígenas – Consan/Cgesa/Densp, é inferior (665) àquela proposta pelo PPACA (877), com os percentuais de 73% e 46,3% respectivamente; e
- iv. no momento, está sendo feita uma análise e avaliação do Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento – Sigesan, em especial do seu processo de alimentação de dados. Neste sentido, alguns dados foram e estão sendo corrigidos.

No âmbito do Conviver/Proágua Semi-árido, a maior dificuldade enfrentada foi a lentidão na implementação dos projetos selecionados, que ocorre, ora por dificuldades financeiras para o aporte de contra-partida, ora por dificuldades técnicas operacionais por parte dos conventes⁹.

O Programa Proágua Infra-Estrutura vem enfrentando algumas dificuldades para implementar as ações programadas, das quais destacam-se a descontinuidade dos fluxos de recursos orçamentários e financeiros e os indícios de irregularidades, levantados pelo Tribunal de Contas da União, que impossibilitam a continuidade de algumas obras relacionadas no PPACA.

⁹ A partir de 2004, as questões de ordem financeira referente aos recursos federais deixaram de ser impeditivos à realização dos projetos, dada a prioridade conferida pelo Ministério da Integração Nacional ao Programa Conviver/Proágua Semi-Árido.

COMPROMISSO II

PROVENDO EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



1. COMPROMISSO II – PROVENDO EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O segundo compromisso tem o objetivo central de garantir o acesso à escola de qualidade, por meio de quatro desafios.

4.1- EXPANSÃO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O objetivo é a ampliação da inclusão escolar das crianças de 0 a 6 anos, de forma a que a taxa de frequência à escola passe dos 37,7% atuais (2003) para 65% em 2007.

São nove as ações para expandir e melhorar a qualidade da educação infantil, sob responsabilidade do MEC e do MDS.

As ações do MEC que integram o PPACA no desafio de promover a expansão e a melhoria da qualidade da educação infantil inserem-se em quatro programas distintos: Educação na Primeira Infância, Brasil Escolarizado, Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação e Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino.

4.1.1- EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

A execução financeira das ações atingiu, em 2004, cerca de 93% do total de R\$289,9 milhões previsto para esse exercício, o que equivale à liquidação de aproximadamente R\$271,03 milhões, conforme pode ser observado no Quadro 7. Embora os recursos previstos para a realização das ações do Programa Educação na Primeira Infância tenham sido reduzidos, nem todos os municípios que podiam pleiteá-los o fizeram, o que fez com que 29,5% do montante de recursos oferecidos para a educação das crianças de 0 a 3 anos de idade fossem utilizados durante o ano de 2004. É importante ter em conta que duas das ações que compõem este programa tiveram três emendas parlamentares por município, não tendo sido executadas na sua totalidade. Desta forma, não se pode atribuir a responsabilidade da execução apenas ao MEC.

Esse problema também afetou a execução das ações dos Programas Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação e Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino voltadas para esta faixa etária. Os recursos repassados chegaram a 67,9% dos valores previstos e aprovados.

No âmbito do Programa Brasil Escolarizado, houve o comprometimento de 60,7% dos recursos disponíveis para a efetivação do repasse relativo à distribuição de material didático para a pré-escola, e para a produção e a distribuição de periódicos aos professores foi utilizada a totalidade dos recursos previstos.

No que tange à execução física das ações, deve-se atentar para os entraves à sua implementação apresentados no item Dificuldades Encontradas e que contribuem para explicar o desempenho insatisfatório de algumas ações, tais como o apoio a projetos municipais para a educação de crianças de até 3 anos de idade, a produção e distribuição de periódicos para a educação infantil, o apoio à distribuição de material didático para creche e o apoio à capacitação de professores da educação infantil.

Foram executados 96,4% dos R\$271 milhões alocados para a ação “Atendimento de Crianças em Situação de Vulnerabilidade Social”, cuja responsabilidade é do MDS, o que garantiu o atendimento a 1,7 milhão de crianças das unidades de jornada integral ou parcial, situadas na faixa etária de 0 a 6 anos.

Quadro 7- Redução da mortalidade infantil

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
II- Provendo educação de qualidade- expansão e melhoria da educação infantil									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta *	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
115	Educação na Primeira Infância/ Apoio a projetos municipais p/ a educação de crianças de até 3 anos de idade	MEC	N/T	Projeto apoiado	2.718	1%	1.580.000,00	80.000,00	5,0%
116	Educação na Primeira Infância/ Apoio à capac. profissional nas Instituições de Educação Infantil p/ crianças de até 3 anos de idade	MEC	N/T	Profissional capacitado	5.000	79%	1.609.633,00	780.443,98	48,5%
117	Educação na Primeira Infância/ Apoio à distribuição de material didático p/ creche	MEC	N/T	Aluno beneficiado	17.000	30,1%	1.050.000,00	388.029,73	36,9%
118	Brasil Escolarizado/ Apoio à distribuição de material didático p/ Pré-escola	MEC	N/T	Material distribuído	84.000	77%	5.878.701,00	3.567.957,44	60,7%
119	Brasil Escolarizado/ Produção e distribuição de periódicos p/ a educação infantil	MEC	N/T	Exemplar distribuído	450.000	89%	500.000,00	500.000,00	100%
120	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Apoio à capac. de professores da educação infantil (crianças de 0-6)	MEC	N/T	Professor beneficiado	17.950	26%	5.800.000,00	2.299.232,61	39,6%
121	Democratização da Gestão nos Sist.s de Ensino/ Apoio à formação de dirigentes e equipes técnicas e de apoio que atuam na educação infantil (crianças de 0-6)	MEC	N/T	Profissional beneficiado	5.063	168,69%	1.000.000,00	642.489,70	64,2%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
II- Provendo educação de qualidade- expansão e melhoria da educação infantil									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta *	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
122	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil (crianças de 0 a 6)	MEC	N/T	Pesquisa realizada	10	10%	559.042,00	559.042,00	100%
123	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude/ Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência	MDS	Atendimento à crianças de 0 a 6 anos em unidades de Jornada Integral ou Parcial, e promoção de ações sócio-educativas de apoio à famílias na perspectiva de assegurar o desenvolvimento integral das crianças em situação de vulnerabilidade social	Crianças de 0 a 6 anos	1.677.177	1.677.177	271.995.358,00	262.219.549,42	96,4%
TOTAL							289972734	271036744,9	93%

Fonte: Ministério da Educação e Ministério do Planejamento/SPI

Elaboração: IPEA/DISOC

4.1.2 AVANÇOS OBTIDOS

No âmbito específico do Programa Educação na Primeira Infância, os principais avanços alcançados pelo Programa no período analisado são os mesmos descritos no relatório semestral, quais sejam: realização de seminários regionais para discussão da Política Nacional de Educação Infantil com as secretarias municipais e estaduais de educação e outras entidades que atuam na área; processo de integração das creches no sistema educacional.

As principais ações do Programa Brasil Escolarizado inseridas no PPACA referem-se ao apoio à distribuição de material didático a alunos da pré-escola e à distribuição de periódicos para professores da área. Os avanços obtidos nas ações de educação infantil no âmbito do Programa Brasil Escolarizado foram os mesmos descritos no relatório semestral: utilização de todos os recursos previstos para a aquisição e distribuição de material didático para a pré-escola, apesar das limitações impostas pela Lei Eleitoral e o aumento da tiragem da Revista Criança.

No âmbito do programa Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação, destacam-se os seguintes avanços:

- i. Concepção do Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil), previsto para ter início em julho de 2005, por meio de um projeto-piloto envolvendo cinco ou mais unidades da federação; e
- ii. seleção, em bases competitivas, dos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil, que farão parte da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica.

A ação referente aos serviços de proteção socioassistencial à infância e à adolescência, do Programa Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude, do MDS, também teve os mesmos avanços descritos no relatório semestral: articulação entre a assistência social e a educação, no sentido de utilização de recursos do FNAS para a educação infantil e a inclusão das creches e pré-escolas privadas sem fins lucrativos no censo escolar.

4.1.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Todas as ações deste desafio tiveram as dificuldades que podem ser assim resumidas:

- i. Baixo número de projetos recebidos nos Programas de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da educação e Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino; e
- ii. baixa cobertura e baixo valor per capita repassado aos estados e municípios no Programa Proteção Social à Infância.

4.2 AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE¹⁰

Esse desafio se propõe a ampliar os esforços para combater tanto a exclusão quanto a evasão escolar. A meta geral é que nenhuma criança de 7 a 14 anos de idade esteja fora da escola em 2007 (em 2003, o índice era de 2,8%). Quanto às metas para o Ensino Médio, o objetivo é alcançar uma taxa de escolarização de 69,3% em 2007 (em 2003, essa taxa era de 46,2%).

A estratégia para a ampliação da educação básica de qualidade consiste na implementação de vinte e oito ações, sob responsabilidade do MEC, vinculadas aos Programas Brasil Escolarizado, Escola Básica Ideal, Escola Moderna, Valorização e

¹⁰ Embora a educação infantil também esteja incluída na educação básica, para efeito deste relatório e do PPACA, as ações de educação infantil foram incluídas em um desafio específico, o de Expansão e Melhoria da Educação Infantil.

Formação de Professores e Trabalhadores da Educação, Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino, Cultura Afro-Brasileira e Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas.

4.2.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

A estratégia para a ampliação da educação básica de qualidade é composta por vinte e oito ações, sob responsabilidade do MEC, vinculadas aos Programas Brasil Escolarizado, Escola Básica Ideal, Escola Moderna, Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação, Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino, Cultura Afro-Brasileira e Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas.

Os recursos envolvidos na implementação desse desafio alcançaram, aproximadamente, R\$ 1,9 bilhão, dos quais se destacam as ações relativas à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e para a distribuição de livros didáticos, que concentram mais de 70% dos recursos autorizados para execução em 2004.

A execução financeira em 2004 foi de 85%, bem superior ao estabelecido no relatório semestral. Já no que diz respeito à execução física, algumas ações ultrapassaram as metas propostas para o mesmo exercício, dentre as quais se destacam: “Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental”, “Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena” e o Projeto Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), como se pode observar no Quadro 8.

QUADRO 8- Ampliação da Educação Básica de Qualidade

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente

Execução física e financeira

II- Provendo educação de qualidade- ampliação da educação básica de qualidade

Nº	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
124	Brasil Escolarizado/ Promoção da inclusão e combate à evasão no Ensino Médio por meio do Programa Poupança Escola	MEC	N/T	Aluno beneficiado	51.667	0%	2.500.000,00	00,0	00,0%
125	Brasil Escolarizado/ Garantia das condições de aprendizagem	MEC	N/T	Aluno beneficiado	32.432.000	7%	10.000.000,00	7.045.914,24	75,0%
126	Brasil Escolarizado/ Apoio a projetos de cursos voltados p/ diversidade social e cultural	MEC	N/T	Projeto apoiado	0	0%	00,0	00,0	0%
127	Brasil Escolarizado/ Apoio à Educação fundamental no campo	MEC	N/T	Aluno beneficiado	217.886	70151%	3.115.800,00	2.114.786,78	67,9%
128	Brasil Escolarizado/ Distribuição de Uniformes Escolares p/ alunos do Ensino Fundamental	MEC/ FNDE	N/T	Aluno beneficiado	500.000	0,27%	25.150.000,00	68.498,00	0,3%
129	Brasil Escolarizado/ Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental	MEC/ FNDE	N/T	Órgão/Entida de Apoiado	1.000	341 ONGs - PNTE 5.353 município. PNATE	251.510.000,00	246.431.173,17	98,0%
130	Brasil Escolarizado/ Apoio ao desenvolvimento de atividades educativas complementares nos municípios	MEC	N/T	Família beneficiada	70.000	8,5% famílias	14.300.000,00	13.186.411,90	92,2%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
II- Provendo educação de qualidade- ampliação da educação básica de qualidade									
Nº	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
131	Brasil Escolarizado/ Correção do fluxo escolar	MEC	N/T	Aluno beneficiado	400.000	41,54%	5.000.000,00	3.942.590,54	78,9%
132	Brasil Escolarizado/ Apoio à distribuição de materiais didáticos e pedagógicos p/ o ensino fundamental	MEC	N/T	Aluno beneficiado	32.432.000	1,15%	6.000.000,00	2.830.000,00	47,1%
133	Brasil Escolarizado/ Distribuição de livros didáticos aos alunos do ensino fundamental	MEC/ FNDE	N/T	Exemplar distribuído	110.635.000	101%	700.000.000,00	604.976.362,10	86,4%
134	Brasil Escolarizado/ Fortalecimento da Escola – Fundescola II	MEC	N/T	Escola beneficiada	4.000	27,3%	23.044.000,00	20.080.737,33	87,1%
135	Brasil Escolarizado/ Fortalecimento da Escola – Fundescola III	MEC	N/T	Escola beneficiada	335	101,7%	42.818.009,00	28.243.005,71	66,0%
136	Brasil Escolarizado/ Melhoria da qualidade do ensino médio noturno	MEC	N/T	Aluno atendido	0	0,0%	00,0	00,0	-
137	Brasil Escolarizado/ Apoio à educação p/ a ciência no Ensino Médio	MEC	N/T	Oficina implantada	1	0,0%	334.000,00	0,00	0%
138	Escola Básica Ideal/ Apoio à implantação do 4º ano vocacional no ensino médio	MEC	N/T	Aluno matriculado	52.000	0,0%	1.933.394,00	730.641,00	37,8%
139	Escola Básica Ideal/ Apoio à reestruturação da rede pública de ensino p/ a Escola Básica Ideal	MEC/ FNDE	N/T	Escola apoiada	3.700	42,9%	42.009.345,00	18.676.143,04	44,5%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente										
Execução física e financeira										
II- Provendo educação de qualidade- ampliação da educação básica de qualidade										
Nº	Programa/PPA	Ação do	Órgão resp.	Subação	METAS					
					FÍSICA			FINANCEIRA		
					Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
140	Cultura Afro-Brasileira/	Apoio à reestruturação de estabelecimentos públicos de Educação Fundamental nas comunidades remanescentes de quilombos	MEC	N/T	Escola beneficiada	10	20 %	710.000,00	432.816,93	61,0%
141	Cultura Afro-Brasileira/	Apoio à produção de materiais didáticos e pedagógicos p/ o ensino fundamental nas comunidades remanescentes de quilombos	MEC	N/T	Aluno beneficiado	7.167	55,3%	400.000,00	185.156,39	46,3%
142	Cultura Afro-Brasileira/	Apoio à capacitação de professores do ensino fundamental p/ atuação nas comunidades remanescentes de quilombos	MEC	N/T	Professor capacitado	375	92,3%	300.000,00	237.097,77	79,0%
143	Democratização da Gestão nos Sist.s de Ensino/	Apoio à organização dos sist.s estaduais de avaliação do ensino fundamental	MEC	N/T	Unidade da Federação apoiada	27	0%	2.000.000,00	0,00	0%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
II- Provendo educação de qualidade- ampliação da educação básica de qualidade									
Nº	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
144	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Apoio ao ensino fundamental escolar Indígena	MEC	N/T	Aluno beneficiado	32.500	88,9%	893.810,00	893.810,00	100%
145	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Apoio à distribuição de material didático p/ a educação indígena	MEC	N/T	Aluno beneficiado	16.000	182,10%	480.000,00	480.000,00	100%
146	Transferido p/ o MDS (transferência de renda com condicionalidade)								
147	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Apoio à capacitação de professores do ensino fundamental	MEC	N/T	Professor beneficiado	22.000	222%	11.100.000,00	7.321.009,93	66,0%
148	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Instituição do exame nacional de certificação de professores da educação infantil e fundamental	MEC	N/T	Professor capacitado	457.500	0%	0,00	0,00	0%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
II- Provendo educação de qualidade- ampliação da educação básica de qualidade									
Nº	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
149	Escola moderna e Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Ampliação do acesso às oportunidades de ensino, à informação, às inovações tecnológicas promovendo e ampliando a inclusão digital e a cobertura educacional	MEC	N/T	Profissional beneficiado/ Projeto Exec. %/ Unidade Equipada	46000/25%/680	70,0%	41.258.914,00	29.397.089,33	71,3%
150	Transferido para o Compromisso III-Proteção Contra Abuso, Exploração e Violência.do Desafio C combate à Exploração Sexual								
151	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Capacitação de Professores p/ a Educação Fundamental Indígena	MEC	N/T	Professor Capacitado	668	225,0%	534.400,00	534.400,00	100%
152	Brasil Escolarizado/ complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)	MEC	N/T	Alunos beneficiados	-	7.586.663	701.386.103,00	609.851.900,28	86,9%
153	Brasil Escolarizado/ Apoio à Educação Ambiental nas Escolas Públicas de Educação Básica	MEC	N/T	Aluno beneficiado	3.600.000	22,0%	2.000.000,00	1.999.955,00	99,9%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
II- Provendo educação de qualidade- ampliação da educação básica de qualidade									
Nº	Programa/ PPA	Ação do	Órgão resp.	Subação	METAS				
					FÍSICA			FINANCEIRA	
					Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B) Nível de Execução B/A
TOTAL								1888777775	1599659499 85%

4.2.2 AVANÇOS OBTIDOS

Os principais avanços registrados no Programa Brasil Escolarizado são os mesmos descritos no relatório semestral:

- i. Realização de encontros regionais, com a participação de representantes de secretarias municipais e estaduais de educação, da Undime, de universidades, sobre a ampliação do ensino fundamental para nove anos, onde foi consolidado o documento "Ensino Fundamental para Nove Anos – Orientações Gerais";
- ii. encaminhamento ao MEC de Planos de Ampliação do Ensino Fundamental, pelas Secretarias de Educação;
- iii. assessoria técnica e financeira às Prefeituras e Secretarias Estaduais de Educação para implementação de planos e projetos educacionais, para a formação de professores e aquisição e distribuição de material didático;
- iv. implantação do projeto "Xadrez nas Escolas";
- v. dinamização do processo educacional para adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade, por meio da formação continuada de professores e da implementação de diretrizes curriculares; e
- vi. aumento dos valores mínimos nacionais por aluno/ano em relação ao ano anterior, no Fundef. Na perspectiva de garantir um ganho financeiro real em 2004, o governo definiu, em dezembro desse ano, um novo valor mínimo nacional (em substituição do valor inicialmente fixado no mês de janeiro do mesmo ano) de R\$ 564,63 para a 1ª a 4ª série e de R\$ 592,86 para a 5ª a 8ª série, assegurando um incremento de cerca de 22,2% em relação ao valor do ano anterior.

Em relação à "Melhoria da Qualidade do Ensino Médio Noturno", o avanço mais importante dessa ação refere-se à conclusão de pesquisa nacional em nove estados brasileiros, contemplando 81 escolas da rede pública de ensino, envolvendo profissionais da educação e alunos do ensino médio noturno. A ação "Apoio à Educação para a Ciência no Ensino Médio" teve como principal avanço a produção de quatro séries de programas para orientação de Professores do Ensino Médio: *Com Ciência, Fazendo Escola, Sala de Professor e Acervo*.

A ação "Apoio à Educação Ambiental nas Escolas Públicas de Educação Básica" teve como principal avanço o apoio à realização de seminários descentralizados de formação ambiental continuada de professores e alunos de 16 mil escolas que participaram da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente em 2003.

O Programa Escola Básica Ideal teve duas ações inseridas no PPACA: "Apoio à Implantação do 4º ano Vocacional no Ensino Médio" e "Apoio à Reestruturação da Rede Pública de Ensino para a Escola Básica Ideal". O principal avanço foi a assinatura de três convênios com os estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, com vistas à viabilização de suporte técnico, financeiro e pedagógico para a implantação de cursos no Ensino Médio, articulando Educação Geral e Formação Profissional.

Os demais programas e ações não tiveram mudanças em relação ao destacado no relatório semestral.

4.2.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Não foram encontradas dificuldades adicionais às aquelas relatadas no relatório semestral, para todas as ações e programas deste desafio. As dificuldades relatadas então podem ser resumidas como:

- i. Dificuldades na ampliação do ensino fundamental para nove anos;
- ii. restrições orçamentárias para o Fundescola, Brasil Escolarizado e Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental; e
- iii. reduzido número de projetos enviados para a ação Apoio à Organização de Sistemas Educacionais de Avaliação do Ensino Fundamental.

4.3 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O desafio de promover a educação especial assumido pelo governo pretende tornar a escola um espaço aberto à diversidade e adequado ao ensino de todo e qualquer aluno, incluindo aqueles com deficiências físicas, visuais, auditivas, mentais ou múltiplas, bem como os alunos com altas habilidades ou superdotação.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

São três as ações contempladas no desafio de promoção da educação especial, cuja responsabilidade pela execução é do MEC. Os recursos envolvidos nesse desafio são da ordem de R\$14, 5milhões, dos quais foram executados aproximadamente 95%, conforme pode ser observado no Quadro 9.

No que diz respeito à execução das metas físicas, os destaques vão para as ações de distribuição de material didático e de apoio à adequação de prédios escolares e distribuição de equipamentos, que já ultrapassaram as metas previstas para todo o exercício de 2004.

QUADRO 9- Promoção da Educação Especial

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
II - Provendo Educação de Qualidade - Desafio: Promoção da Educação Especial									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação (*)	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
154	Brasil Escolarizado/ Distribuição de material Didático para a Educação Especial	MEC	N/T	Aluno beneficiado	20.000	166,5%	2.071.100,00	1.960.052,64	94,6%
155	Escola moderna/ Apoio à Adequação de Prédios Escolares para Educação Especial. Distribuição de Equipamentos para Educação Especial.	MEC	Adequação de prédios escolares, aquisição e distribuição de materiais didáticos e equipamentos para a educação especial. Distribuição de Equipamentos para Educação Especial. E Adequação de prédios escolares, aquisição e distribuição de materiais didáticos e equipamentos para a educação especial. Distribuição de Equipamentos para Educação Especial.	Escola atendida	800	165,2%	7.779.856,00	7.090.882,43	91%
156	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Capacitação de Professores e Profissionais para a Educação Especial.	MEC	Capacitação de profissionais dos sistemas de ensino, para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.	Profissional capacitado	30.000	41%	4.716.180,00	4.817.277,63	102,1%
TOTAL							14567136	13868212,7	95%

Fonte: Ministério da Educação e Ministério do Planejamento/SPI

Elaboração: IPEA, DISOC.

(*) subação: nível de desagregação maior do que o disponível no PPA

4.3.2 AVANÇOS OBTIDOS

No desafio de promover a educação especial, não houve avanços diferentes dos destacados no relatório semestral, sendo a principal a superação da meta física estabelecida para as diferentes ações.

4.3.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Não foram assinaladas maiores dificuldades ou entraves à execução física e financeira por parte dos gestores dos Programas, como já destacado no relatório semestral.

4.4- ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O principal objetivo desse desafio é combater o analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos, visando ampliar a taxa de alfabetização de jovens e adultos para 90,5% até 2007.

4.4.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

O desafio de alfabetizar jovens e adultos, e garantir a continuidade de sua educação, abrange doze ações, cuja responsabilidade pela execução cabe ao MEC.

No segundo semestre de 2004, do total de R\$ 575 milhões autorizados, 97,7% foram liquidados, o que equivale a R\$ 561,7 milhões (Quadro 10). O fato de quatro das doze ações deste desafio não terem registrado nenhuma execução físico-financeira deve-se às mudanças promovidas nas políticas educacionais e aos efeitos dos contingenciamentos e cancelamentos. Cabe esclarecer que o MEC procedeu à reformulação das resoluções que normatizam a liberação de recursos das duas maiores ações do Programa Brasil Alfabetizado, quais sejam, "Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos" e "Concessão de Bolsas para Alfabetizadores".

QUADRO 10- Alfabetização de Jovens e Adultos

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente										
Execução física e financeira										
II- Promovendo Educação de Qualidade: Alfabetização de Jovens e Adultos										
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação (*)	METAS						
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
157	Brasil Escolarizado/ Apoio a distribuição de material didático e pedagógico p/ EJA	MEC	N/T	Aluno beneficiado	116.580	106%	5.595.855,00	3.446.112,72	61,6%	Execução financeira até 31/12/2004
158	Brasil Escolarizado/ Apoio a projetos especiais p/ oferta do ensino fundamental p/ EJA	MEC	N/T	Aluno matriculado	538.569	0%	5.263.212,00	1.766.244,00	34%	Execução financeira até 31/12/2004
159	Brasil Alfabetizado/ Distribuição de obras literárias com linguagem própria p/ o recém-alfabetizado	MEC	N/T	Livro distribuído	1.500.000	0%	3.000.000,00	2.670.747,44	89,0%	Execução financeira até 31/12/2004
160	Brasil Alfabetizado/ Apoio à Distribuição de Material Didático p/ Alfabetização. Material Didático-Pedagógico p/ Educação de Jovens e Adultos.	MEC	Apoio à distribuição de material didático p/ alfabetizando.	Material didático distribuído	105.688	0%	170.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
161	Brasil Alfabetizado/ Capac. de alfabetizadores de jovens e adultos	MEC	N/T	Alfabetizador capacitado	75.000	95,42%	6.494.956,00	6.196.002,00	95%	Execução financeira até 31/12/2004
162	Brasil Alfabetizado/ Apoio à distribuição de merenda escolar p/ alfabetizando	MEC	N/T	Aluno beneficiado	20.186	0%	0,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
163	Brasil Alfabetizado/ Fornecimento de Óculos p/ Alunos Portadores de Deficiência Visual.	MEC	Fornecimento de óculos, dentro das especificações médicas aos alfabetizados portadores de deficiência visual.	Aluno beneficiado	400.000	0%	0,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
164	Brasil Alfabetizado/ Apoio p/ transporte escolar p/ alfabetizando jovens e adultos	MEC	N/T	Aluno beneficiado	12.500	0%	930.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

165	Brasil Alfabetizado/ Serviço de Bibliotecas Itinerantes.	MEC	N/T	Livro ofertado	40.000	0%	0,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
166	Brasil Escolarizado/ Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental p/ Jovens e Adultos	MEC	N/T	Aluno matriculado	2.743.200	67%	390.213.000,00	390.213.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
167	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Apoio à Capac. de Professores de Jovens e Adultos	MEC	N/T	Professor capacitado	9.715	89%	7.244.696,00	3.729.173,06	51,5%	Execução financeira até 31/12/2004
168	Brasil Alfabetizado/ Concessão de Bolsa ao Alfabetizador.	MEC SEEA	N/T	Bolsa concedida	2.010	87%	156.232.013,00	153.672.122,39	98,4%	Execução financeira até 31/12/2004
TOTAL							575143732	561693401,6	98%	

4.4.2 AVANÇOS OBTIDOS

Não houve avanços notórios em relação aos descritos neste desafio no relatório semestral de 2004, onde se destacaram: atendimento a um número maior de mulheres e de pessoas residentes na área rural, campanhas de mídia e desenvolvimento de parcerias.

4.4.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Também não houve novas dificuldades estabelecidas nos últimos meses do ano de 2004 em relação a este desafio, que se referiam à ausência de um financiamento específico à necessidade de elaboração e implementação de instrumentos de avaliação e monitoramento e o atraso no envio de projetos por parte das instituições parceiras.



COMPROMISSO III

*PROTEÇÃO CONTRA MAUS-TRATOS, EXPLORAÇÃO
E VIOLÊNCIA*

5 -COMPROMISSO III – PROTEÇÃO CONTRA MAUS-TRATOS, EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA

Com o objetivo de tornar mais efetiva a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, propõe-se no PPACA o enfrentamento dos quatro desafios a seguir apresentados.

5.1 APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Esse desafio tem o objetivo de melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por meio da implementação de ações de transferência de renda direta às famílias e aos adolescentes a partir da implementação de programas voltados à proteção especial de adolescentes e jovens.

5.1.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

São sete as ações contempladas no Desafio de Apoio às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social, cuja responsabilidade pela execução é compartilhada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR).

Como pode ser observado pelo Quadro 12, os recursos envolvidos nesse Desafio alcançam a magnitude R\$ 4,9 bilhões de reais, dos quais 96,85% se referem aos recursos alocados ao Programa Bolsa Família. O nível de execução financeira alcançada nesse desafio foi de 100%.

Quadro 11- Apoio à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente										
Execução física e financeira										
II- Proteção contra abuso, exploração e violência- Desafio: Apoio à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social										
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação (*)	METAS						Observações
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
17X*	Transferência de Renda com Condiionalidades/ Bolsa Família	MDS	N/T	famílias atendidas	6, 5 Milhões	6.571.872 Milhões	4.814.729.130,00	4.802.403.103,50	100%	Execução financeira até 31/12/2004
176	Atendimento Integral à Família/ Funcionamento dos Núcleos de Atendimento Integral à Família	MDS	Realização de trabalho com as famílias, por meio do Centro de Referência da Assistência Social, na perspectiva de sua promoção/emancipação/ inclusão social.	Famílias atendidas	245.450	245.450	61.617.000,00	60.665.658,81	98%	Execução financeira até 31/12/2004
169	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude/ Concessão de Bolsa p/ jovens de 15 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social.	MDS/ MAS	N/T	jovens de 15 a 17 anos	56.963	56.963	56.386.205,00	55.063.755,59	98%	Execução financeira até 31/12/2004
170	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude/ Capac. de jovens, de 15 a 17 anos, em Saúde, Cidadania e Meio Ambiente.									
171	transferido p/ o Desafio b desse compromisso (III - Proteção Contra Abuso, Exploração e Violência)									

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

172	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio a Serviços de Atend. Jurídico-Social a Crianças e Adolec. Ameaç. de Morte.	SEDH/ PR	N/T	Crianças e adolescentes atendidos			2.500.000,00	1.961.612,00	78%	Execução financeira até 31/12/2004
173	Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei/ Apoio a Serviços de Plantão Interinstitucional ou de Atendimento Inicial.	SEDH/ PR	N/T	Pessoas Atendidas			1.000.000,00	482.397,99	48%	Execução financeira até 31/12/2004
174	Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei/ Apoio a Serviços de atendimento de Adolescentes em cumprimento de medidas sócioeducativas e Egressos. Apoio a Construção , reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória.	SEDH/ PR	N/T	Pessoas Atendidas e Vagas criadas			9.613.074,00	8.182.689,05	85%	Execução financeira até 31/12/2004
TOTAL							4.945.845.409,00	4.928.759.216,94	100%	

5.1.2 AVANÇOS OBTIDOS

Os principais avanços do Programa Bolsa Família no ano de 2004 são:

- i. Atendimento de 6.702.752 de famílias até dezembro de 2004;
- ii. elevação da média de valor do benefício transferido para as famílias, de R\$ 25,00 nos programas anteriores, passando para a média de valor do benefício de R\$ 65,57 no Programa Bolsa Família. Vale ressaltar que este aumento, além de representar um ganho para a família, dinamiza as economias locais, uma vez que os recursos são gastos, em sua maioria, na aquisição de gêneros básicos de consumo;
- iii. unificação dos procedimentos de gestão dos programas de transferência de renda anteriormente existentes e do cadastro, e estabelecimento de critérios únicos de acesso;
- iv. gestão do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, permitindo aos planejadores e gestores de políticas públicas o reconhecimento do perfil das famílias cadastradas;
- v. pactuação com 13 Governos Estaduais e o Distrito Federal, visando à gestão compartilhada do Programa em seus territórios, contemplando co-financiamento, descentralização do acompanhamento das condicionalidades, implementação de programas complementares e validação do cadastro;
- vi. parceria com as Prefeituras que mantêm programas locais de transferência de renda. Até o momento foram pactuadas parcerias com 14 municípios, sendo que destes, 11 são capitais. Cumpre destacar que este é um avanço muito importante na política de transferência de renda do país, uma vez que evita duplicidades de esforços no enfrentamento da pobreza;
- vii. criação do Conselho Gestor do Programa Bolsa Família (CGBF), composto por titulares dos órgãos e entidades atuantes na área, no âmbito federal;
- viii. proposta de modelo de gestão do Programa sob coordenação do MDS, estabelecendo as competências e responsabilidades dos estados, municípios e do Distrito Federal e o papel do agente operador (Caixa Econômica Federal (CEF));
- ix. abertura de canais de participação e controle social no âmbito local;
- x. disponibilização aos municípios de sistema de acompanhamento da frequência escolar, no sítio www.caixa.gov.br <<http://www.caixa.gov.br>>, para o envio dos dados referentes à frequência escolar do bimestre outubro/novembro/2004;
- xi. das 206.621 escolas envolvidas no Processo, 55,24% enviaram dados de frequência escolar referentes aos meses de outubro e novembro de 2004. Em relação ao envio de dados pelas escolas, os melhores resultados obtidos pelo Programa Bolsa Escola referiam-se ao 3º trimestre de 2003, quando a 19% das escolas enviaram respostas;
- xii. no que se refere ao acompanhamento das condicionalidades, os dados da apuração da frequência escolar apresentam crescimentos contínuos de cobertura. No último período de apuração de 2004 - referente aos meses de outubro e novembro, foram alcançados 51% de beneficiários (crianças e adolescentes de 6 a 15 anos) com informações registradas no sistema. Em relação às escolas, o índice de informação foi de 55%. Em relação aos municípios, o índice de informação foi de 70%. Os números continuaram a

evoluir, e os índices referentes ao trimestre fevereiro-abril e ao maio-julho apresentam claros avanços;

- xiii. desenvolvimento de mecanismos de melhoria do Cadastro Único de Programas Sociais e na concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família dentre os quais destacam-se: teste de consistência na base de dados, eliminação de registros duplicados na base do Cadastro, cruzamentos do cadastro do Programa com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), rotina para identificação de duplicidades na geração da folha de pagamento; e
- xiv. processo sistemático, em curso, de validação periódica das informações das famílias cadastradas.

O Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) não obteve avanços em relação ao descrito no relatório semestral, quais sejam: a ampliação do número de municípios atendidos; a execução direta dos serviços de prestação social e a sistematização e divulgação de indicadores de condições de vida na área de abrangência dos CRAS.

Já o Programa Agente Jovem obteve os seguintes avanços:

- i. Incorporação de atendimentos efetuados mediante convênio com prazo determinado na modalidade de serviço continuado, o que garantiu a não interrupção da prestação desse serviço, voltado a jovens em situação de vulnerabilidade social;
- ii. incorporação dos 1.375 jovens atendidos anteriormente mediante convênio com a White Martins no repasse continuado do Programa Agente Jovem, totalizando em 2004, 57 mil jovens atendidos em 1.077 municípios;
- iii. elaboração, em conjunto com as coordenações estaduais do Projeto Agente Jovem, de proposta de Matriz de Acompanhamento e Monitoramento do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano com a aplicação de instrumento de diagnóstico do Projeto Agente Jovem nos Municípios. Encaminhamento aos municípios, do instrumento. No instrumento, os municípios devem informar, dentre outros: 1) o número de jovens inseridos em atividades comunitárias; 2) o nível de escolaridade dos jovens, se há jovens fora da escola, se o município faz o acompanhamento da frequência do jovem na escola, e se mantém informação sobre a permanência dos mesmos na escola após o término do projeto; e 3) perfil do(s) orientador(es);
- iv. realização de duas videoconferências (17/08 e 01/10 de 2004) e de Seminário realizado nos dias 02 e 03 de dezembro p.p., quando se promoveu a discussão com o grupo de coordenadores do projeto Agente Jovem nos Estados e de alguns Municípios visando a atualização dos conteúdos metodológicos e regulação do Projeto Agente Jovem, na perspectiva da Proteção Social Básica;
- v. articulação com o Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego, visando ao encaminhamento dos jovens inseridos no Programa;
- vi. realização de Seminário Nacional discussões com os coordenadores estaduais e municipais, educadores sociais e jovens; e
- vii. produção do Jornal Mural "Galera Antenada" visando a divulgação das ações, textos e realizações dos agentes jovens.

A ação de Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte e o Programa Atendimento Socioeducativo do Adolescente em

Conflito com a Lei e suas ações específicas ao plano não tiveram evolução em relação ao relatório semestral.

5.1.3 - DIFICULDADES ENCONTRADAS

O Programa “Bolsa Família” vem enfrentando as seguintes dificuldades para sua condução efetiva:

- i. Complementação e validação dos dados do CADÚNICO de modo a permitir a unificação dos programas de transferência de renda, prevista na lei de criação do Programa Bolsa Família;
- ii. centralização do Sistema de Gestão de Benefícios, impossibilitando uma atuação direta dos municípios no bloqueio e cancelamento de benefícios;
- iii. Insuficiente articulação intersetorial em âmbito local, para promover o efetivo acompanhamento das famílias beneficiárias. Neste ponto é importante lembrar que a intersectorialidade do Programa requer que seus gestores tenham a capacidade de reconhecer as especificidades das famílias com vistas a encaminhá-las à rede de serviços públicos existentes em seu território de atuação.
- iv. identificação, por parte dos gestores municipais, das famílias que se encontram em situação de pobreza em seu município, obtendo informações fidedignas no processo de cadastramento das famílias.
- v. formatação de um desenho do Programa Bolsa Família que considere as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e que atenda de forma respeitosa às demandas destas populações;
- vi. estruturação do acompanhamento *in loco* das famílias indígenas e quilombolas já beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, tendo como objetivo evitar possíveis impactos negativos do Programa em comunidades já fragilizadas por problemas sociais como, alcoolismo, uso de drogas, conflito de terras, etc, zelando pela qualidade da ação e observando eventuais dificuldades para corrigir processos futuros;
- vii. garantia da oferta dos serviços de educação e de saúde em áreas remotas, os quais constituem condicionalidades do Programa Bolsa Família;
- viii. ausência de um sistema de informações que produza de forma sistemática dados atualizados sobre as populações alvo dos programas sociais, inclusive populações específicas, com pesquisas de avaliação e de impacto que possam aferir, regularmente, o grau de insegurança alimentar e de desnutrição da população de baixa renda;
- ix. ausência de um sistema de consolidação das informações de condicionalidades aferidas pelas áreas de educação e saúde;
- x. insuficiente capacidade operacional para fazer frente às demandas de capacitação dos gestores municipais e estaduais, em toda dimensão territorial, para orientar as famílias beneficiárias (público-alvo) com relação aos critérios de elegibilidade, ao cumprimento das condicionalidades, a manutenção dos benefícios, a atualização dos dados cadastrais e as formas de participação da sociedade no processo de fiscalização e outros;
- xi. instância de controle social ainda não completamente estabelecida;

- xii. construção de indicadores sociais visando a promoção da equidade regional (federativa) mediante o acesso das famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social;
- xiii. definição de indicadores sociais para orientar as ações de expansão do programa de forma equânime em todo território;
- xiv. sensibilização e mobilização dos atores sociais para uma atuação mais efetiva no processo de fiscalização do Programa;
- xv. capacitação das famílias como sujeitos de direitos e deveres visando assim orienta-las e conscientiza-las de que elas são os personagens principais no processo de construção da sua cidadania e de sua própria história de emancipação;
- xvi. estabelecimento de mecanismos de orientação e conscientização das família beneficiárias acerca de seus direitos e deveres sociais, tais como o cumprimento das condicionalidades e atualização do cadastro;
- xvii. insuficiente capacidade operacional dos gestores locais para proceder o acompanhamento sócio-educativo às famílias em maior grau de vulnerabilidade, identificadas pelo não cumprimento das condicionalidades e pelos demais mecanismos adotados no município; e
- xviii. normatização dos procedimentos que disciplinam o uso do Cadastramento Único.

No que se refere à ação “Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte”, as dificuldades são: problemas na identificação e localização dos casos de ameaça de morte no âmbito dos estados; e necessidade de formação de uma rede de proteção solidária aos adolescentes ameaçados de morte nos estados e municípios.

No tocante ao Programa Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, listam-se, a seguir, os principais problemas que precisam ser superados:

- i. Limitação da legislação. Apesar do ECA constituir-se em uma das legislações mais avançadas de nosso tempo, tendo adquirido reputação internacional, possui algumas limitações. O Estatuto foi eficiente em estabelecer direitos e deveres, mas não estabeleceu um sistema normativo de garantia que definisse e limitasse a aplicação e a execução das medidas sócio-educativas, que ficaram sujeitas à liberalidade dos agentes e autoridades públicas. Ressalta-se que essa discricionariedade foi uma das válvulas de escape que permitiram à cultura social-repressora permanecer incólume em diversas práticas do sistema socioeducativo;
- ii. fiscalização e monitoramento deficientes dos programas de medidas sócio-educativas. A principal causa desse problema é a insuficiência de quadros e recursos aplicados na área, em especial quando se trata do Sistema de Defesa, que conta com um número insuficiente de Varas, Promotorias e Defensorias Públicas especializadas;
- iii. conhecimento imperfeito e fragmentado da realidade do sistema socioeducativo e da doutrina da proteção integral por parte dos atores, que, na maioria dos casos, conhecem apenas a situação local que vivenciam em seu cotidiano. Essa deficiência tem como principal causa a ausência ou a capacitação deficiente e descontinuada dos atores do sistema socioeducativo

e a necessidade de maior produção e aproveitamento das informações, pesquisas e trabalhos sobre a temática do adolescente em conflito com a lei;

- iv. inexistência ou reduzida interação entre os diversos Entes da Federação e entre os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e o Ministério Público. As causas, dentre outras, são a insuficiência de quadros e recursos, a inexistência de um sistema de intercâmbio de informações, a ausência de uma delimitação de competências e a inexistência de parcerias de caráter permanente. Frisa-se, ainda, que as formas de interação entre os Entes Federados e os Poderes da República carecem de uma sistemática de responsabilização e de coordenação das ações;
- v. cultura repressiva, que ainda permeia a mentalidade da grande maioria da população brasileira, o que dificulta a internalização dos princípios da doutrina da proteção integral. Isso prejudica os processos de capacitação e as demais tentativas de adequação das práticas do sistema socioeducativo ao ECA;
- vi. necessidade de implementação de ações permanentes de divulgação e conscientização da população sobre a problemática dos adolescentes em conflito com a lei;
- vii. necessidade de construção de cursos permanentes para qualificação dos quadros técnico-políticos, nos três níveis da Federação, priorizando o desenvolvimento de habilidades de planejamento e gestão;
- viii. desconhecimento da quantidade de recursos ótimos ao pleno funcionamento das entidades sócio-educativas, sendo necessário estabelecer modelos-padrão que respeitem as diferentes realidades econômicas e sociais dos estados;
- ix. baixa efetividade das ações dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto à temática do adolescente em conflito com a lei, tendo em vista que esses órgãos enfrentam dificuldades para se consolidarem como protagonistas da gestão das políticas públicas na área. Apesar do Estatuto ter disposto sobre a criação dos Conselhos, com a natureza de órgãos paritários, deliberativos e controladores das ações da política de atendimento em todos os níveis, existem diversos entraves que dificultam ou impedem o adequado cumprimento de sua missão legal. Dentre esses destacam-se: (i) freqüente falta de capacitação dos conselheiros; (ii) divergências políticas entre as esferas que compõem o Conselho - governo e sociedade civil organizada; e (iii) inexistência de instrumentos legais que lhes garantam autonomia financeira, já que mesmo os Fundos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes estão sujeitos às regras orçamentárias e ao contingenciamento de recursos por parte do poder público; e
- x. reduzido número de programas que atendem aos jovens em medidas sócio-educativas de meio aberto. A falta de Defensorias Públicas e de atendimento inicial adequados colaboram para a superlotação das unidades e para a internação indevida dos adolescentes.

5.2 COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO ADOLESCENTE

No âmbito do Desafio Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente, o Governo Federal tem como objetivo o desenvolvimento de ações que visam a dar continuidade à erradicação às formas ilegais de trabalho infantil. Para alcançar esse objetivo, o governo desenvolve o Programa Erradicação do trabalho

Infantil e intensifica as ações de fiscalização, de promoção de campanhas de conscientização e de ampliação do acesso à escola e às atividades complementares.

5.2.1 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

O Desafio de combater o trabalho infantil é composto de oito ações, cuja implementação é compartilhada entre o MDS, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a SEDH/PR e o Ministério da Saúde.

As ações sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) relacionadas ao desafio são: Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil (ação nº2688, no PPA), compreendida no PETI; Atualização do Mapa de Focos de Trabalho Infantil (nº4731 no PPA), também inserida no PETI; Fiscalização do Trabalho do Adolescente (nº4729), integrante do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego e a ação Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador (nº4634), no PETI. Cumpre ressaltar ainda que, além das ações descritas, as atividades fiscais realizadas pelos auditores-fiscais do trabalho, no âmbito do Programa Rede de Proteção ao Trabalho, também estão orientadas para detectar ocorrências de trabalho infantil e irregularidades trabalhistas relacionadas ao trabalho de adolescentes, além de objetivar o cumprimento das cotas de aprendizes nas empresas, concorrendo, assim, para o alcance dos resultados propostos no desafio.

No exercício de 2004, como resultado das ações fiscais do MTE foram formalizados contratos de 5.120 adolescentes, em idade legal para trabalhar, e contratados 25.215 aprendizes. Para efeito de comparação, no ano de 2003 foram formalizados os contratos de 3.932 de adolescentes e foram contratados, por força de ação fiscal, 18.146 jovens aprendizes. A execução física da ação *Fiscalização do Trabalho do Adolescente* superou em 151% a meta física prevista. A execução financeira representou 73,35% da meta financeira autorizada.

Foram fiscalizadas 1.956 empresas com ocorrência de trabalho de crianças e adolescentes, em idade abaixo da idade mínima (16 anos), todos não aprendizes. As crianças e adolescentes são encaminhados para a rede de proteção social. Esse resultado representa 97,80% da meta física do exercício de 2004. A execução financeira representa 85,24% do valor previsto para 2004.

O mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente foi consolidado em 2004, com base em informações colhidas em ações de fiscalização de 2003. O Mapa foi impresso, com tiragem de 2.500 exemplares, e distribuído no primeiro semestre de 2005.

A ação *Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador* passou por um processo de atualização dos conteúdos, razão pela qual não houve meta física realizada. A execução financeira realizada foi destinada a custear reuniões, revisão do material didático e visitas para avaliação do projeto.

QUADRO 12-Combate ao Trabalho Infantil

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente										
Execução física e financeira										
III- Proteção contra abuso, exploração e violência- Desafio: Combate ao trabalho infantil										
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação (*)	METAS						Observações
				FÍSICA			FINANCEIRA			
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
17XX	Erradicação do Trabalho Infantil/ Bolsa PETI	MDS	Repasse da Bolsa p/ crianças e adolescentes atendidos pelo Programa.	Bolsa PETI	930.824	100%	306.782.075,00	306.782.075,00	100%	
175	Erradicação do Trabalho Infantil/ Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada	MDS/M AS	Promoção de ações sócio-educativas, complementares à escola, p/ crianças e adolescentes retirados do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante, na perspectiva de sua promoção e melhor desenvolvimento.	Crianças e adolescentes atendidas	930.824	100%	189.280.915,00	188.550.759,99	100%	Execução financeira até 31/12/2004
178	Erradicação do Trabalho Infantil/ Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil	MTE/SIT	N/T	Empresas fiscalizadas	2.000	1.956	750.000,00	639.333,88	85%	Execução financeira até 31/12/2004
171	Primeiro Emprego/ Fiscalização do Trabalho do Adolescente(5)	MTE/SIT	N/T	Adolescentes contratados como aprendizes e com situação de trabalho regularizada	20.000	25.215	200.000,00	146.707,93 (2)	73%	Execução financeira até 31/12/2004
177	Erradicação do Trabalho Infantil/ Realização de campanha Educativa e de sensibilização p/ a erradicação do trab. infantil	MDS/M AS	PUP				920.000,00 A ação 4641 do Programa 0068 está mencionada em duas ações do PPACA: 177 e 181. Verificar distribuição dos valores.	819.598,84 A ação 4641 do Programa 0068 está mencionada em duas ações do PPACA: 177 e 181. Verificar distribuição dos valores.		Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

179	Erradicação do Trabalho Infantil/ Atualização do Mapa de Focos de Trabalho Infantil	MTE/SIT	N/T	Publicação anual do Mapa d indicativos do trabalho Infantil	1	0 (3)	100.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
180	Erradicação do Trabalho Infantil/ Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador. (4)	MTE/SIT	N/T	Escolas atendidas	500	0	150.000,00	106.501,31	71%	Execução financeira até 31/12/2004
181	Erradicação do Trabalho Infantil/ de Publicidade Utilidade Pública	MTE/SIT	PUP				920.000,00 A ação 4641 do Programa 0068 está mencionada em duas ações do PPACA: 177 e 181. Verificar distribuição dos valores.	819.598,84 A ação 4641 do Programa 0068 está mencionada em duas ações do PPACA: 177 e 181. Verificar distribuição dos valores.	89%	Execução financeira até 31/12/2004
TOTAL							499102990	497864575,8	100%	

(1) Execução financeira até 31/12/2004

(2) Parte dos recursos utilizados nesta ação (ação 4729) é oriunda da ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e Arrecadação do FGTS, vinculada ao Programa Rede de Proteção ao Trabalho.

(3) O Mapa foi publicado e distribuído no primeiro semestre de 2005.

(4) Ação 4734 - Esta ação está passando por um processo de reavaliação. Os conteúdos dos cadernos do professor e do aluno estão em processo de revisão, razão pela qual não houve inserção de novas escolas no projeto, ocasionando o não cumprimento da meta física. Os recursos utilizados nesta ação, em 2004, foram destinados para custear reuniões, revisão do material didático e visitas para avaliação do projeto.

(5) Os recursos utilizados nesta ação são oriundos da ação Fiscalização das obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS vinculada ao Programa "Rede de Proteção ao Trabalho".

5.2.2 AVANÇOS OBTIDOS

Dentre os principais avanços registrados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, citam-se os seguintes:

- i. Edição da Portaria nº 777, de 28 de abril de 2004, que dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos e acidentes de trabalho em crianças e adolescentes expostos ao trabalho precoce;
- ii. elaboração e publicação da diretriz para atenção integral a saúde do trabalhador de complexidade diferenciada “Diretrizes para Atenção a Crianças e adolescentes economicamente ativos”;
- iii. capacitação e oficinas organizadas pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador/NUSAT/UFRJ, Área Técnica de Saúde do Trabalhador/MS e OIT nos Estados de Rio de Janeiro, Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Roraima (já estão agendados mais 10 Estados);
- iv. impressão de 10 mil manuais sobre Módulo de Auto-Aprendizagem Sobre Saúde e Segurança no Trabalho Infanto-Juvenil: a experiência brasileira. Esse material foi elaborado pela NESC/NESSA, com financiamento da OIT e impressão do Ministério da Saúde, e está sendo usado na capacitação da Rede SUS;
- v. sistema de Informação com ficha de notificação de acidentes de trabalho de crianças e adolescentes para capacitação da rede e criação dos Observatórios em Saúde do Trabalhador; (indicadores e ações na vigilância epidemiológica);
- vi. impressão de 25 mil cordéis para educação popular sobre a importância da erradicação do trabalho infantil, os exemplares serão distribuídos aos profissionais da atenção básica na mostra da Saúde da Família em 2004;
- vii. realização de curso de sensibilização para trabalhadores com ênfase na atenção básica, de modo a possibilitar ações que viabilizem a atenção integral às crianças e adolescentes oriundos do trabalho precoce, inclusive das piores formas de trabalho; e
- viii. articulação entre a Coordenação da Área de Saúde do Trabalhador/MS, a Área Técnica da Saúde do Adolescente e da Criança/MS e o MDS com o objetivo de elaborar uma proposta de capacitação dos tutores de jornadas ampliadas para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde.

Os avanços nas ações implementadas pelo MTE no âmbito desse desafio são:

- i. Registro, sob ação fiscal, de 5.120 adolescentes trabalhando de forma não regularizada, o que significa um incremento de 30,21% no número de adolescentes registrados sob ação fiscal em relação ao ano de 2003;
- ii. admissão de 25.215 adolescentes aprendizes sob ação fiscal, o que representa aumento de 38,95% em relação ao mesmo período de 2003. Para se ter a dimensão do avanço conseguido nessa área, cita-se que em 2001 foram contratados 1.919 aprendizes sob ação fiscal; em 2002, 11.111; em 2003, 18.146; e, em 2004, 25.215 adolescentes aprendizes. Cumpre informar que os adolescentes registrados sob ação fiscal são, geralmente, encontrados em fiscalizações de rotina vinculadas à ação “Fiscalização das Obrigações

Trabalhistas e Arrecadação do FGTS", do Programa Rede de Proteção ao Trabalho, bem como à ação "Fiscalização do Trabalho do Adolescente";

- iii. foram fiscalizadas 1.956 empresas com ocorrência de trabalho de crianças e adolescentes, ou seja, crianças e adolescentes com idade inferior ao mínimo legal para exercer atividade laboral. As crianças e adolescentes são encaminhados para a rede de proteção social; e
- iv. elaborado pela CONAETI (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, sob a coordenação do MTE), o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente está sendo executado desde janeiro de 2004.

5.2.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

O MDS, preocupado com as dificuldades de operacionalização do PETI, ao longo de 2004, realizou negociação com o Banco Interamericano (BID) para captação de recursos destinados a realização de estudos para aperfeiçoamento das ações da Jornada Ampliada, com a finalidade de construir proposta metodológica e pedagógica para estabelecer um padrão referencial de ação socioeducativa destinado aos municípios. A negociação envolveu, também, captação de recursos para contratação de visitantes e equipamentos para cadastramento das famílias do PETI no CADÚNICO. As dificuldades que precisam ser superadas são aquelas mencionadas no relatório semestral.

O MTE, no tocante às ações que desenvolve para o combate ao trabalho infantil e a proteção do trabalho do adolescente, destacou as seguintes dificuldades na operacionalização dos programas e ações constantes do PPACA em 2004:

- i. Atrasos na fase de editoração para a Atualização do Mapa de Focos do Trabalho infantil, resultando ausência de execução física e financeira desta ação no PPACA. O Mapa foi publicado e distribuído no primeiro semestre de 2005; e
- ii. problemas de gestão na ação relativa à Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador, resultando em nível de execução física/financeira nulo.

5.3- COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL

São sete as ações contempladas no desafio que visa a combater à exploração sexual, cuja responsabilidade pela execução é partilhada entre o MDS, a SEDH/PR e o MEC, todas objetivando o atendimento psicossocial e jurídico de crianças, adolescentes e famílias vítimas de exploração sexual, a realização de campanhas de prevenção do abuso e da exploração sexual, a capacitação de profissionais e a manutenção de serviços de recebimento e encaminhamento de denúncias.

5.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

No total, esse desafio abarca recursos da ordem de R\$36,8 milhões, tendo sido liquidados em 2004 R\$16,9 milhões, o que corresponde à execução financeira de 47% dos recursos autorizados.

Observa-se no Quadro 13 que a ação "Serviços de Proteção Socioassistencial às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual", conhecida como Programa Sentinela, executou 53,2% dos recursos no período analisado.

A baixa execução financeira em algumas das ações do Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - ou mesmo a inexistência de

execução em outras - não significa que o programa não está sendo implementado, pois, em muitos casos, a consecução das ações requer processos de articulação que não envolvem, necessariamente, a realização de dispêndios financeiros.

Cabe registrar, ainda, a dificuldade apresentada por algumas instituições em elaborar o projeto técnico de acordo com os procedimentos requeridos pela SEDH, bem como para preencher todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a celebração de convênios. Assim, de forma geral, o período entre a elaboração e o empenho de um projeto específico é bastante longo, motivo pelo qual inúmeros convênios são firmados ao final do exercício. É importante esclarecer, também, que determinadas atividades foram programadas para serem implementadas no segundo semestre de 2004.

QUADRO 13- Combate à Exploração Sexual

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
III-Proteção Contra Abuso, Exploração e Violência - Desafio: Combate à Exploração Sexual.									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Sub-Ação (*)	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A %
184	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Serviços de proteção socioassistencial às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual.	MDS/MAS	Atendimento psicossocial e jurídico, multiprofissional de crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência sexual. Encaminhamento para outros serviços de atendimento nas áreas de saúde, educação, trabalho, etc.	24 mil crianças e adolescentes atendidos	28.530	73,1%	27.557.500,00	14.663.387,00	53,2%
185	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Publicidade de Utilidade Pública	SEDH/PR	Realização de campanhas de prevenção ao abuso e à exploração sexual	Não são definidas metas físicas para ações do PUP			1.212.810,00	2.401,00	9,8%
186	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	SEDH/PR	Manutenção do serviço de recebimento e encaminhamento de denúncias contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.	Sistema mantido	1	100%	639.900,00	639.900,00	100%
187	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Apoio à capacitação dos participantes do Sistema de Garantia de Direitos no combate ao abuso, violência e exploração sexual infanto-juvenil.	SEDH/PR	N/T	Pessoas capacitadas	100	50%	115.000,00	115.000,00	100%
188	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Apoio a comitês estaduais de combate à exploração sexual infanto-juvenil	SEDH/PR	N/T	Comitês apoiados	1	100%	30.000,00	27.000,00	90%
189	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Apoio a projetos de prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes	SEDH/PR	N/T	Projetos apoiados	1	200% (5 projetos)	1.437.624,84	1.437.624,84	100%
150(**)	combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Apoio educacional a crianças e adolescentes em situação de discriminação e vulnerabilidade social.	MEC	N/T	Família beneficiada	2.000	0,0%	4.800.000,00	0,00	0,0%
Total	-	-	-	-	-	-	35792834,84	16885312,84	47%

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Planejamento/SPI.

Elaboração: IPEA/DISOC

(*) Desagregação maior do que aquela disponível no PPA

(**) Ação transferida do Compromisso II - Promovendo Educação de Qualidade referente ao- Desafio: Ampliação da Educação Básica de Qualidade, por ser referir a área de proteção.

5.3.2 AVANÇOS OBTIDOS

O Programa Sentinela não teve avanços em relação aos descritos no relatório semestral, sendo os principais: a realização do Colóquio Nacional sobre Redes de Atenção e o processo de avaliação do Programa Sentinela; atendimento de cerca de 24 mil crianças e adolescentes envolvidos com situações de violência sexual; implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; contribuição efetiva para a construção dos Planos Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; potencialização das redes locais de atendimento às crianças, aos adolescentes e famílias vítimas de violência sexual.

No Tocante às ações na área de Combate à Exploração Sexual Infantil realizadas pela SEDH, foram destacados os seguintes avanços: realização de acordos de cooperação técnica com as Procuradorias Gerais de Justiça das unidades da federação para encaminhamento das denúncias; realização de convênio com a Petrobrás para ampliação do disque denúncia; lançamento do site: www.caminhos.ufms.br, para integração das redes de enfrentamento e capacitação a distância; capacitação de 715 profissionais da rede, em três estados, MS, PB e AC; acordo de cooperação com a Itaipu Binacional para o enfrentamento da exploração sexual na tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Uruguai.

5.3.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

As dificuldades encontradas na gestão do programa Sentinela são as mesmas descritas no relatório semestral, que podem ser resumidas em: necessidade, que cada estado e município elabore o seu plano regional de combate à exploração sexual infantil; abrangência limitada do Programa nacionalmente; insuficiência de qualificação das redes locais de atendimento para a atenção dos casos de violência sexual; insuficiência de formação e capacitação dos profissionais que atendem nos Centros e Serviços Sentinelas; alta rotatividade dos profissionais contratados.

5.4- PROTEÇÃO CONTRA A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Entre as ações que são realizadas no âmbito desse desafio encontram-se aquelas que visam a incentivar a implantação de Conselhos de Direitos e Tutelares em todos os municípios brasileiros, a criação de órgãos especializados nos direitos da criança e do adolescente (delegacias, promotorias, varas e defensorias públicas) em todos os estados brasileiros, a expansão dos três módulos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) a todos os estados brasileiros, e a criação de plantões interinstitucionais em todas as comarcas com mais de 200.000 habitantes, nas quais existam varas da infância e da juventude.

5.4.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

O desafio de proteção contra a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes contempla onze ações, cuja responsabilidade é compartilhada entre o Ministério da Justiça, a SEDH/PR e o MEC. Os recursos envolvidos com a consecução das ações desse desafio somam R\$20,2 milhões.

Até dezembro, foram gastos 29,3% do total dos recursos autorizados para 2004. Esse nível de execução pode ser considerado aquém do esperado para o primeiro semestre. Para que o desafio seja implementado em sua totalidade, o Governo Federal terá que der cerca de 70% dos recursos previstos no segundo semestre do corrente ano.

No que diz respeito à execução física das metas estabelecidas para 2004 (Quadro 14), observa-se, que mesmo com recursos financeiros inferiores ao orçamentário, foram

realizados 27 diagnósticos sobre tráfico de seres humanos, e capacitados 300¹¹ profissionais (o que equivale a uma execução de 300% da meta proposta).

¹¹ A meta atingida refere-se aos profissionais capacitados com recursos provenientes da ONU, a qual aporta recursos para esta ação via UNDOC (United Nations Office on Drugs and Crime). O montante aportado para esta ação foi de aproximadamente U\$ 70.000,00).

QUADRO 14- Proteção contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
III- Proteção contra abuso, exploração e violência- Desafio: proteção contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
190	Gestão da Política na Área da Justiça/ Diagnóstico sobre o tráfico de seres humanos no Brasil	MJ/SNJ	N/T	Diagnóstico realizado	27	100%	140.000,00	50.061,83	36%
191	Combate à Criminalidade/ Capacitação de Profissionais da Rede de Atenção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	MJ/SNJ	N/T	Profissionais capacitados	75	400%	140.000,00	56.354,21	40%
192	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	SEDH/PR	Apoio a criação e fortalecimento de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Fundos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e de Conselhos Tutelares	Pessoas atendidas			4.488.470,00	4.478.030,67	100%
193	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio a Projetos de prevenção da Violência nas Escolas	SEDH/PR	Apoio a projetos envolvendo a comunidade escolar p/ prev. da violência	Escolas/ organizações apoiadas			1.807.865,00	1.286.041,00	71%
194	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Publicidade de Utilidade Pública	SEDH/PR	Promoção de mobilização nacional em prol da universalização do registro de nascimento	PUP			1.700.000,00 Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 0883 do PPA. A ação 4641 do Programa 0153 está mencionada em duas	468.057,17 Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 0883 do PPA. A ação 4641 do Programa 0153 está mencionada em	28%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
III- Proteção contra abuso, exploração e violência- Desafio: proteção contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
							ações do PPACA: 194 e 197. Verificar distribuição dos valores.	duas ações do PPACA: 194 e 197. Verificar distribuição dos valores.	
195	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio à Implantação de Módulos do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia); Implantação de rede de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos; Cadastro Nacional de Crianças Passíveis de Adoção e Famílias Pretendentes	SEDH/PR	N/T	Módulos implantados; redes implantadas; e Registro mantido.			824.900,00	666.722,20	81%
196	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Capacidade de profissionais p/ promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes	SEDH/PR	N/T	Pessoas capacitadas			4.200.000,00	1.263.767,12	30%
197	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio a serviços de atendimento a crianças e adolescentes sob medidas de proteção	SEDH/ FNCA	N/T	Crianças/ adolescentes atendidos			10.245.110,00 A ação 4641 do Programa 0153 está mencionada em duas ações do PPACA: 194 e 197. Verificar distribuição dos valores.	2.712.013,28 A ação 4641 do Programa 0153 está mencionada em duas ações do PPACA: 194 e 197. Verificar distribuição dos valores.	26%

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução física e financeira									
III- Proteção contra abuso, exploração e violência- Desafio: proteção contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
198	Proteção da Adoção e combate ao Seqüestro Internacional/ Capacitação de técnicos em processos de adoção e seqüestro internacional de crianças e adolescentes.	SEDH/PR	N/T	Pessoas capacitadas			124.980,00	124.980,00	100%
199	Brasil Escolarizado/ Apoio à distribuição de material didático p/ promoção de uma cultura de paz nas escolas de ensino fundamental	MEC	N/T	Alunos beneficiados	8.000	26.326 329%	400.000,00	165.308,90	41,3%
200	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Apoio à capacitação de educadores p/ a promoção de uma cultura de paz nas escolas de ensino fundamental	MEC	N/T	Profissionais capacitados	3.076	4.858 158%	2.000.000,00	827.508,84	41,4%
							26071325	12098845,22	46%

¹ - Do montante de R\$ 140.000, previstos para a ação, apenas R\$ 56.354,00 foram disponibilizados no orçamento da ação para 2004. Isso vale dizer que R\$ 83.645,00 não foram disponibilizados para execução da ação.

² - Caso fosse considerado o montante disponibilizado de R\$ 56.354,00, a execução financeira teria atingido 100%, pois todo recurso disponibilizado foi executado.

³ - A meta atingida refere-se aos profissionais capacitados com recursos provenientes da Organização das Nações Unidas, a qual aporta recursos para esta ação via UNDOC (United Nations Office on Drugs and Crime). O montante aportado por por meio UNDOC para ação em 2005 foi de aproximadamente U\$ 70.000,00 (dados de agosto de 2004). Contudo, conforme a Gerencia da Ação não há meios de contabilizar separadamente a quantidade de profissionais capacitados com recursos orçamentários ordinários.

5.4.2 AVANÇOS OBTIDOS

Este desafio não teve maiores avanços do que os destacados no relatório semestral de 2004, sendo os principais: estabelecimento de parcerias para ampliar e fortalecer os conselhos tutelares; produção do Índice de Violação de Direitos em parceria com a Unicef; movimento nacional para o Registro Civil de Nascimento; Implementação da REDESAP; capacitação de educadores na temática cultura da paz.

5.4.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

O mesmo ocorre com as dificuldades, que não são diferentes das relatadas no relatório semestral de 2004, das quais pode-se destacar: a complexidade de gestão do Programa Pró-Conselho Brasil; infra-estrutura deficitária dos conselhos tutelares; falta de regularidade no envio dos dados ao SIPIA; orçamento insuficiente.

COMPROMISSO IV

COMBATENDO O HIV/AIDS



6- COMPROMISSO IV – COMBATENDO O HIV/AIDS

O quarto desafio tem o objetivo de reduzir os casos de HIV/AIDS no Brasil, por meio de três desafios listados a seguir.

6.1 PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO DAS DST/AIDS

Esse desafio tem como objetivo a estagnação dos indicadores de incidência de AIDS entre os jovens brasileiros, isto é, a expectativa é de que as ações de prevenção, aliadas ao atendimento universal com os anti-retrovirais sejam capazes de inibir a evolução da prevalência do HIV entre jovens de 15 a 24 anos.

6.1.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

A execução de ação contemplada no desafio de Prevenção da Transmissão das DST/AIDS do PPACA é de responsabilidade do Ministério da Saúde. Os recursos autorizados para sua implementação, no ano de 2004 totalizam R\$ 38,4 milhões (aquisição de preservativos), sendo que 5,7% desse valor foram executados no período analisado neste Relatório, o que corresponde a R\$2,2 milhões. É importante destacar que a baixa execução financeira ocorreu às dificuldades encontradas, ao longo do ano, na conclusão dos processos de aquisição de preservativos. Isto não representou desabastecimento deste insumo para as ações voltadas à população, uma vez que as aquisições realizadas em 2003 tiveram condições de atender parcialmente as necessidades do ano de 2004.

Quadro 15- Prevenção da transmissão das DST/AIDS

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
IV - Combate HIV/AIDS - Desafio: Prevenção da transmissão das DST/AIDS									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação (*)	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
201**	Vigilância, Prevenção e Atenção em Hiv/aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis/Promoção à Saúde e às Práticas Seguras de Prevenção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Vivendo com HIV-Aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	MS	Prevenção da transmissão das DST/AIDS - Garantir acesso ao preservativo masculino a adolescentes de 15 a 19 anos	Preservativos distribuídos	952.000 (preservativos)	1.832.392	38.410.253,81	2.221.608,73	5,7%
Total	-	-	-	-	-	-	38.410.253,81	2.221.608,73	5,7%

Fonte: Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento/SPI

Elaboração: IPEA, DISOC.

(*) Subação: Nível de desagregação maior do que o disponível no PPA

** A meta para este desafio está sendo reformulada, uma vez que a inexistência de mecanismos efetivos de acompanhamento, no nível local, de acesso a preservativos nesta faixa etária específica dificulta o acompanhamento dos resultados previstos. Existem maiores condições de acompanhamento das ações de prevenção ao HIV/Aids e DST, realizadas pelas escolas (incluindo distribuição de preservativos), decorrentes da implantação do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas.

6.1.2 AVANÇOS OBTIDOS

Uma das iniciativas estabelecidas no âmbito da prevenção da transmissão das DST/AIDS foi a criação do projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas", Uma parceria entre Ministério da Educação, Ministério da Saúde, UNICEF e UNESCO que visa o fortalecimento de ações integradas entre os sistemas de educação e saúde para a qualificação e ampliação da abordagem das questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva a fim de reduzir a vulnerabilidade da população entre 10 e 24 anos à infecção pelo vírus HIV/AIDS e/ou outras doenças sexualmente transmissíveis.

Em levantamento realizado entre as escolas participantes do Projeto, cerca de 80% dos estudantes entrevistados declararam ter tido sua iniciação sexual aos 15 anos ou menos (PN-DST/AIDS – MS, 2004). Por isso, mesmo com os avanços obtidos, permanece a necessidade constante de garantir o enfrentamento dos desafios propostos. Prevê-se que até final do ano de 2005 o PN-DST/AIDS irá atender a 100.00 estudantes em 8.900 escolas públicas com a disponibilização de mais de 14 milhões preservativos.

Com este Programa, podemos destacar os seguintes resultados:

- i. Qualificação de educadores;
- ii. formação de multiplicadores de prevenção nas escolas;
- iii. disponibilização de 296.928 preservativos;
- iv. inserção de abordagens didáticas a partir de eixos temáticos como: sexualidade, gênero, saúde sexual e reprodutiva, dentre outros.
- v. além disso, no apoio a outras ações governamentais e não-governamentais dirigidas aos jovens;
- vi. disponibilização de 1.832.392 preservativos masculinos de 49 mm; e
- vii. disponibilização de 100 milhões de preservativos masculinos de 55 mm para ações junto à adolescentes de 13 a 24 anos (estimado).

6.1.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Ocorreram dificuldades no cumprimento da meta, principalmente decorrentes das dificuldades de aquisição de preservativos, que levaram à redução da distribuição deste insumo, principalmente para os jovens envolvidos no Programa "saúde e Prevenção nas Escolas". Além disso, para a efetiva execução deste Desafio, enfrentou-se as seguintes dificuldades no que diz respeito ao monitoramento junto às escolas participantes:

- i. Insuficiência de informações repassadas pelos executores locais quanto as ações realizadas junto às escolas nos municípios-piloto; e
- ii. problemas para o monitoramento das ações no que tange ao número de preservativos disponibilizados e de adolescentes atendidos, o que concorreu para a interrupção do repasse dos insumos em fevereiro de 2004.

6.2-APOIO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES INFECTADOS PELO HIV/AIDS

Esse desafio tem como objetivo a redução de 45% na taxa de prevalência de HIV em bebês, atingindo-se o patamar de 2% ao final de 2007, em resposta às medidas quimioproláticas para a transmissão materno-infantil e a outras ações, tais como a qualificação da assistência no pré-natal/parto e ao recém-nascido.

6.2.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

A responsabilidade pelo enfrentamento desse desafio é do Ministério da Saúde, que executa a ação “Atenção à Saúde das Pessoas com HIV-AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis” voltada ao apoio às crianças e adolescentes órfãos infectados pelo HIV/AIDS.

Conforme pode ser observado no Quadro 16, não houve, até dezembro de 2004, execução financeira dos recursos alocados a essa ação, uma vez que por tratar-se de uma nova proposta houveram obstáculos na operacionalização e liberação de recursos. No entanto, estes problemas foram superados e está previsto sua implementação no início de 2005.

Quadro 16- Apoio a crianças e adolescentes infectados pelo HIV/AIDS

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
IV – Combatendo o HIV/AIDS - Desafio: Apoio a crianças e adolescentes infectados pelo HIV/AIDS									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação (*)	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
202	Vigilância, Prevenção e Atenção em Hiv/aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Atenção à Saúde das Pessoas com HIV-Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.	MS	Apoio aos órfãos infectados pelo HIV/AIDS	Consultar nota técnica	Consultar nota técnica		2.000.000,00	0	0,0%
Total	-	-	-	-	-	-	12.000.000	0,0	0,0%

Fonte: Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento/SPI

Elaboração: IPEA, DISOC.

(*) Subação: Nível de desagregação maior do que o disponível no PPA

6.2.2 AVANÇOS OBTIDOS

Apesar da não execução dos recursos previstos para o alcance deste desafio, dentre as atividades realizadas nesse período, é possível destacar:

- iii. elaboração de uma proposta de apoio psicossocial e familiar para crianças e adolescentes portadores do HIV/AIDS e para órfãos soronegativos para o HIV. Essa proposta pretende atingir às crianças e adolescentes que vivem em famílias naturais ou substitutas com renda *per capita* inferior a R\$ 90,00 reais. A estimativa dos recursos anuais necessários à implementação dessa proposta é da ordem de R\$ 60,0 milhões de reais; e
- iv. ii) definição de uma linha de financiamento para projetos de casas de apoio. Prevê-se que em 2005 sejam apoiados cerca de vinte projetos, beneficiando cerca de 750 crianças e adolescentes.

6.3- ATENÇÃO AOS ÓRFÃOS E FILHOS DAS MÃES SOROPositivas

Esse desafio tem como objetivo a garantia do suprimento lácteo a 100% do universo de crianças, filhas de mães soropositivas, por um período de seis meses.

6.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

A responsabilidade pela execução desse desafio é do Ministério da Saúde, que contempla a ação de garantia do suprimento da fórmula Láctea infantil às crianças, filhas de mães soropositivas, por um período mínimo de 6 meses.

O Ministério da Saúde prevê a transferência anual de R\$ 2.482.700,86 aos estados e municípios para que estes adquiram de Fórmula Láctea. Até o fim do ano, foram repassados R\$ 1.884.451,43, conforme o observado no quadro 17.

Quadro 17- Atenção aos órfãos e filhos de mães soropositivas

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente									
Execução Física e Financeira									
IV – Combatendo o HIV/AIDS - Desafio: Atenção aos Órfãos e Filhos de Mães Soropositivas									
Nº da ação no PPACA	Programa/ Ação do PPA	Órgão responsável	Subação (*)	METAS					
				FÍSICA			FINANCEIRA		
				Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A
203	Vigilância, Prevenção e Atenção em Hiv/aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Atenção à Saúde das Pessoas com HIV-Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.	MS	Garantir o suprimento da fórmula Láctea infantil à crianças filhas de mães soro positivas por 6 meses	Consultar relatório	Consultar relatório Ver nota rodapé 2	Consultar relatório	2.482.700,86	1.884.451,43	75,9%
Total	-	-	-	-	-	-	2.482.700,86	1.884.451,43	75,9%

Fonte: Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento/SPI

Elaboração: IPEA, DISOC.

(*) Subação: Nível de desagregação maior do que o disponível no PPA

6.3.2 AVANÇOS OBTIDOS

Pode-se destacar os seguintes avanços no que diz respeito à implementação desse desafio:

- i. Criação do Projeto Nascer, que visa à disponibilização da fórmula Láctea infantil às crianças expostas ao HIV/AIDS por meio da transmissão vertical;
- ii. qualificação do pré-natal na rede básica de saúde;
- iii. implantação de serviços de referência para as gestantes/parturientes HIV positivo; e
- iv. publicação da Portaria GM nº 1.071 com o objetivo de definir os recursos financeiros federais a serem repassados aos estados e municípios para aquisição da fórmula láctea.

6.3.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

A meta relacionada a este desafio está sendo reformulada, pois a utilização da fórmula Láctea faz parte da profilaxia para redução da transmissão vertical do HIV, mas é uma estratégia limitada caso não haja diagnóstico precoce. Por isto está sendo proposta a inclusão de meta relacionada à ampliação do diagnóstico precoce de HIV e sífilis na gestação.

Anexo I



PPACA

Tabela Geral

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
A) Redução da Mortalidade Infantil												
1	1186	4383 e 6031	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis/ Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Imunização de crianças menores de 1 ano – vacinar contra BCG	Crianças menores de 01 ano (90% do total)	3..210.361	100 % (dados 04/05)	8.493.000,00	8.493.000,00	100%	Metas Exec.até out/2004 Execução financeira até 31/12/2004
2	1186	4383 e 6031	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis/ Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Imunização de crianças menores de 1 ano – Vacinar contra pólio, hepatite B e tetravalente, 3 doses	Crianças menores de 01 ano (95% do total)	3..210.361	Pólio = 97,96% Hepatite B = 90,27% Tetravalente = 96,04 % (dados 04/05)	179.024.600,00	179.024.600,00	100%	Metas Exec.até out/2004 Execução financeira até 31/12/2004
3	1186	4383 e 6031	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis/ Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Imunização de crianças com 1 ano- vacinar com Tríplíce viral	Crianças menores de 01 ano (95% do total)	3.208.117	100% (dados 04/05)	154.245.000,00	154.245.000,00	100%	Metas Exec.até out/2004 Execução financeira até 31/12/2004
4	1186	4383 e 6031	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis/ Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) - Recursos repassados Fundo a Fundo/ Realizar campanha nacional contra poliomielite em duas etapas	Crianças com 05 anos (95% do total)	16.842.014	1ª Etapa = 96 % 2ª Etapa = 96 % (dados 04/05)	12.491.662,10	12.491.662,10	100%	Metas Exec.até out/2004 Execução financeira até 31/12/2004
5	1186	4383 e 6031	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis/ Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) - Recursos repassados Fundo a Fundo	95% da pop.	13.769.001	93 % (dados 04/05)	5.042.395,65	5.042.395,65	100%	Metas Exec.até out/2004 Execução financeira até 31/12/2004
B) Redução da Mortalidade Materna e Atenção à Saúde Reprodutiva												
6	1186	4383 e 6031	Prevenção e controle de doenças imunopreveníveis/ Vacinação da Pop. e Imunobiológicos p/ prevenção e Controle de Doenças	MS	Imunização de mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) - Vacinar contra difteria e tétano (2 doses)	Mulheres em idade fértil (100% do total)	13.597.142	40,24%	8.213.952,60	6.354.470,30	76,8%	Metas Exec.até out/2004
7	6021	6175	Atenção Integral a saúde da mulher/ Atenção à Saúde da Mulher	MS	Apoiar técnica e financeiramente a elaboração e execução de planos de ação p/ redução da morte materna em municípios com pop. superior a 100 mil habitantes, priorizando-se as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Planos de ação implantados	78	68%	26.756.506,00	0,00	0,0%	Execução financeira até 31/12/2004

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
7b	6021	6175	Atenção Integral a saúde da mulher/ Atenção à Saúde da Mulher	MS	Apoiar técnica e financeiramente a elaboração e execução de planos de ação p/ redução da morte materna em municípios com pop. superior a 100 mil habitantes, priorizando-se as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Pesquisa/ estudos	04	04	304.959,00	7.216.000,00	6.986.717,00	90%
						publicação	07	07	2.000.000,00			
						Apoio a projetos de implantação de redes de atenção a mulher e adolescente vítimas de violência	18	18	770.000,00			
						convênios	06	06	784.182,00			
						Convênios/Formação de enfermeiras obstétricas	34	34	3.000.000,00			
						Convênio/Capacitação de parteiras	01	01	127.576,00			
8	6021	6175	Atenção Integral a saúde da mulher/ Atenção à Saúde da Mulher	MS	Reativar a comissão Nacional de Mortalidade Materna e implantar comitês de Morte Materna em todos os estados, em municípios com pop. superior a 50 mil habitantes.	comitês implantados	150	100%	Não houve necessidade de recursos	-	100%	
9	1311	6199	Educação Permanente e Qualificação no Sist. Único de Saúde/ Formação de Profissionais técnicos de Saúde	MS	Realizar convênio com instituições de ensino superior p/ formação de 1000 enfermeiras obstétricas p/ a rede SUS	Enfermeiras obstétricas formadas	710	93%	3.861.358,00	2.230.772,62	58%	Execução financeira até 31/12/2004
10	1311	6200	Educação Permanente e Qualificação no Sist. Único de Saúde/ Promoção dos Princípios da Educação Popular em Saúde	MS	Apoiar a capac. de parteiras tradicionais e profissionais de saúde p/ melhoria da assistência ao parto domiciliar, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Pessoas capacitadas	250	120%	300.000,00	300.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
11	1311	0847	Educação Permanente e Qualificação no Sist. Único de Saúde/ Apoio à capac. de Formuladores de Políticas em Áreas Técnicas Específicas dos Estados e Municípios.	MS	Apoiar o desenvolvimento de projetos de capac. p/ sist.s locais de saúde, priorizando-se os seguintes temas: atenção clínico-ginecológica, atenção à mulher vítima de violência doméstica e sexual, investigação do óbito materno, atenção humanizada ao parto e nascimento, assistência pré-natal, assistência em planejamento familiar, capac. de lideranças dos movimentos de mulheres e capac. de doulas comunitárias p/ acomp. de parturientes em 14 maternidades do SUS em capitais.	Pessoas capacitadas	200	100%	224.360,00	149.573,54	92%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
12	1220	0906 e 0907	Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sist. Único de Saúde/ Atenção à Saúde da Pop. (Municípios Habilitados e Não Habilitados em Gestão Plena do Sist. e nos Estados Habilitados e Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada)	MS	Repassar incentivos financeiros p/ os municípios aderidos ao Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) p/ ampliação e qualificação das ações de atenção ao pré-natal, ao parto e ao puerpério, e ampliar a adesão ao PHPN p/ 100% dos municípios.	Municípios aderidos	300	130%	6.277.540,00	6.277.540,00	130%	Execução financeira até 31/12/2004
13	1220	0906 e 0907	Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sist. Único de Saúde/ Promoção da oferta e da cobertura dos serviços de assistência farmacêutica e de insumos estratégicos	MS	Ampliar a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis, buscando atender até dezembro/2007, 60% da demanda da pop. SUS dependente, em 100% dos municípios que possuam equipes do PSF ou que estejam aderidos ao PHPN ou que possuam equipes do PITS.	Kits com métodos anticoncepçoi nais reversíveis distribuídos	110.200	*** Ver rodapé	-	-	-	Execução financeira até 31/12/2004
C) Segurança Alimentar e Combate à Desnutrição												
14	1215	4294	Programa alimentação saudável/ prevenção e Controle das Carências Nutricionais por Micronutrientes.	MS	N/T	Pessoas beneficiadas	6.000.000	55%	2.000.000,00	2.000.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
15	Transferido p/ o MDS (transferência de renda com condicionalidade)											
16	1061	0513	Brasil Escolarizado/ Apoio à alimentação escolar na educação básica.	MEC/ FNDE	N/T	Alunos beneficiados	37.412.000	36.925.937 98,7%	1.025.000.000,00	1.014.315.479,86	99,0%	Execução financeira até 31/12/2004
17	1049	2792	Acesso à Alimentação/ Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	MDS/ MESA	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (Indígenas quilombolas e acampados).	Famílias atendidas (igual a cestas distribuídas)	16.711	7.665%	8.342.556,00	8.130.675,94	97,5%	Execução financeira até 31/12/2004
18	1049	4641	Acesso à Alimentação/ Publicidade de Utilidade Pública	MDS/ MESA	PUP				2.500.000,00	2.500.000,00		Execução financeira até 31/12/2004
19	Essa ação foi transferida p/ o Desafio: E) Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade											
20	1048	2784	Educação p/ Alimentação Saudável/ Capac. em Educação Alimentar, Nutricional e p/ o Consumo.	MDS/ MESA	Educação à Mesa e Cartilhas com os personagens do Sitio do Pica-Pau Amarelo	Famílias atendidas	4.015.400	123%	4.753.821,00	4.751.821,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
21	1048	4641	Educação p/ Alimentação Saudável/ Publicidade de Utilidade Pública	MDS/ MESA	PUP				3.607.399,00	3.345.960,00		Execução financeira até 31/12/2004
22	0352	2798	Abast. Agroalimentar/ Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura	MDS/ MESA	Programa do Leite	Litros distribuídos por dia	620.581	79%	43.537.156,88	43.537.156,88	100%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS	
Ações e Orçamento													
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS							
						FÍSICA			FINANCEIRA				
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A		
			Familiar .										
23**	0150	6140	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas**	MS/ FUNASA	Implantação da Vigilância Alimentar e Nutricional no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sendo o Distrito piloto o do Mato Grosso do Sul,	Crianças menores de 05 anos	11.809	92%	2.700.000,00	2.682.305,60	99,34%	Execução financeira até 31/12/2004 (99,34)	
D) Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente													
24	1312	6176	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à saúde da Criança	MS	Apoio a Estados e Municípios com pop. acima de 100.000 habitantes	Estados e municípios apoiados	50	100%	8.000.000,00	7.337.197	87,3%	Execução financeira até 31/12/2004	
25**	1214	0589	Atenção Básica em Saúde/ Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB p/ a Saúde da Família**	MS	N/T	Equipes do PSF ampliadas	23.001 ESF 9.000 ESB	21.232(90,8%) ESF 99,5% ESB	2.071.000.000,00	2.071.000.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004	
26**	1303	0818	Atenção à Saúde da Pop. em Situações de Violências e Outras Causas Externas / Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas**	MS	N/T	Serviços estruturados	106	S/ Inf.	48.873.701,62	17.601.358,87	36%	Execução financeira até 31/12/2004	
27**	1312	0838	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Apoio à implantação de Unidades de Reabilitação**	MS	Apoio à implantação de Unidades de Reabilitação**	S/ Inf.	40	100%	210.000,00	71.371,72	33,9%	Execução financeira até 31/12/2004	
28**	1312	6181	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde da pessoa com deficiência.	MS	Equipes de reabilitação com base comunitária**	S/ Inf.	40	100%	224.000,00	0	0,00%	Execução financeira até 31/12/2004	
29	1312	6181	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.	MS	Promover a participação juvenil no planejamento, implantação e implementação de políticas públicas de saúde voltadas ao adolescente e ao jovem.	Convênios realizados	05	80%	500.000,00*	326.449,38	98%	Execução financeira até 31/12/2004	

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
30	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Priorizar ações educativas na atenção básica p/ a prev. de agravos e promoção da saúde de adolescentes e jovens, com envolvimento de suas famílias.	% de serviços que implantaram ações educativas	05	100%	500.000,00	120.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
30b	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Ações não previstas no PPA	Estudos e pesquisas	01	200%		59.850,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
31	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir o acompanhamento semestral do crescimento e desenvolvimento de adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 10 – 14 anos, p/ prev. e detecção precoce de agravo à saúde – capac. de recursos humanos.	Profissionais capacitados	1.500	100%		O valor está incluído na ação n.30	100%	Execução financeira até 31/12/2004
32	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir o acompanhamento semestral do crescimento e desenvolvimento de adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 10 – 14 anos, p/ prev. e detecção precoce de agravo à saúde - assessoramento técnico aos Estados e municípios p/ elaboração de plano de ação.	Unidades federadas assessoradas	12	225%	500.000,00	0	100%	Execução financeira até 31/12/2004
33	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS a adolescentes vítimas de violência – Capac. de Recursos Humanos.	Profissionais capacitados	700	100%		O valor está incluído na ação n.29	100%	Execução financeira até 31/12/2004
34	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS a adolescentes vítimas de violência - Assessoramento técnico na elaboração de plano de ação.	Assessorias realizadas	11	136%				Execução financeira até 31/12/2004
35	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS a adolescentes vítimas de violência - Estudo e Pesquisas sobre a saúde de grupos populacionais estratégicos ou em situação especial de agravos.	Pesquisas realizadas	1	0%				Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
36	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS p/ adolescentes autores de violência – Capac. de Recursos Humanos.	Profissionais capacitados	700	100%				Execução financeira até 31/12/2004
37	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS p/ adolescentes autores de violência - Assessoramento técnico na elaboração de plano de ação	Assessorias realizadas	11	145%				Execução financeira até 31/12/2004
38	1312	6177	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	MS	Garantir a implantação/implementação de serviços de assistência no nível da média complexidade do SUS p/ adolescentes autores de violência - Estudo e Pesquisas sobre a saúde de grupos populacionais estratégicos ou em situação especial de agravos.	Pesquisas realizadas	1	0%				Execução financeira até 31/12/2004
39	1312	0844	Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos/ Apoio a Serviços Extra-Hospitalares p/ Transtornos de Saúde Mental e decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas. (MS-FUNASA)	MS	Prev., Promoção e Tratamento aos usuários de substâncias psicoativa, e transtornos mentais através da implantação e expansão de CAPS/AD e CAPS - I	N.º de CAPS/AD - e CAPSi - implantados ou expandidos	Serão implant.40 CAPSad e 20 CAPSi	58% CAPSad 40% CAPSi	10.200.000,00 este valor é para todos os CAPS e não apenas para CAPSad eCAPSi	1.390.00,00	20% CAPSad 45% CAPSi	Execução financeira até 31/12/2004
40	1061	4042	Brasil escolarizado/ Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica.	MEC/ FNDE	N/T	Alunos beneficiados	3.000.000	2%	4.000.000,00	3.627.933,00	90,6%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
41**	0150	3869	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Estruturação de Unidades de Saúde p/ Atendimento à Pop. Indígena. (MS-FUNASA)**	MS/ FUNASA	Estruturação de unidades de saúde p/ atendimento à pop. indígena**	Construção/ Reforma/ Equipamento	273	05 Casas reformadas e 04 novos Postos de saúde construídos; Encontram-se em fase de licitação 32 unidades entre postos de Saúde, Casai e Pólos Base; Em fase de Construção: 03 Casai.	9.900.000,00	7.659.903,90	77,37	Execução financeira até 31/12/2004 (77,37%)
42**	0150	6501	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. (MS-FUNASA)**	MS/ FUNASA	Atenção à saúde dos povos indígenas**	Indígenas atendidos	231.179	441.146	161.134.191,85	160.032.728,35	99,32%	Execução financeira até 31/12/2004 (99,32%)
43**	0150	6144	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Capacitação de Profissionais p/ Atenção à Saúde da Pop. Indígena. (MS-FUNASA)**	MS/ FUNASA	Capacitação de profissionais p/ a atenção à saúde da pop. indígena **	Profissionais capacitados	6.260	16%	4.500.000,00	4.356.988,35	96,82%	Execução financeira até 31/12/2004 (96,82%)
E) Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade												
44	0122	0586	Saneamento Ambiental Urbano/ Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS)	MCIDADES	N/T	Projeto	01	00	3.300.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004 Contrato assinado com o BID em 16/09/2004, em fase de contratação da gerenciadora através da Concorrência Pública Internacional nº

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
												015/2001
45	0122	0636	Saneamento Ambiental Urbano/ Apoio à Implantação e Ampliação de Sist.s de Abast. de Água em Municípios com Pop. Superior a 15.000 habitantes.	MCIDADES	N/T	Famílias Beneficiadas	11.906	18%	13.096.704,00	2.311.388,64	17,65%	A dotação original era de R\$ 3.510.000,00, a diferença refere-se a emendas parlamentares. Contrato assinado com o BID em 16/09/2004, em fase de contratação da gerenciadora através da Concorrência Pública Internacional nº 015/2001
47	0122	0654	Saneamento Ambiental Urbano/ Apoio à Implantação e Ampliação de Sist.s de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com Pop. Superior a 15.000 habitantes	MCIDADES	N/T	Famílias Beneficiadas	59.949	18.524	217.804.134,00	152.579.610,22	70%	A dotação original era de R\$ 8.190.000,00, a diferença refere-se a emendas parlamentares. Contrato assinado com o BID em 16/09/2004, em fase de contratação da gerenciadora através da Concorrência Pública Internacional nº 015/2001
48	0122	002L	Saneamento Ambiental Urbano/ Financiamento para a implantação e ampliação de sistemas de Abastecimento de água (sem) não se trata de fgts, mas sim do programa de saneamento ambiental em RM's críticas	MCIDADES/ FUNASA	N/T	Famílias Beneficiadas	409.091	165%	742.968.316	742.968.316*	100%	Execução financeira até 31/12/2004, trata-se de recursos do Ministério da Saúde

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
50	0122	9563	Saneamento Ambiental Urbano/ Financiamento P/ Implantação e Ampliação de Sist.s de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários (FGTS)	MCIDADES	N/T	Famílias Beneficiadas	553.846	121%	973.534.832	871.968.123*	89,60%	A dotação original era de R\$ 720.000.000,00. * referem-se a operações de crédito contratadas, cujos desembolsos se darão proporcionalment e ao andamento das obras, ressalta-se que a não execução deveu-se a não contratação de propostas selecionadas, mas cujos proponentes, não possuíam capacidade de pagamento ou estavam com seu nível de endividamento esgotados

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
51	0122	-	Programa FCP/SAN do FGTS, financiamento a operadores privados de serviços de saneamento ambiental.	MCIDADES	N/T	Crianças atendidas de 0 a 14 anos	41.380	88%	250.724.523,40	171.168.016,21	68,27%	* operações já contratadas, ressalta-se que se encontram em análise de risco de crédito e de capacidade de endividamento, operações convencionais no valor de R\$ 76.623.442,00 e R\$ 294.963.555,00 em operações através de SPE'S, que caso concretizadas totalizarão nesta ação o valor de R\$ 425.663.073, beneficiando 327.433 famílias
52	0122	9932	Saneamento Ambiental Urbano/ Financiamento a Saneamento Básico - água e esgoto (BNDES)	MCIDADES	6.2.1.1 N/T	Crianças atendidas de 0 a 14 anos	41.380	88%	250.724.523,40	171.168.016,21	68,27%	O não executado refere-se a operações enquadradas e selecionadas, mas cujos proponentes não passaram no risco de crédito ou no nível de endividamento.
53 e 54	0122	0798	Saneamento Ambiental Urbano/ Apoio ao Controle de Qualidade da Água p/ Consumo Humano	MS/ FUNASA	6.2.1.2 N/T	Crianças atendidas de 0 a 14 anos	9.873	73%	252.495.982,19	227.119.970,72	89,95%	Execução financeira até 31/12/2004
55	0122	7652	Saneamento Ambiental Urbano/ Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares p/ prevenção Controle de Agravos	MS/ FUNASA	N/T	Crianças atendidas de 0 a 14 anos	12.085	370%	97.102.073,60	77.696.611,99	80,02%	Execução financeira até 31/12/2004
56	1287	3921	Saneamento Rural/ Implantação de Melhorias Habitacionais p/ Controle da Doença de Chagas	MS/ FUNASA	N/T	Famílias beneficiadas	6.304	17%	22.682.441,20	15.976.000,00	70,43%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
59	1287	7656	Saneamento Rural/ Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Localidades com Pop. Inferior a 2.500 habitantes e Áreas Rurais.	MS/ FUNASA	assentamentos, quilombos, reservas extrativistas, etc.	Famílias beneficiadas	6.304	17%	22.682.441,20	15.976.000,00	70,43%	Execução financeira até 31/12/2004
60	1287	7684	Saneamento Rural/ Ampliação de Ações de Saneamento Básico em Aldeias Indígenas.	MS/ FUNASA	Implantação de Saneamento básico em áreas indígena	Famílias beneficiadas	6.304	17%	22.682.441,20	15.976.000,00	70,43%	Execução financeira até 31/12/2004
61	1047	0582	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Apoio a Projetos de Saneamento Integrado em Municípios com Pop. de até 20 mil habitantes na Região do Semi-Árido.	MCIDADES	N/T	Famílias beneficiadas	6.304	17%	22.682.441,20	15.976.000,00	70,43%	Contrato em negociação com o BIRD
62	1047	5824	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Recuperação do Sifão de Umburanas no Estado do Ceará (Proágua Semi- Árido).	MIN	N/T	Famílias beneficiadas	6.304	17%	22.682.441,20	15.976.000,00	70,43%	Execução financeira até 31/12/2004
63	1047	5676	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Ampliação do Abast. de Água do Subst. da Adutora do Feijão - 3º Etapa - com 232 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido).	MIN	N/T	Obra executada	100%	25%	10.125.000,00	10.125.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
65	1047	5690	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Ampliação do Sist. Ibiapaba e Implantação da Adutora Graça-Pacujá- Mucambo. com 192 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	40%	Em licitação /contratação	2.530.000,00	1.569.452,84	62%	Execução financeira até 31/12/2004
66	1047	5896	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Ampliação, Recuperação e Automação dos Sist.s Integrados de Alto Sertão e Sertaneja no Estado de Sergipe (Proágua Semi- Árido)	MIN	N/T	Obra executada	5%	Em licitação /contratação	3.192.614,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
67	1047	5854	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Construção da Barragem Arneiróz II no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Construção de barragem	100%	90%	5.972.812,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
69	1047	1852	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Dessalinização de Água - Projeto Água Boa	MIN	N/T	Poço dessalinizado			983.125,00	732.938,66	75%	Execução financeira até 31/12/2004
70	1047	5804	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação da Adutora de Lavras da Mangabeira com 28 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	50%	Em licitação /contratação	1.447.068,00	713.150,94	49%	Execução financeira até 31/12/2004
71	1047	7766	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação de Poços Públicos.	MIN	N/T	Poço implantado	Excluída por se tratar de Emenda Parlamentar que não foi priorizada devido às restrições orçamentárias		5.465.800,00 Foram encontrados dados orçamentários para a ação 7766 do PPA, apesar de ter sido informado no relatório anterior de que a ação havia sido excluída devido às restrições orçamentárias.	4.116.639,62 Foram encontrados dados de execução financeira para a ação 7766 de ter sido informado no relatório anterior de que a ação havia sido excluída devido às restrições orçamentárias.		

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
72	1047	5782	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. de Abast. de Água e Esgoto em Diamantina no Estado de MG (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	5%	2.916.000,00	1.399.428,80	48%	Execução financeira até 31/12/2004
73	1047	5814	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação de Sist. de Abast. de Água em Araçuaí no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	45%	Araçuaí 1A – 15%; Araçuaí 1B – Em estudo	6.155.000,00	3.498.849,00	57%	Execução financeira até 31/12/2004
74	1047	5658	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Implantação do Sist. Integrado de Abast. de Água de Santana com Sist. Adutor de 145 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	40%	Em licitação /contratação	5.000.000,00	5.000.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
75	1047	5808	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação de Sist.s de Abast. de Água em São Francisco e Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	Não Conveniada; Em elaboração dos estudos		Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 5808 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5808 do PPA.		
76	1047	5666	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação de Sist.s Simplificados de Abast. de Água de Pequenas Localidades de acordo com o Padrão Central no Estado da Bahia	MIN	N/T	Obra executada	100%	1ª etapa - Em licitação /contratação; 2ª etapa – Em elaboração do projeto	4.800.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
78	1047	5890	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. Adutor de Catarina com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	40%	Em licitação /contratação	1.010.000,00	713.150,94	71%	Execução financeira até 31/12/2004
79	1047	5828	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Implant. do Sist. Adutor de Catunda com 2 km no Estado do Ceará (Proágua	MIN	N/T	Obra executada	100%	Em licitação /contratação	1.020.964,00	490.000,00	48%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
			Semi-Árido)									
80	1047	5818	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implant. do Sist. Adutor de Pires Ferreira com 18 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	60%	Em licitação /contratação	1.428.830,00	1.010.000,00	71%	Execução financeira até 31/12/2004
81	1047	5812	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. Adutor de Serra do Félix-Boqueirão do Cesário com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	60%	Em licitação /contratação	2.306.764,00	615.754,73	27%	Execução financeira até 31/12/2004
82	1047	5830	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. Adutor do Garrincho com 184 km no Estado do Piauí (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	35%	2%	5.753.778,00	5.753.778,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
83	1047	5928	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Implantação do Sist. Adutor Gavião-Pecém com 55 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	8%	Em licitação /contratação	3.100.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
84	1047	5816	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Sist. Adutor do Congo com 163 km no Estado da Paraíba (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	80%	7.252.053,76	4.586.839,00	63%	Execução financeira até 31/12/2004
85	1047	5822	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sist. Adutor Luís Gonzaga c/ 118 km no Estado de Pernambuco (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	0%	Em licitação /contratação	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 5822 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5822 do PPA.		

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS	
Ações e Orçamento													
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS							
						FÍSICA			FINANCEIRA				
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A		
86	1047	5878	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sist. Adutor Serra de Santana - 2ª Etapa – c/ 205 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	95%	45%	11.240.000,00	9.270.334,00	82%	Execução financeira até 31/12/2004	
87	1047	5898	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sist. Integ. Adutora do Agreste no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	48%	10.510.000,00	7.469.577,94	71%	Execução financeira até 31/12/2004	
88	1047	5894	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sistema Integrado Adutora do Piauitinga no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	85%	8.617.122,00	8.617.121,87	100%	Execução financeira até 31/12/2004	
89	1047	5892	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER/ Sist. Integrado. de Abast. de Água de Planalto e Barra do Choça c/ Adutora de 21 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	100%	0% - Aguardando estudos ambientais da Barragem Serra Preta p/ início das obras	7.539.796,00	1.767.242,00	23%	Execução financeira até 31/12/2004	
90	1047	5874	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER/ Sist. Integrado de Saneamento Rural no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)	MIN	N/T	Obra executada	Não Conveniada (Deverá ser executada em 2005)		Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 5874 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5874 do PPA.			
93	0515	3393	Proágua Infra-Estrutura/ Ampliação do Açude do Encanto n Rio Grande do Norte	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 3393 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 3393 do PPA.			
94	0515	3631	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora de Acauã com 55 Km na Paraíba	MIN	N/T	Obra executada	1	0	100.000,00	0,00		Execução financeira até 31/12/2004	
95	0515	1672	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora de Santa Cruz com 90 Km no Rio Grande do Norte	MIN	N/T	Obra executada			Não foram encontrados dados orçamentários para a ação	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 1672 do PPA.			

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
									1672 do PPA.			
96	0515	5910	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora de São Francisco com 42,5 Km em Sergipe	MIN	N/T	Obra executada	20	0	12.000.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
97	0515	5256	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora de Italuís com 45 Km no Maranhão	MIN	N/T	Obra executada	45	0	10.000.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
98	0515	1716	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora do Oeste com 721 Km no Pernambuco	MIN	N/T	Obra executada	1	0	2.566.965,00	2.564.965,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
99	0515	3647	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora Jacuzinho com 243 Km no Pernambuco	MIN	N/T	Obra executada	95	2	13.090.000,00	13.087.237,91	100%	Execução financeira até 31/12/2004
100	0515	5143	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Adutora São Bento com 13Km em Santa Catarina	MIN	N/T	Obra executada	0	0	1.600.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
101	0515	3715	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem Berizal em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	26	2	7.693.860,00	5.702.060,64	74%	Execução financeira até 31/12/2004
102	0515	3735	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem de Congonhas em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	1	0	1.000.000,00	1.000.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
103	0515	3521	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem de São Pedro em Pernambuco	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 3521 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 3521 do PPA.		
104	0515	3445	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem do Córrego João Leite em Goiás	MIN	N/T	Obra executada	100	0	5.000.000,00	4.000.000,00	80%	Execução financeira até 31/12/2004
105	0515	5924	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem do Peão em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados	Não foram encontrados dados de		

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS	
Ações e Orçamento													
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS							
						FÍSICA			FINANCEIRA				
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A		
									orçamentários para a ação 5924 do PPA.	execução financeira para a ação 5924 do PPA.			
106	0515	1604	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem do Poço Marruá no Piauí	MIN	N/T	Obra executada	Obra executada	26	26	18.000.000,00	18.000.000,00	Execução financeira até 31/12/2004	
107	0515	5308	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem Jequitai em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	Obra executada	30	13	11.300.000,00	2.430.226,19	Execução financeira até 31/12/2004	
108	0515	1674	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da Barragem na Bacia do Rio Poxim em Sergipe	MIN	N/T	Obra executada	Obra executada	0	0	6.700.000,00	0,00	Execução financeira até 31/12/2004	
109	0515	3327	Proágua Infra-Estrutura/ Construção da barragem Vacaria em Minas Gerais	MIN	N/T	Obra executada	Obra executada	23	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 3327 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução o financeiro para a ação 3327 do PPA.		
110	0515	3517	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do Açude Algodão II no Piauí	MIN	N/T	Obra executada	1	0	100.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004	
111	0515	3743	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do Açude Estreito no Piauí	MIN	N/T	Obra executada	8	0	400.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004	
112	0515	3601	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do complexo Castanhão no Ceará	MIN	N/T	Obra executada	88	3	20.750.000,00	20.402.821,81	98%	Execução financeira até 31/12/2004	
113	0515	101 K	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do Sist. Adutor Frei Damião com 435 Km no Pernambuco	MIN	N/T	Obra executada	0	0	Não foram encontrados dados orçamentários para a ação	Não foram encontrados dados de execução financeira para			

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS	
Ações e Orçamento													
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS							
						FÍSICA			FINANCEIRA				
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A		
									101K do PPA.	a ação 101K do PPA.			
114	0515	5254	Proágua Infra-Estrutura/ Construção do Sist. de Abast. de água da Bacia Leiteira com 118 Km em Alagoas	MIN	N/T	Obra executada			Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 5254 do PPA.	Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 5254 do PPA.			
19 ¹²	1049	001X	Acesso à Alimentação/ Apoio à Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias.	MDS/MESA	Construção de Cisternas	Cisternas construídas			155.002.741,00	152.389.480,29		Execução financeira até 31/12/2004	
II - Promovendo Educação de Qualidade													
A) Expansão e Melhoria da Educação Infantil													
115	1065	0940	Educação na Primeira Infância/ Apoio a projetos municipais p/ a educação de crianças de até 3 anos de idade	MEC	N/T	Projeto apoiado	2.718	1%	1.580.000,00	80.000,00	5,0%	Execução financeira até 31/12/2004	
116	1065	0941	Educação na Primeira Infância/ Apoio à capac. profissional nas Instituições de Educação Infantil p/ crianças de até 3 anos de idade	MEC	N/T	Profissional capacitado	5.000	79%	1.609.633,00	780.443,98	48,5%	Execução financeira até 31/12/2004	
117	1065	0960	Educação na Primeira Infância/ Apoio à distribuição de material didático p/ creche	MEC	N/T	Aluno beneficiado	17.000	30,1%	1.050.000,00	388.029,73	36,9%	Execução financeira até 31/12/2004	
118	1061	0964	Brasil Escolarizado/ Apoio à distribuição de material didático p/ Pré-escola	MEC	N/T	Material distribuído	84.000	77%	5.878.701,00	3.567.957,44	60,7%	Execução financeira até 31/12/2004	
119	1061	6351	Brasil Escolarizado/ Produção e distribuição de periódicos p/ a educação infantil	MEC	N/T	Exemplar distribuído	450.000	89%	500.000,00	500.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004	
120	1072	0973	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Apoio à capac. de professores da educação infantil (crianças de 0-6)	MEC	N/T	Professor beneficiado	17.950	26%	5.800.000,00	2.299.232,61	39,6%	Execução financeira até 31/12/2004	
121	1070	0942	Democratização da Gestão nos Sist.s de Ensino/ Apoio à formação de dirigentes e equipes técnicas e de apoio que atuam na educação	MEC	N/T	Profissional beneficiado	5.063	168,69%	1.000.000,00	642.489,70	64,2%	Execução financeira até 31/12/2004	

¹² Transferido do desafio C-Segurança Alimentar e Combate à Desnutrição.

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
			infantil (crianças de 0-6)									
122	1072	6331	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil (crianças de 0 a 6)	MEC	N/T	Pesquisa realizada	10	10%	559.042,00	559.042,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
123	0070	2556	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude/ Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência	MDS	Atendimento à crianças de 0 a 6 anos em unidades de Jornada Integral ou Parcial, e promoção de ações sócioeducativas de apoio à famílias na perspectiva de assegurar o desenvolvimento integral das crianças em situação de vulnerabilidade social	Crianças de 0 a 6 anos	1.677.177	1.677.177	271.995.358,00	262.219.549,42	96,4%	Execução financeira até 31/12/2004
B) Ampliação da Educação Básica de Qualidade												
124	1061	0470	Brasil Escolarizado/ Promoção da inclusão e combate à evasão no Ensino Médio por meio do Programa Poupança Escola	MEC	N/T	Aluno beneficiado	51.667	0%	2.500.000,00	00,0	00,0%	Execução financeira até 31/12/2004
125	1061	0930	Brasil Escolarizado/ Garantia das condições de aprendizagem	MEC	N/T	Aluno beneficiado	32.432.000	7%	10.000.000,00	7.045.914,24	75,0%	Execução financeira até 31/12/2004
126	1061	0919	Brasil Escolarizado/ Apoio a projetos de cursos voltados p/ diversidade social e cultural	MEC	N/T	Projeto apoiado	0	0%	00,0	00,0	0%	Execução financeira até 31/12/2004
127	1061	0946	Brasil Escolarizado/ Apoio à Educação fundamental no campo	MEC	N/T	Aluno beneficiado	217.886	70151%	3.115.800,00	2.114.786,78	67,9%	Execução financeira até 31/12/2004
128	1061	6325	Brasil Escolarizado/ Distribuição de Uniformes Escolares p/ alunos do Ensino Fundamental	MEC/ FNDE	N/T	Aluno beneficiado	500.000	0,27%	25.150.000,00	68.498,00	0,3%	Execução financeira até 31/12/2004
129	1061	0969	Brasil Escolarizado/ Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental	MEC/ FNDE	N/T	Órgão/Entidade Apoiado	1.000	341 ONGs - PNTE 5.353 município. PNATE	251.510.000,00	246.431.173,17	98,0%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
130	1061	0925	Brasil Escolarizado/ Apoio ao desenvolvimento de atividades educativas complementares nos municípios	MEC	N/T	Família beneficiada	70.000	8,5% famílias	14.300.000,00	13.186.411,90	92,2%	Execução financeira até 31/12/2004
131	1061	0971	Brasil Escolarizado/ Correção do fluxo escolar	MEC	N/T	Aluno beneficiado	400.000	41,54%	5.000.000,00	3.942.590,54	78,9%	Execução financeira até 31/12/2004
132	1061	0954	Brasil Escolarizado/ Apoio à distribuição de materiais didáticos e pedagógicos p/ o ensino fundamental	MEC	N/T	Aluno beneficiado	32.432.000	1,15%	6.000.000,00	2.830.000,00	47,1%	Execução financeira até 31/12/2004
133	1061	4046	Brasil Escolarizado/ Distribuição de livros didáticos aos alunos do ensino fundamental	MEC/ FNDE	N/T	Exemplar distribuído	110.635.000	101%	700.000.000,00	604.976.362,10	86,4%	Execução financeira até 31/12/2004
134	1061	3693	Brasil Escolarizado/ Fortalecimento da Escola – Fundescola II	MEC	N/T	Escola beneficiada	4.000	27,3%	23.044.000,00	20.080.737,33	87,1%	Execução financeira até 31/12/2004
135	1061	5079	Brasil Escolarizado/ Fortalecimento da Escola – Fundescola III	MEC	N/T	Escola beneficiada	335	101,7%	42.818.009,00	28.243.005,71	66,0%	Execução financeira até 31/12/2004
136	1061	0921	Brasil Escolarizado/ Melhoria da qualidade do ensino médio noturno	MEC	N/T	Aluno atendido	0	0,0%	00,0	00,0	-	
137	1061	0922	Brasil Escolarizado/ Apoio à educação p/ a ciência no Ensino Médio	MEC	N/T	Oficina implantada	1	0,0%	334.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
138	1066	0923	Escola Básica Ideal/ Apoio à implantação do 4º ano vocacional no ensino médio	MEC	N/T	Aluno matriculado	52.000	0,0%	1.933.394,00	730.641,00	37,8%	Execução financeira até 31/12/2004
139	1066	0937	Escola Básica Ideal/ Apoio à reestruturação da rede pública de ensino p/ a Escola Básica Ideal	MEC/ FNDE	N/T	Escola apoiada	3.700	42,9%	42.009.345,00	18.676.143,04	44,5%	Execução financeira até 31/12/2004
140	0172	0951	Cultura Afro-Brasileira/ Apoio à reestruturação de estabelecimentos públicos de Educação Fundamental nas comunidades remanescentes de quilombos	MEC	N/T	Escola beneficiada	10	20 %	710.000,00	432.816,93	61,0%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS	
Ações e Orçamento													
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS							
						FÍSICA			FINANCEIRA				
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A		
141	0172	0945	Cultura Afro-Brasileira/ Apoio à produção de materiais didáticos e pedagógicos p/ o ensino fundamental nas comunidades remanescentes de quilombos	MEC	N/T	Aluno beneficiado	7.167	55,3%	400.000,00	185.156,39	46,3%	Execução financeira até 31/12/2004	
142	0172	0974	Cultura Afro-Brasileira/ Apoio à capacitação de professores do ensino fundamental p/ atuação nas comunidades remanescentes de quilombos	MEC	N/T	Professor capacitado	375	92,3%	300.000,00	237.097,77	79,0%	Execução financeira até 31/12/2004	
143	1070	0938	Democratização da Gestão nos Sist.s de Ensino/ Apoio à organização dos sist.s estaduais de avaliação do ensino fundamental	MEC	N/T	Unidade da Federação apoiada	27	0%	2.000.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004	
144	0150	0948	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Apoio ao ensino fundamental escolar Indígena	MEC	N/T	Aluno beneficiado	32.500	88,9%	893.810,00	893.810,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004	
145	0150	0970	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Apoio à distribuição de material didático p/ a educação indígena	MEC	N/T	Aluno beneficiado	16.000	182,10%	480.000,00	480.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004	
146	transferido p/ o MDS (transferência de renda com condicionalidade)												
147	1072	0966	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Apoio à capacitação de professores do ensino fundamental	MEC	N/T	Professor beneficiado	22.000	222%	11.100.000,00	7.321.009,93	66,0%	Execução financeira até 31/12/2004	
148	1072	6330	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Instituição do exame nacional de certificação de professores da educação infantil e fundamental	MEC	N/T	Professor capacitado	457.500	0%	0,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004	

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
149	1075 e 1072	6332, 6369, 6372, 6375, 6377 e 7744	Escola moderna e Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ . Ampliação do acesso às oportunidades de ensino, à informação, às inovações tecnológicas promovendo e ampliando a inclusão digital e a cobertura educacional	MEC	N/T	Profissional beneficiado/ Projeto Exec. %/ Unidade Equipada	46000/25 %/680	70,0%	41.258.914,00	29.397.089,33	71,3%	Execução financeira até 31/12/2004
150	Transferido para o Compromisso III-Proteção Contra Abuso, Exploração e Violência.do Desafio C combate à Exploração Sexual											
151	0150	6366	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas/ Capacitação de Professores p/ a Educação Fundamental Indígena	MEC	N/T	Professor Capacitado	668	225,0%	534.400,00	534.400,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
152	1061	0304	Brasil Escolarizado/ complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)	MEC	N/T	Alunos beneficiados	-	7.586.663	701.386.103,00	609.851.900,28	86,9%	Execução financeira até 31/12/2004
153	1061	0947	Brasil Escolarizado/ Apoio à Educação Ambiental nas Escolas Públicas de Educação Básica	MEC	N/T	Aluno beneficiado	3.600.000	22,0%	2.000.000,00	1.999.955,00	99,9%	Execução financeira até 31/12/2004
C) Promoção da Educação Especial												
154	1061	6113	Brasil Escolarizado/ Distribuição de material Didático p/ a Educação Especial	MEC	N/T	Aluno beneficiado	20.000	166,5%	2.071.100,00	1.960.052,64	94,6%	Execução financeira até 31/12/2004
155	1075	0959 E 6310	Escola moderna/ Apoio à Adequação de Prédios Escolares p/ Educação Especial. Distribuição de Equipamentos p/ Educação Especial.	MEC	Adequação de prédios escolares, aquisição e distribuição de materiais didáticos e equipamentos p/ a educação especial. Distribuição de Equipamentos p/ Educação Especial. E Adequação de prédios escolares, aquisição e distribuição de materiais didáticos e equipamentos p/ a educação especial. Distribuição de Equipamentos p/ Educação Especial.	Escola atendida	800	165,2%	7.779.856,00	7.090.882,43	91%	Execução financeira até 31/12/2004
156	1072	0977	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Capacitação de Professores e Profissionais p/ a Educação Especial.	MEC	Capacitação de profissionais dos sist.s de ensino, p/ atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.	Profissional capacitado	30.000	41%	4.716.180,00	4.817.277,63	102,1%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
D) Alfabetização de Jovens e Adultos												
157	1061	0965	Brasil Escolarizado/ Apoio a distribuição de material didático e pedagógico p/ EJA	MEC	N/T	Aluno beneficiado	116.580	106%	5.595.855,00	3.446.112,72	61,6%	Execução financeira até 31/12/2004
158	1061	0507	Brasil Escolarizado/ Apoio a projetos especiais p/ oferta do ensino fundamental p/ EJA	MEC	N/T	Aluno matriculado	538.569	0%	5.263.212,00	1.766.244,00	34%	Execução financeira até 31/12/2004
159	1060	6295	Brasil Alfabetizado/ Distribuição de obras literárias com linguagem própria p/ o recém-alfabetizado	MEC	N/T	Livro distribuído	1.500.000	0%	3.000.000,00	2.670.747,44	89,0%	Execução financeira até 31/12/2004
160	1060	0929	Brasil Alfabetizado/ Apoio à Distribuição de Material Didático p/ Alfabetização. Material Didático-Pedagógico p/ Educação de Jovens e Adultos.	MEC	Apoio à distribuição de material didático p/ alfabetizando.	Material didático distribuído	105.688	0%	170.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
161	1060	6299	Brasil Alfabetizado/ Capac. de alfabetizadores de jovens e adultos	MEC	N/T	Alfabetizado ou capacitado	75.000	95,42%	6.494.956,00	6.196.002,00	95%	Execução financeira até 31/12/2004
162	1060	0931	Brasil Alfabetizado/ Apoio à distribuição de merenda escolar p/ alfabetizando	MEC	N/T	Aluno beneficiado	20.186	0%	0,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
163	1060	7756	Brasil Alfabetizado/ Fornecimento de Óculos p/ Alunos Portadores de Deficiência Visual.	MEC	Fornecimento de óculos, dentro das especificações médicas aos alfabetizados portadores de deficiência visual.	Aluno beneficiado	400.000	0%	0,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
164	1060	0934	Brasil Alfabetizado/ Apoio p/ transporte escolar p/ alfabetizando jovens e adultos	MEC	N/T	Aluno beneficiado	12.500	0%	930.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
165	1060	6300	Brasil Alfabetizado/ Serviço de Bibliotecas Itinerantes.	MEC	N/T	Livro ofertado	40.000	0%	0,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
166	1061	0081	Brasil Escolarizado/ Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental p/ Jovens e Adultos	MEC	N/T	Aluno matriculado	2.743.200	67%	390.213.000,00	390.213.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
167	1072	0972	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Apoio à Capac. de Professores de Jovens e Adultos	MEC	N/T	Professor capacitado	9.715	89%	7.244.696,00	3.729.173,06	51,5%	Execução financeira até 31/12/2004

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
168	1060	0920	Brasil Alfabetizado/ Concessão de Bolsa ao Alfabetizador.	MEC SEEA	N/T	Bolsa concedida	2.010	87%	156.232.013,00	153.672.122,39	98,4%	Execução financeira até 31/12/2004
III-Proteção Contra Abuso, Exploração e Violência.												
A) Apoio à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social												
17X*	1335	0060	Transferência de Renda com Condiionalidades/ Bolsa Família	MDS	N/T	famílias atendidas	6, 5 Milhões	6.571.872 Milhões	4.814.729.130,00	4.802.403.103,50	100%	Execução financeira até 31/12/2004
176	1093	4915	Atendimento Integral à Família/ Funcionamento dos Núcleos de Atendimento Integral à Família	MDS	Realização de trabalho com as famílias, por meio do Centro de Referência da Assistência Social, na perspectiva de sua promoção/emancipação/ inclusão social.	Famílias atendidas	245.450	245.450	61.617.000,00	60.665.658,81	98%	Execução financeira até 31/12/2004
169	0070	005b	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude/ Concessão de Bolsa p/ jovens de 15 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social.	MDS/ MAS	N/T	jovens de 15 a 17 anos	56.963	56.963	56.386.205,00	55.063.755,59	98%	Execução financeira até 31/12/2004
170	0070	005b	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude/ Capac. de jovens, de 15 a 17 anos, em Saúde, Cidadania e Meio Ambiente.									
171	transferido p/ o Desafio b desse compromisso (III-Proteção Contra Abuso, Exploração e Violência)											
172	0153	0730	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio a Serviços de Atend. Jurídico-Social a Crianças e Adolesc. Ameaç. de Morte.	SEDH/ PR	N/T	Crianças e adolescent es atendidos			2.500.000,00	1.961.612,00	78%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
173	0152	0826	Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei/ Apoio a Serviços de Plantão Interinstitucional ou de Atendimento Inicial.	SEDH/ PR	N/T	Pessoas Atendidas			1.000.000,00	482.397,99	48%	Execução financeira até 31/12/2004
174	0152	0880 e 0878	Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei/ Apoio a Serviços de atendimento de Adolescentes em Cumprimento de medidas sócioeducativas e Egressos. Apoio a Construção , reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória.	SEDH/ PR	N/T	Pessoas Atendidas e Vagas criadas			9.613.074,00	8.182.689,05	85%	Execução financeira até 31/12/2004
B) Combate ao trabalho infantil												
17X X	0068	----	Erradicação do Trabalho Infantil/ Bolsa PETI	MDS	Repasse da Bolsa p/ crianças e adolescentes atendidos pelo Programa.	Bolsa PETI	930.824	100%	306.782.075,00	306.782.075,00	100%	
175	0068	2060	Erradicação do Trabalho Infantil/ Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada	MDS/MAS	Promoção de ações sócio-educativas, complementares à escola, p/ crianças e adolescentes retirados do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante, na perspectiva de sua promoção e melhor desenvolvimento.	Crianças e adolescent es atendidas	930.824	100%	189.280.915,00	188.550.759,99	100%	Execução financeira até 31/12/2004
178	0068	2688	Erradicação do Trabalho Infantil/ Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil	MTE/SIT	N/T	Empresas fiscalizadas	2.000	1.956	750.000,00	639.333,88	85,24%	Execução financeira até 31/12/2004
171	1329	4729	Primeiro Emprego/ Fiscalização do Trabalho do Adolescente ¹³	MTE/SIT	N/T	Adolescentes contratados como aprendizes e com situação de trabalho regularizada	20.000	25.215	200.000,00	146.707,93 (2)	73,35%	Execução financeira até 31/12/2004

¹³ Os recursos utilizados nesta ação são oriundos da ação Fiscalização das Obrigações trabalhistas e Arrecadação do FGTS vinculada ao Programa "Rede de Proteção ao Trabalho".

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
177	0068	4641	Erradicação do Trabalho Infantil/ Realização de campanha Educativa e de sensibilização p/ a erradicação do trab. infantil	MDS/MAS	PUP				920.000,00 A ação 4641 do Programa 0068 está mencionada em duas ações do PPACA: 177 e 181. Verificar distribuição dos valores.	819.598,84 A ação 4641 do Programa 0068 está mencionada em duas ações do PPACA: 177 e 181. Verificar distribuição dos valores.		Execução financeira até 31/12/2004
179	0068	4731	Erradicação do Trabalho Infantil/ Atualização do Mapa de Focos de Trabalho Infantil	MTE/SIT	N/T	Publicação anual do Mapa d indicativos do trabalho Infantil	1	0 (3)	100.000,00	0,00	0%	Execução financeira até 31/12/2004
180	0068	4734	Erradicação do Trabalho Infantil/ Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador.	MTE/SIT	N/T	Escolas atendidas	500	0	150.000,00	106.501,31	71%	Execução financeira até 31/12/2004
181	0068	4641	Erradicação do Trabalho Infantil/ Publicidade de Utilidade Pública	MTE/SIT	PUP				920.000,00 A ação 4641 do Programa 0068 está mencionada em duas ações do PPACA: 177 e 181. Verificar distribuição dos valores.	819.598,84 A ação 4641 do Programa 0068 está mencionada em duas ações do PPACA: 177 e 181. Verificar distribuição dos valores.		Execução financeira até 31/12/2004
C) combate à Exploração Sexual												
184	0073	2383	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/Serviços de proteção socioassistencial às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração oração sexual	MDS/MAS	Atendimento psicossocial e jurídico, multiprofissional de crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência sexual. Encaminhamento p/ outros serviços de atendimento nas áreas de saúde, educação, trabalho, etc.	24 mil crianças e adolescent es atendidos	28.530	73,1%	27.557.500,00	14.663.387,00	53,2%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente											OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS	
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
185	0073	4641	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Publicidade de Utilidade Pública	SEDH/PR	Realização de campanhas de prev. ao abuso e à exploração oração sexual	Não são definidas metas físicas para ações do PUP			1.212.810,00	2.401,00	9,8%	Execução financeira até 31/12/2004
186	0073	09CQ 2815	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Rede Nacional de Informações p/ prevenção e combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	SEDH/PR	Manutenção do serviço de recebimento e encaminhamento de denúncias contra o abuso e a exploração oração sexual de crianças e adolescentes	Sistema mantido	1	100%	639.900,00	639.900,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
187	0073	0744	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Apoio à capac. dos participantes do Sist. de Garantia de Direitos no combate ao abuso, violência e exploração oração sexual infanto-juvenil	SEDH/PR	N/T	Pessoas capacitadas	100	50%	115.000,00	115.000,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
188	0073	0742	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Apoio a comitês estaduais de combate à exploração oração sexual infanto-juvenil	SEDH/PR	N/T	Comitês apoiados	1	100%	30.000,00	27.000,00	90%	Execução financeira até 31/12/2004
189	0073	0746	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Apoio a projetos de prev. do abuso e da exploração oração sexual de crianças e adolescentes	SEDH/PR	N/T	Projetos apoiados	1	200% (5 projetos)	1.437.624,84	1.437.624,84	100%	Execução financeira até 31/12/2004
150	0073	0015	combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Apoio educacional a crianças e adolescentes em situação de discriminação e vulnerabilidade social.	MEC	N/T	Família beneficiada	2.000	0,0%	4.800.000,00	0,00	0,0%	
D) Proteção contra a Violação dos Direitos das crianças e Adolescentes												

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
190	0698	3930	Gestão da Política na Área da Justiça/ Diagnóstico sobre o tráfico de seres humanos no Brasil	MJ/SNJ	N/T	Diagnóstico realizado	27	100%	140.000,00	50.061,83	Diagnóstico realizado	Execução financeira até 31/12/2004
191	0662	2328	Combate à Criminalidade/ Capacitação de Profissionais da Rede de Atenção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	MJ/SNJ	N/T	Profissionais capacitados	75	400%	140.000,00	56.354,21	Profissionais capacitados	Execução financeira até 31/12/2004
192	0153	0882	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	SEDH/PR	Apoio a criação e fortalecimento de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Fundos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e de Conselhos Tutelares	Pessoas atendidas			4.488.470,00	4.478.030,67	100%	Execução financeira até 31/12/2004
193	0153	0904	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio a Projetos de prevenção da Violência nas Escolas	SEDH/PR	Apoio a projetos envolvendo a comunidade escolar p/ prev. da violência	Escolas/ organizações apoiadas			1.807.865,00	1.286.041,00	71%	Execução financeira até 31/12/2004
194	0153	4641 e 0883	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Publicidade de Utilidade Pública	SEDH/PR	Promoção de mobilização nacional em prol da universalização do registro de nascimento	PUP			1.700.000,00 Não foram encontrados dados orçamentários para a ação 0883 do PPA. A ação 4641 do Programa 0153 está mencionada em duas ações do PPACA: 194 e 197. Verificar distribuição dos valores.	468.057,17 Não foram encontrados dados de execução financeira para a ação 0883 do PPA. A ação 4641 do Programa 0153 está mencionada em duas ações do PPACA: 194 e 197. Verificar distribuição dos valores.	28%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
195	0153	0732 1785; e 4966	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio à Implantação de Módulos do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia); Implantação de rede de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos; Cadastro Nacional de Crianças Passíveis de Adoção e Famílias Pretendentes	SEDH/PR	N/T	Módulos implantados; redes implantadas; e Registro mantido.			824.900,00	666.722,20	81%	Execução financeira até 31/12/2004
196	0153	6247	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Capacidade de profissionais p/ promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes	SEDH/PR	N/T	Pessoas capacitadas			4.200.000,00	1.263.767,12	30%	Execução financeira até 31/12/2004
197	0153	4641 e 0736	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Apoio a serviços de atendimento a crianças e adolescentes sob medidas de proteção	SEDH/ FNCA	N/T	Crianças/ adolescente s atendidos			10.245.110,00 A ação 4641 do Programa 0153 está mencionada em duas ações do PPACA: 194 e 197. Verificar distribuição dos valores.	2.712.013,28 A ação 4641 do Programa 0153 está mencionada em duas ações do PPACA: 194 e 197. Verificar distribuição dos valores.	26%	Execução financeira até 31/12/2004
198	8017	6262	Proteção da Adoção e combate ao Sequestro Internacional/ Capacitação. de técnicos em processos de adoção e sequestro internacional de crianças e adolescentes.	SEDH/PR	N/T	Pessoas capacitadas			124.980,00	124.980,00	100%	Execução financeira até 31/12/2004
199	1061	0978	Brasil Escolarizado/ Apoio à distribuição de material didático p/ promoção de uma cultura de paz nas escolas de ensino fundamental	MEC	N/T	Alunos beneficiados	8.000	26.326 329%	400.000,00	165.308,90	41,3%	Execução financeira até 31/12/2004

I RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO – PPACA

Quadro Detalhado do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente												OBSERVAÇÕES SOBRE AS DATAS CONSIDERADAS
Ações e Orçamento												
Nº	Nº Prog	Nº Ação	Programa/ Ação do PPA	Órgão resp.	Subação	METAS						
						FÍSICA			FINANCEIRA			
						Descritor da Meta	Meta Proposta	Meta Realizada	Lei+Crédito autorizado (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução B/A	
200	1072	0976	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação/ Apoio à capacitação de educadores p/ a promoção de uma cultura de paz nas escolas de ensino fundamental	MEC	N/T	Profissionais capacitados	3.076	4.858 158%	2.000.000,00	827.508,84	41,4%	Execução financeira até 31/12/2004
IV – Combatendo HIV/AIDS												
Prevenção da transmissão das DST/AIDS												
201	1306	2721	Vigilância, prevenção e Atenção em Hiv/aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis/Promoção à Saúde e às Práticas Seguras de prevenção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Vivendo com HIV-Aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	MS	Prevenção da transmissão das DST/AIDS - Garantir acesso ao preservativo masculino a adolescentes de 15 a 19 anos	Preservativos distribuídos	952.000 (preservativos)	1.832.392	38.410.253,81	2.221.608,73	5,7%	Execução financeira até 31/12/2004
B) Apoio a crianças e adolescentes infectados pelo HIV/AIDS												
202	1306	4327	Vigilância, prevenção e Atenção em Hiv/aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis /Atenção à Saúde das Pessoas com HIV-Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.	MS	Apoio aos órfãos infectados pelo HIV/AIDS	Consultar nota técnica	Consultar nota técnica		2.000.000,00	0	0,0%	Execução financeira até 31/12/2004
C) Atenção aos órfãos e filhos de mães soropositivos												
203	1306	4327	Vigilância, prevenção e Atenção em Hiv/aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Atenção à Saúde das Pessoas com HIV-Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.	MS	Garantir o suprimento da fórmula Láctea infantil à crianças filhas de mães soropositivas por 6 meses	Consultar relatório	Consultar relatório Ver nota rodapé 2	Consultar relatório	2.482.700,86	1.884.451,43	75,9%	Execução financeira até 31/12/2004
Fonte: Ministérios setoriais												
Elaboração: IPEA/DISOC												
(**) dados apropriados												
(***) Dados estimados a partir dos convênios celebrados												
Os dados físicos e financeiros foram pedidos p/ a data de 10 de julho de 2004, porém algumas informações vieram em data diferente.												